

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

“Impactos na saúde dos trabalhadores das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau do Rio Madeira - Rondônia sob o olhar da vigilância em saúde do trabalhador”

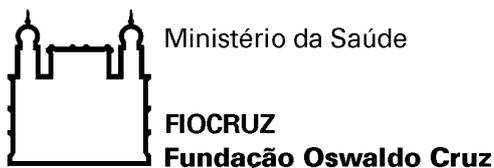
por

Ana Flora Camargo Gerhardt

Dissertação apresentada com vistas à obtenção do título de Mestre Modalidade Profissional em Saúde Pública.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Maria Cheble Bahia Braga

Rio de Janeiro, maio de 2014.



Esta dissertação, intitulada

“Impactos na saúde dos trabalhadores das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau do Rio Madeira - Rondônia sob o olhar da vigilância em saúde do trabalhador”

apresentada por

Ana Flora Camargo Gerhardt

foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Dr.^a Heloisa Pacheco-Ferreira

Prof. Dr. Jorge Mesquita Huet Machado

Prof.^a Dr.^a Ana Maria Cheble Bahia Braga – Orientadora

Dissertação defendida e aprovada em 14 de maio de 2014.

Catálogo na fonte
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca de Saúde Pública

G368 Gerhardt, Ana Flora Camargo
Impactos na saúde dos trabalhadores das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau do Rio Madeira - Rondônia sob a ótica da Vigilância em Saúde do Trabalhador. / Ana Flora Camargo Gerhardt. -- 2014. xix,127 f. : il. ; graf. ; mapas
Orientador: Braga, Ana Maria Cheble Bahia
Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2014.
1. Saúde do Trabalhador. 2. Centrais Hidrelétricas. 3. Serviços Terceirizados. 4. Impactos na Saúde. 5. Impacto Ambiental . 6. Acidentes de Trabalho. 7. Vigilância em Saúde do Trabalhador. I. Título.
CDD - 22.ed. – 363.11

Ana Flora Camargo Gerhardt

Impactos na saúde dos trabalhadores das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau do Rio Madeira - Rondônia sob a ótica da Vigilância em Saúde do Trabalhador.

Dissertação submetida à Banca Examinadora composta por professores do corpo docente do Programa de Pós-graduação da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz, e professores convidados de outras instituições, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Saúde Pública, área temática de Vigilância em Saúde do Trabalhador.

Orientador: Prof.^a D.^{ra} Ana Maria Cheble Bahia Braga

Banca Examinadora:

Prof.^a D.^{ra} Ana Maria Cheble Bahia Braga - Orientadora

Prof.^a Dra Heloisa Pacheco Ferreira – Examinadora Externa

Prof. Dr. Jorge Mesquita Huet Machado – Examinador Interno

Prof. Dr. Luiz Carlos Fadel de Vasconcelos – Suplente Interno

Prof. Dr. Paulo Gilvane Lopes Pena – Suplente Externo

Data da aprovação: / / .

*“A Bacia Amazônica
é uma dessas grandezas
tão grandiosas que ultrapassam
as percepções
do homem”.*

Mário de Andrade

- 1927 -

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter proporcionado discernimento e entendimento em meus momentos de certeza e incerteza para a concretização de um sonho;

Ao meu marido Alvaro Gerhardt por acreditar, incentivar e apoiar a minha escalada profissional;

Aos meus filhos Erika, Paula e Frederico pelo suporte emocional e compreensão nos meus momentos de ausência;

À minha irmã, Ana Tereza, pelo apoio, sempre;

A Ana Cheble, minha orientadora e amiga, que me escolheu por acreditar no meu potencial, e que, com suas valiosas contribuições, me oportunizou a realização deste estudo;

Ao Prof. Dr. Jorge Machado e Prof^a. Dra. Heloísa Pacheco-Ferreira, pelas contribuições e sugestões ao meu projeto de estudo;

Aos professores e coordenadoras do curso, agradeço pela dedicação com a qual nos ensinaram e compartilharam suas experiências de vida;

Ao Nélio Rezende, Helena Soares e France Hilde, por ter acreditado neste projeto e não ter medido esforços em obter informações para a realização deste estudo;

A todos os trabalhadores que se dispuseram a contribuir com esta pesquisa, para desvendar os caminhos e descaminhos ainda obscuros pelo saber;

À Secretaria Estadual de Saúde/Cerest/RO, a qual sou vinculada, agradeço aos Secretários Dr. Williams Pimentel de Oliveira e Dr. Luiz Maiorquin, pela liberação de horas e dias de trabalho, para a realização deste curso de mestrado e oportunizar recursos financeiros;

Ao Dr. Igor Veloso, Procurador do Estado, que me auxiliou, em especial, na assessoria jurídica;

Ao Desembargador Dr. Francisco Cruz – TRT/RO, que com sua gentileza não se opôs em fornecer informações que foram de grande valia;

A Helena Zoraide Almada pelo carinho, apoio, incentivo e contribuições;

Ao Dr. Heinz Jakobi pelo estímulo aos estudos, a Tatiana Lopes, Jair do Carmo, Gerson Aires e Edilson Silva compartilho meus agradecimentos aos demais colegas do Cerest – RO;

Ao José e Ana Melo, pelo acolhimento na cidade de Brasília, por tantos carinhos substituindo a ausência do meu lar;

Aos colegas do curso de mestrado, pelos laços de amizades construídos, pelo convívio prazeroso nas nossas idas e vindas à Brasília e Rio de Janeiro, em que dividimos conhecimentos e angústias, brincadeiras e confidências. Pelos sonhos e conquistas compartilhados com todos mas, em especial, a Magna, Manoela, Frederico, Letícia, Betânia e Gisele;

Ao Romeu Noé, pelo companheirismo nas horas difíceis;

E a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

O moderno mundo do trabalho, por demanda do capital, em que os prazos e as pressões são evidenciados, alteram a dinâmica física e mental do ser humano o que traz o aumento dos riscos à saúde do trabalhador. O presente estudo buscou conhecer os impactos na saúde dos trabalhadores das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau do Rio Madeira - Rondônia sob a ótica dos trabalhadores. A relevância da pesquisa pautou-se na percepção da pouca visibilidade do tema saúde do trabalhador nos grandes empreendimentos, em especial as hidrelétricas. Elegeu-se metodologia com abordagem qualitativa na utilização da figura do “ego focal” para possibilitar o acesso a esses trabalhadores. O objetivo foi conhecer as condições de trabalho e os possíveis riscos à saúde dos trabalhadores do consórcio construtor, descrever as vivências de trabalhadores das Usinas Santo Antônio e Jirau, propor medidas mitigadoras na vigilância dos impactos e riscos em saúde, e mecanismos de intervenção intersetorial para a melhoria das condições de saúde no trabalho, visando subsidiar ações de Vigilância à Saúde do Trabalhador.

A pesquisa empírica foi realizada fora do ambiente dos canteiros de obra, na qual participaram 23 trabalhadores de diversas funções, foi utilizado o critério saturação na escuta dos sujeitos. A principal fonte de dados foi a fala dos trabalhadores, que responderam a uma entrevista individual semiestruturada. O sigilo da abordagem aos sujeitos foi mantida, respaldando o seu vínculo empregatício.

As usinas, por não oferecerem dados se tornam omissas, ficam submersas na exploração do trabalho pelo capital deixando seus colaboradores, com o passivo social. Deve-se questionar a ausência de ações do Estado voltadas para uma política pública de acompanhamento desses trabalhadores em todas as fases da obra, desde o início com a mobilidade, até o desligamento dos mesmos. Há a necessidade da efetivação de uma política voltada para essa população, envolvendo todos os atores afins e que o Estado cumpra o seu papel proporcionando a legitimação das ações.

Palavras-chave: Saúde do Trabalhador, Centrais Hidrelétricas, Serviços Terceirizados, Impactos na Saúde, Impacto Ambiental, Acidentes de Trabalho, Vigilância em Saúde do Trabalhador.

ABSTRACT

The modern world of work, the demand for capital, where the deadlines and pressures are evident, alter the physical and mental dynamics of the human being which brings increased risks to worker health. This study sought to ascertain the impacts on health of workers in Santo Antônio and Jirau Madeira River hydroelectric plants - Rondônia from workers' perspective. The relevance of the research was based on the perception of poor visibility of occupational health issue in large projects, especially hydropower plants. It was elected methodology with qualitative approach in the use of "focal ego" to enable access to these workers. The objective was getting to know the working conditions and possible health risks to workers from construction consortium, describe the experiences of workers at the plants Santo Antônio and Jirau, propose mitigation measures in monitoring impacts and health risks, and mechanisms for intersectoral action for the improvement of health conditions at work, aiming to subsidize the Occupational health Surveillance.

Empirical research was carried out of the environment of the construction site, which was attended by 23 employees of different functions, the saturation criterion was used in the subject listening. The main source of data was the talk of the workers who responded to individual semi - structured interview. The approach to the subject of secrecy was maintained, supporting their employment.

The Power Plants become negligent for not offering any data; they are submerged in the exploitation of labor for capital leaving employees with the social liabilities. It must questioned the lack of action by the government concerning public policy of monitoring these workers at all stages of the work, from the beginning with the mobility, to the dismissing of the workers. There is the need for an effective policy for this population, involving all related stakeholders and the State to fulfill its role of providing actions legitimation.

Keywords: Occupational Health, Hydroelectric Power Plants, Outsourced Services, Impacts on Health, Environmental Impact, Occupational Accidents, Surveillance of Worker's Health.

SUMÁRIO

	Pág.
I - INTRODUÇÃO	01
II - OBJETIVOS	10
II. 1 – Geral	10
II. 2 – Específicos	10
III - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
III. 1 – Saúde do trabalhador no Brasil nos grandes empreendimentos	11
III. 2 – Marcos legais da saúde do trabalhador no Brasil	12
III. 3 – Marcos legais da saúde do trabalhador no Estado de Rondônia	13
III. 4 – Da criação da RENAST no Estado de Rondônia	16
III. 5 – Propostas de melhoria de atenção à saúde do trabalhador	18
IV - V – TRAJETÓRIA DA SAÚDE DO TRABALHADOR	19
IV.1 – Construção civil e saúde do trabalhador no Brasil: emprego ou morte anunciada?	19
IV. 1.1 – Características da construção civil	21
IV. 1.1.1 – Quanto à rotatividade de mão de obra	21
IV. 1.1.2 – Quanto à terceirização de mão de obra	22
IV.1.1.3 – Quanto a saúde e segurança do trabalhador	24
IV.1.1.4 – Areas de vivência	25
IV.1.1.5 – Prelúdio da medicina do trabalho e à saúde do trabalhador	26
IV.2 – Marcos legais dos impactos sócio economicos e da saúde do trabalhador no Brasil	29
IV.3 – Os impactos dos processos produtivos sobre a saúde e o ambiente	29

	Pág
IV.4 – Fases da construção do empreendimento e possíveis riscos do processo	31
V - PERCURSO METODOLÓGICO	33
V.1 – Natureza do estudo	33
V.2 – Locus da pesquisa	34
V.3 – Caracterização do Estado de Rondônia: Da estrada de ferro Madeira Mamoré às usinas Hidrelétricas do Rio Madeira	34
V. 4 – Da Colonização	35
V.4.1 – Do Ciclo da Borracha	36
V.4.2 – Da Ferrovia Madeira Mamoré	37
V.4.3 – Do Ouro	38
V.4.4 – Da Usina de Samuel	39
V.4.5 – O rio Madeira	40
V.4.6 – Das usinas Hidrelétricas do Rio Madeira	42
V.5 – Caracterização e seleção dos sujeitos da pesquisa	43
V.6 – Instrumento para coleta de dados	44
V.7 – Tratamento e análise de dados	45
V.8 – Aspectos éticos	46
V. 9 – Considerações sobre o capítulo	47
VI - RESULTADO E DISCUSSÃO	48
VI.1 – Categorias de análise	48
VI.2 – Relação com o trabalho	50
VI.3 – Processo de trabalho	59
VI.4 – Sobre medidas de segurança	79

	Pág.
VI.5 – Doenças relacionadas ao trabalho	86
VI.6 – Acidentes de trabalho	90
VI.7 – Serviço médico e atendimento	99
VI.8 – Sugestão para a melhoria da atividade de trabalho	100
VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
VIII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
ANEXOS	117

ANEXOS

	Pág.
Anexo 1: Termos de Consentimento Livre e Esclarecido	118
Anexo 2: Termo de Anuência	119
Anexo 3: Roteiro Orientador	120
Anexo 4: Parecer do CEP	122

LISTA DE SIGLAS

ACP – Ação Civil Pública
AIA – Avaliação Impacto Ambiental
AIS – Avaliação do Impacto Saúde
AM – Amazonas
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho
CEP/ENSP – Comitê de Ética e Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca
CEREST – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CERON – Centrais Elétricas de Rondônia
CESTEH – Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana
CGVAM – Coordenação Geral de Vigilância Ambiental em Saúde
CIB – Comissão Intergetora Bipartite
CIPA – Comissão Interna de Proteção de Acidentes
CIST – Comissão Intersetorial em Saúde do Trabalhador
CLT – Código Leis Trabalhistas
CNPE – Conselho Nacional de Política Energética
CNS – Conselho Nacional de Saúde
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONTAG – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
CPR – Comitê Permanente Regional
CT-SST – Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho
DDS – Diálogo Diário de Segurança
DIESSE – Departamento Intersindical de Estudos Sócio Econômicos
DOE/RO – Diário Oficial do Estado de Rondônia
EIA – Estudo do Impacto Ambiental
EPE – Empresa de Pesquisa Energética
EPI – Equipamento de Proteção Individual
ESBR – Energia Sustentável do Brasil
FETAGRO – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Rondônia
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

LISTA DE SIGLAS (cont.)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIRSA – Infraestruturas Regionais Sul-Americanas
INSS – Instituto Nacional de Previdência Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MME – Ministério de Minas e Energia
MPT – Ministério Público do Trabalho
MS – Ministério da Saúde
MW – Megawatts
NASA – National Aeronautics and Space Administration
NOB/96 – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde
NR – Norma Regulamentadora
NUSAT – Núcleo Saúde do Trabalhador
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PDE – Plano Decenal de Expansão da Energia
PDR – Plano Diretor de Regionalização
PNST – Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador
PPA – Plano Plurianual
PRT – Procuradoria Regional do Trabalho
PST – Programa de Saúde do Trabalhador
RENAST – Rede Nacional da Saúde do Trabalhador
RIMA – Relatório do Impacto Ambiental
RO – Rondônia
SEMTA – Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores da Amazonia
SEMTA – Serviço Especializado de Mobilização de Trabalhador da Amazonia
SES – Secretaria de Estado da Saúde
SESMT – Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho
SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade
SINAN – Sistema Nacional de Notificação
SINVSA – Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde
SISLIC – Sistema de Informatização de Licenciamento Ambiental Federal

LISTA DE SIGLAS (cont.)

SP – São Paulo

SRT – Superintendência Regional do Trabalho

ST – Saúde do Trabalhador

SUS – Sistema Único de Saúde

SVS/MS – Secretaria Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde

TCLE – Termo Consentimento Livre Esclarecido

TDS – Treinamento Diário de Segurança

UF – Unidade da Federação

UHE – Usina Hidrelétrica

VISAT – Vigilância em Saúde do Trabalhador

LISTA DE GRÁFICOS

	Pág.
Gráfico 1: Evolução demográfica de Porto Velho	35

LISTA DE QUADOS

	Pág.
Quadro 01: Acidentes de trabalho ocorridos nas UHEs no período de 2008/2013	92
Quadro 02: Acidentes de trabalho grave no município de Porto Velho no período de 2008/2013.	92

LISTA DE FIGURAS

	Pág.
Figura 1 Chegada de Imigrantes	36
Figura 2 Soldados da Borracha	37
Figura 3 Autoridades em inauguração	38
Figura 4 Rondônia a busca do ouro	39
Figura 5 Rio Madeira em Rondônia	41
Figura 6 Vista aérea da Bacia do Madeira	41
Figura 7 Localização das Usinas Santo Antônio e Jirau	43
Figura 8 Auto de Infração MPT/RO	52
Figura 9 Auto de Infração MPT/RO	63
Figura 10 Auto de Infração MPT/RO	70
Figura 11 Movimento Grevista UHE Jirau	76
Figura 12 Movimento grevista e Força Nacional	78
Figura 13 Queima de ônibus e de alojamentos	79
Figura 14 Auto de Infração MPT/RO	81
Figura 15 Auto de Infração MPT/RO	84
Figura 16 Trabalhadores em risco	84
Figura 17 Ação Civil Pública MPT/RO	94
Figura 18 Torção de mangote de concreto	96
Figura 19 Estrutura de metal após acidente	98
Figura 20 Auto de Infração MPT/RO	99

O presente estudo tem como proposta analisar os impactos na saúde dos trabalhadores das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em construção no rio Madeira, afluente do rio Amazonas, no município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

A pesquisa surge a partir da minha experiência profissional como Coordenadora do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador do Estado de Rondônia – CEREST/RO, lidando com as questões de vigilância em saúde da população trabalhadora do Estado onde pude constatar diversos agravos advindos do trabalho.

O Brasil, nas últimas décadas, tem passado por transformações no seu perfil demográfico, não só em termos da dinâmica de crescimento populacional, mas também com relação à distribuição espacial, ao rápido processo de urbanização, à pirâmide etária, dentre outros aspectos, o que exige a formulação de uma visão estratégica sobre o uso sustentável do espaço para orientar a expansão urbana. É muito importante prever e orientar a expansão espacial da cidade, de modo a reduzir a depredação do capital ambiental, evitar desastres naturais e garantir a qualidade de vida da população¹.

A partir do ano de 2007/2008, o município de Porto Velho – Rondônia, farto em recursos hídricos, encontra na política de governo de geração de energia, uma expressiva modificação no padrão de vida e trabalho.

Empreendimentos hidrelétricos são importantes para aumentar a oferta de energia do país, mas podem também representar alterações significativas na dinâmica socioeconômica da região onde são implantados, e principalmente à saúde de trabalhadores diretamente envolvidos nesse processo.

Inicialmente, faz-se necessário um breve relato sobre a construção das usinas para a compreensão da dinâmica que ocorre nas fases que antecedem e sucedem a implantação do grande empreendimento. Na verdade, a implantação de fontes de energia encontram-se na proposta de desenvolvimento regional da América do Sul, em especial, o Complexo Hidrelétrico do Madeira.

No âmbito das políticas de governo, no campo da energia em particular, o Ministério de Minas e Energia – MME é responsável pela implementação das políticas para o setor energético e pela coordenação do planejamento energético nacional.

Surge assim, o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, que é um programa do governo federal brasileiro, lançado em 2007, que tem por objetivo promover a aceleração do crescimento e desenvolvimento econômico, gerando o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira².

Nesse cenário, o Governo Federal através do PAC apresentou alternativas viáveis para a implantação de usinas hidrelétricas no país, com a finalidade de prevenir um blackout energético à população brasileira.

O planejamento da expansão da oferta de energia é regido pelas Resoluções N° 1, de 18 de novembro de 2004 e N° 9, de 28 de julho de 2008 do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE³.

O Plano Decenal de Expansão de Energia - PDE tem como objetivo assegurar a expansão equilibrada da oferta energética e auxiliar a criação de uma base sólida para o crescimento econômico do País. Os estudos que subsidiaram a elaboração do PDE foram realizados pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE que detalhou as metas e definiu os projetos a serem executados por um período de 10 anos. Em 2010 foi apresentado à sociedade brasileira, o Plano Decenal de Expansão da Energia – PDE que tem prazo de implementação até 2019³.

Dentre os projetos do PAC para o município de Porto Velho – Rondônia encontra-se a construção de duas usinas hidrelétricas com o objetivo de geração e transmissão de energia elétrica: Santo Antônio e Jirau. A construção das usinas foi concebida nos Planos Plurianuais - PPA, no Plano de Aceleração do Crescimento - PAC e na Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul – IIRSA, a fim de integrar o sistema elétrico nacional².

Nesse sentido, a IIRSA está assentada sobre o conceito de ecos de integração e desenvolvimento, que ignora as fronteiras e privilegia o processo de integração física a partir de uma perspectiva nova, demonstrando a funcionalidade das infraestruturas, não mais para um projeto geopolítico desenvolvimentalista de expansão territorial, mas para um projeto geoeconômico de aproximação com os demais países da América do Sul⁴.

A iniciativa prioriza a integração física, através de projetos de transportes, energia e comunicação. Seus projetos prioritários estão organizados por “eixos”, principalmente para preencher grandes “vazios” do continente (Amazônia, Pantanal, Chaco, Cordilheira dos Andes) com atividades econômicas de grande porte. A orientação básica é facilitar a exportação de produtos primários para portos do Atlântico, Pacífico e Caribe⁵.

De acordo com Switkes⁶ tais projetos são articulações políticas e econômicas constituídas a partir da iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana - IIRSA, uma organização formada por líderes nacionais fundada em Brasília em 2000.

Assim, os projetos de infraestrutura previstos em tal iniciativa, restam presentes as condições para a deflagração de um vigoroso processo de industrialização, baseados não apenas na transformação dos recursos naturais da região, mas também com empreendimentos de outros segmentos, inclusive bens de capital⁶.

Considerando os eixos do PAC 2007-2010, em Rondônia, este possui projetos em três eixos: infraestrutura logística, infraestrutura energética e infraestrutura social e urbana. Os projetos incluem a Rodovia Porto Velho - Manaus, a Geração de Energia – Usinas Hidrelétricas - UHE de Santo Antônio e Jirau, a Linha de Transmissão de Energia Elétrica interligando as UHE Madeira Porto Velho/RO – Araraquara/SP e o Gasoduto Urucu/AM-Porto Velho/RO⁷.

A primeira usina, Santo Antônio, foi orçada em um valor estimado de R\$ 9,5 bilhões, o total juntamente com Jirau gira em torno de R\$ 18,4 bi, valor esse que foi 70% financiado pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social⁸.

O planejamento da expansão da oferta de energia é regido pelas Resoluções N° 1, de 18 de novembro de 2004 e N° 9, de 28 de julho de 2008 do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, sendo o Ministério de Minas e Energia – MME responsável pela implementação das políticas para o setor energético e pela coordenação do planejamento energético nacional⁹.

Foi realizado, em 2010, pela Empresa de Pesquisa Energética e apresentada à sociedade brasileira o Plano Decenal de Expansão da Energia – PDE como proposta da expansão de energia para todo o Território Brasileiro até 2019³.

Em Porto Velho, estudos foram realizados pelo consórcio FURNAS, no período de 2003 a 2005, por especialistas de várias áreas de conhecimento, visando à implantação das UHE Santo Antonio e Jirau. Através de análises criteriosas de tipo de solo, volume de águas, dentre outros, identificaram a necessidade de encontrar alternativas viáveis econômica e ambientalmente adequadas para atender a demanda crescente de energia das áreas industriais, bem como para contemplar regiões ainda deficitárias no suprimento de energia elétrica. Desta forma, o aproveitamento do potencial energético do rio Madeira, amparado em premissas ambientalmente corretas poderia suprir a região ocidental do

Brasil, em energia farta e barata, além de favorecer a sua conexão com o sistema elétrico nacional¹⁰.

Nesse contexto, fez-se necessária a construção das usinas Santo Antônio e Jirau, objetivando as obras de geração de energia elétrica a partir do aproveitamento da força contida no fluxo das águas dos rios. Esse fluxo faz girar turbinas, do tipo bulbo, cujo movimento proporciona condições físicas para a geração de energia elétrica. Elas têm como principal objetivo gerar energia correspondente a 6.450 MW, sendo Santo Antônio com capacidade de gerar 3150 MW e Jirau de 3300 MW.

Em 24 de setembro de 2013, a Santo Antônio Energia confirmou a ampliação da usina, com alterações no projeto inicial que aumenta em 417,6 megawatts (MW) a capacidade de geração de energia pelo empreendimento. Com um investimento de R\$1,5 bilhões aos R\$ 16 bilhões previstos anteriormente, a potência da usina passa de 3.150 MW e chegará a 3.568 MW ao fim do projeto, o suficiente para atender 44 milhões de pessoas.

A adição de mais seis turbinas às quatro do projeto inicial elevaria a cota do rio em 80 centímetros no reservatório da usina e o aumento na área em 71,52 km², indo para 421,56 km²¹¹.

A UHE de Jirau, administrada pelo consórcio Energia Sustentável do Brasil – ESBR, terá seu projeto ampliado para 50 turbinas, cada uma com capacidade de geração de 75 MW ao projeto original elevando a disposição de 3.300 MW para 3.750 MW¹².

Além de produzir energia, a formação dos reservatórios de água de cada uma das usinas permitirá a navegação no rio Madeira em seu trecho situado a montante da cidade de Porto Velho.

As UHEs Santo Antônio e Jirau localizam-se no trecho do Rio Madeira inteiramente situado no município de Porto Velho, Estado de Rondônia. O complexo formado será conectado ao Sistema Elétrico Integrado Brasileiro por uma linha de transmissão que teve início na UHE Jirau, passará por UHE Santo Antônio, nas proximidades de Porto Velho, onde religará com o sistema da cidade e será desviado para o sul, indo para Cuiabá³.

Para que o projeto seja implementado, é necessário o licenciamento ambiental. Tem sua fundamentação legal na Resolução CONAMA 001, de 23 de janeiro de 1986, e na Resolução CONAMA 237, de 19 de dezembro de 1997, que estabelecem a exigência de estudos ambientais voltados à identificação e avaliação de impactos de grandes

empreendimentos, estruturados através do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), definidos por essas mesmas resoluções^{9,13}.

No Brasil, o licenciamento ambiental foi instituído pela Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, que introduziu a Avaliação do Impacto Ambiental - AIA – para promover o controle prévio à instalação e à operação de empreendimentos que utilizem recursos ambientais, considerados potencialmente poluidores¹⁴.

“A Avaliação de Impacto Ambiental surgiu como resposta jurídica para o desenvolvimento econômico dos Estados alinhado a uma proteção ambiental de seus recursos naturais, sendo hoje tida como um dos principais instrumentos do Direito Ambiental, tanto na esfera interna quanto internacional”¹⁵.

Quando há um impacto no habitat natural, transformando-o através de desmatamento, assoreamento e modificação do curso do rio, ocorre um desequilíbrio das espécies que habitam nesta região. Com a procura pela sobrevivência os mesmos começam a procurar outros lugares, deixando de parasitar animais silvestres para então parasitar o homem, dando assim o início de moléstias que antes estavam restritas ao mundo silvestre.

Na tentativa de estabelecer parâmetros de avaliação da relação entre impacto ambiental e impacto à saúde, o Ministério da Saúde identificou a necessidade de normatização específica para estruturar a participação do setor saúde nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que causem riscos à saúde humana. Além da intenção de inserção de aspectos de saúde, há também recomendações de ações para a prevenção e o controle dos fatores de risco a saúde das populações desses empreendimentos¹⁶. Nesse sentido, a Avaliação dos Impactos à Saúde - AIS pode ser definida como uma combinação de procedimentos, métodos e ferramentas que avalia sistematicamente os efeitos potenciais, e por vezes não intencionais, de uma política, plano, programa ou projeto, na saúde de uma população e a distribuição desses efeitos nessa população. A AIS identifica ações apropriadas para gerir esses efeitos¹⁵.

Nessa concepção, a AIS é uma metodologia adaptada pelo Ministério da Saúde - MS, que busca o entendimento das questões de saúde e ambiente e deve ser difundido aos componentes da Vigilância em Saúde do Trabalhador - VISAT, em especial os CERESTs, nos estágios iniciais que antecedem o planejamento dos grandes empreendimentos, favorecendo e fortalecendo a VISAT local. Em contraponto, ainda não se formou uma consciência crítica e coletiva, para estabelecer ações e condutas que possam identificar as verdadeiras condições de precarização e invisibilidade dos trabalhadores.

Cancio¹⁷ analisa a inserção das questões de saúde nos Estudos de Impacto Ambiental - EIA que integravam o Sistema Informatizado de Licenciamento Ambiental Federal – SISLIC, em 2007. O levantamento identificou 700 empreendimentos, dos quais 316 apresentavam EIA e desse total, foram identificados 38 de usinas hidrelétricas. Com relação à identificação e avaliação dos impactos à saúde dos trabalhadores, os estudos analisados pela autora levantaram parcialmente os potenciais impactos e riscos da tipologia "petróleo-produção", que representou 43% dos estudos. Quanto à população da área de influência, nenhum dos estudos analisados contemplou a avaliação integral dos impactos e riscos sobre a saúde dessas comunidades, com exceção para a comunicação dos riscos relacionados aos cenários de emergência que foi contemplada em 86% dos estudos.

Nenhum dos EIA/RIMA avaliou os impactos do empreendimento sobre os principais indicadores públicos de saúde, como morbidade, mortalidade e atendimento ambulatorial e hospitalar. Ao contrário, os indicadores sociais e econômicos foram avaliados, mesmo que parcialmente, em 17 estudos, representando 79% destes.

Nenhum dos estudos analisados explicitou a sistemática de acompanhamento e monitoramento das ações governamentais de saúde voltadas ao controle dos impactos do empreendimento sobre os trabalhadores e as comunidades das áreas de influência, bem como aquelas adotadas pelo empreendimento direcionadas às comunidades.

Entretanto, nas ações empresariais de controle dos impactos e riscos à saúde do trabalhador, 100% dos EIA/RIMA consideraram essa preocupação, sendo que somente 6 (29%) definiram explicitamente as metas e os indicadores para o controle desses impactos, enquanto a grande maioria, 71%, considerou essa sistemática apenas parcialmente.

Na instalação da UHE Santo Antônio e UHE Jirau, a previsão de haver cerca de 44 mil trabalhadores diretos e 38 mil indiretos, no ápice das construções, impacta, dentre outros, diretamente o Sistema Único de Saúde – SUS - com aumento significativo de atendimentos na rede¹⁸. Nesta análise, foram priorizadas as questões relativas à saúde dos trabalhadores envolvidos diretamente na construção simultânea de duas usinas hidrelétricas de grande porte, localizadas na mesma área de abrangência, o Município de Porto Velho – capital do Estado.

Os grandes empreendimentos hidrelétricos alteram o modo de vida de milhares de pessoas ao modificar paisagens e provocar a evasão de toda uma população, que é

obrigada a se desfazer de suas casas e histórias, em curtos espaços de tempo, sem ao menos compreender o processo, e pela falta de conhecimento, sendo obrigados a aceitarem o que lhes é imposto¹⁹.

Dessa forma, é possível que ocorram situações que venham gerar adoecimentos e agravos à saúde dos que estão expostos em seus diversos processos de trabalho, como profissionais nas operações de transporte, armação, limpeza, operação de máquinas pesadas e os demais processos produtivos. Dentre os impactos ocasionados pela construção das duas usinas hidrelétricas, a mobilidade populacional se destaca com o processo de territorialização e (des)territorialização evidenciados nos estudos de Haesbaert et al.^{20,21}.

Os investimentos em infraestrutura na Amazônia, tais como projetos de agrovilas, estradas e hidrelétricas tem desencadeado impactos no ordenamento deste território, ligados, principalmente, a: a) fluxos migratórios, b) adensamento da ocupação, c) mudanças no uso da terra e, conseqüentemente, d) o desflorestamento e e) conflitos de terras.

O primeiro processo é confirmado já na instalação do canteiro de obras pelas empresas construtoras da barragem: fluxo migratório, pois em torno de 40.000 trabalhadores são envolvidos na construção da obra.

“Após o início das obras para implantação das Usinas hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau, em Porto Velho, o crescimento populacional, devido a migração relacionada às obras, foi mais rápido que o esperado superando estimativas dos próprios estudos ambientais necessários a construção dos empreendimentos. Juntos às hidrelétricas, diversos outros serviços públicos ou privados, necessitam ser criados ou aperfeiçoados na região para suportar o aumento populacional. Como exemplos tem-se a construção civil na capital: a partir de 2008 passou por uma destacável verticalização de moradias, pela qual o número de prédios residenciais mudou a paisagem local e o aumento no número de acidentes de trânsito e da violência”²².

O segundo – a (des)territorialização ocorre com o deslocamento de 2.849 pessoas atingidas pelo reservatório de aproximadamente 529,30 km², com perda estimada de 25.300 hectares de áreas já utilizadas pela agricultura e pecuária²³.

Por força da lei vigente e do cumprimento de normas legais, as empresas possuem, nos acantérios de obras, setores onde atuam médicos do trabalho e ambulatórios visando atender os trabalhadores para minimizar os impactos, assim como também usam o serviço público e privado através de convênios com cooperativas de trabalho médico na tentativa de preservar a saúde do trabalhador - “colaborador”.

Minayo²⁴ demonstrou que a presença de um médico no interior das unidades fabris

representava, ao mesmo tempo, um esforço em detectar os processos danosos à saúde e uma espécie de braço do empresário para recuperação do trabalhador, visando o seu retorno à linha de produção, num momento em que a força de trabalho era fundamental à industrialização emergente. Instaurava-se assim, o que seria uma das características da Medicina do Trabalho, mantida sob uma visão eminentemente biológica e individual. No espaço restrito da fábrica, numa relação unívoca e uni causal, buscavam-se as causas das doenças e acidentes.

Nardi²⁵ postula que a medicina do trabalho surge no contexto brasileiro e mundial a partir da necessidade do Estado intervir nas relações capital-trabalho e regulamentar os ambientes de trabalho. O foco central dessa medicina, como o próprio nome denota, é a “saúde” do trabalho, da produção e, portanto, não é a saúde do trabalhador.

Vasconcellos²⁶, em sua afirmação, corrobora a respeito da área de saúde do trabalhador, que o campo de atuação do SUS, vem se organizando para um dos maiores desafios, senão o maior, de trazer para o cenário das práticas de saúde pública, questões centrais relegadas ao plano das relações privadas entre capital e trabalho, padrões e empregados, antes da Constituição Federal de 1988.

Ressalta-se que, os setores de saúde desses dois empreendimentos (Santo Antônio e Jirau) têm como função, a manutenção da saúde dos seus trabalhadores para que os mesmos se mantenham efetivos e produtivos dentro dos canteiros de obra. O objetivo principal das empresas é a construção de barragens, e não a promoção da saúde dos trabalhadores. Dessa forma, há relatos de acidentes de trabalho ocorridos nas empresas que compõe o complexo hidrelétrico do Madeira, situações de extremo risco e danos à saúde, mas poucas são as notificações aos órgãos competentes.

Galdino, Santana e Ferrite²⁷ comentam que:

“Os sistemas de informação em saúde no país são avançados, mas dados sobre acidentes de trabalho continuam a demandar melhores registros, tanto de cobertura, como de qualidade dos dados. Há grande sub-registro do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN), e os dados mais amplamente utilizados, da Previdência Social, são parciais, restritos a trabalhadores segurados que perfaz apenas um terço da população economicamente ativa ocupada”.

Por se tratar de população de trabalhadores, com vários empregadores mas com carteiras assinadas, as informações relacionadas ao perfil de morbimortalidade dos trabalhadores dos canteiros de obras são direcionadas à Superintendência Regional do Trabalho - SRT e ao Instituto Nacional de Previdência Social - INSS, informações de difícil acesso.

Verifica-se um *déficit* no sistema de informações sobre as notificações dos agravos relacionados ao trabalho junto a essa população, conforme preconiza a Portaria MS/GM 104 de 25 de janeiro de 2011 – SINAN²⁸.

Santos e Gomes²⁹ enfatizam que,

“A saúde do trabalhador tem sido pauta de discussão significativa entre gestores e profissionais da saúde principalmente quanto à compreensão da sua concepção como uma política pública de direito constituído que requer do poder público o cumprimento e a aplicação dos princípios do SUS. Alguns gargalos têm sobressaído como fatos marcantes, tais como, a falta de vontade política da gestão para efetivação da política de saúde do trabalhador no estado; a deficiência da atenção integral à saúde dos trabalhadores em todos os níveis de atenção do SUS”.

Elaborar políticas para o setor, torna-se um desafio maior do que em outras áreas da saúde pública, devido à sua complexidade. Isso demanda pesquisas que possam gerar mais conhecimentos para a implementação de políticas específicas, nessa área, e direcionar as ações de entidades que representam o interesse dos trabalhadores, ou daquelas que regulamentam os processos de trabalho.

Assim, o que se pretende é um olhar diferenciado sobre a atividade desempenhada pelo trabalhador, uma contribuição para melhor pensar o processo de implantação de grandes empreendimentos, que garantam a proteção e saúde daqueles que estão diretamente envolvidos no processo de construção, como das usinas hidrelétricas.

O acesso restrito e a ausência de informações sobre a saúde dos trabalhadores das usinas, estimulou a obter um panorama indireto, por meio da escuta dos trabalhadores das obras.

É nesse cenário que a pesquisa se insere: a partir das falas e fatos vivenciados pelos trabalhadores e tem por objetivo analisar os possíveis impactos à saúde decorrentes da implantação das usinas hidrelétricas tendo como referência a Usina de Santo Antônio e Jirau. Pretende-se, ainda, apresentar as diferentes abordagens conceituais sobre a saúde e discutir, de forma ampla os aspectos relacionados às etapas de implantação de projetos hidrelétricos, contribuindo para a discussão e entendimento dos riscos advindos dessa atividade, para a saúde da população, em especial a do trabalhador.

Com esse objetivo, esta pesquisa procura desvendar os caminhos e descaminhos por que passam os trabalhadores desses grandes empreendimentos.

II.1 – GERAL

- Avaliar as condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, Porto Velho, Rondônia.

II.2 –ESPECÍFICOS

- Conhecer as condições de trabalho e os possíveis riscos à saúde dos trabalhadores dos consórcios construtores;
- Descrever as vivências de trabalhadores das Usinas Santo Antonio e Jirau;
- Propor medidas mitigadoras na vigilância dos impactos e riscos à saúde do trabalhador e mecanismos de intervenção intersetorial para a melhoria das condições de saúde no trabalho, visando subsidiar ações de Vigilância à Saúde do Trabalhador.

III.1 - Saúde do trabalhador dos grandes empreendimentos no Brasil

No Brasil, o elevado índice de morbimortalidade devido a acidentes de trabalho caracterizam um problema de saúde pública. É comum uma visão distorcida de que atividades como a construção de grandes empreendimentos requerem um maior grau de risco, uma vez que tais riscos podem e devem ser suprimidos.

Nesses casos, o benefício proporcionado pelo progresso serve de justificativa em detrimento a saúde do trabalhador que não está vinculada apenas à saúde física, mas também ao estado mental com as pressões e os descasos por parte dos consórcios.

Este capítulo traz à luz algumas implicações recorrentes aos grandes empreendimentos nas fases de planejamento, em especial as usinas hidrelétricas e a negligência aos impactos na saúde dos trabalhadores nas diversas fases da construção.

Resalta-se a ausência do cuidado com o meio ambiente e o modo de vida da população. Associam-se os riscos de manifestações de doenças de veiculação hídrica, o aumento de metilação do mercúrio, a proliferação de vetores de doenças como a malária e doenças sexualmente transmissíveis, acidentes com animais peçonhentos, à introdução de doenças endêmicas e possibilidades da introdução de novas endemias à urbanização desordenada, instabilidade econômica, aumento do tráfico de veículos, desencadeado pelo aumento do fluxo migratório, entre outros. Na visão de Queiroz³⁰, os possíveis danos encontram relevância nas compensações financeiras em “royalties”.

A contribuição para a confirmação desse referencial teórico nos projetos hidrelétricos é de Cavalcante³¹.

“A implantação de grandes projetos de infra-estrutura na Amazônia tem motivado as discussões acerca dos impactos territoriais, haja vista o conjunto de repercussões das diferentes dimensões que os impactos manifestam. No caso da implantação de grandes hidrelétricas os impactos incidem sobre os diferentes níveis (ambiental, social, cultural e econômico) já abordados no Estudo de Impacto Ambiental (EIA), porém, as mudanças que passam a compor o território, a partir de sua construção, vão para além das que constam no EIA e extrapolam a área alagada, passando a ser geridas pela administração pública e não mais pela empresa construtora”.

No Brasil, há pouca legislação que aborde as questões de proteção a saúde dos trabalhadores que estão expostos a essa atividade. Porém, com os avanços das garantias de acesso do cidadão às ações de atenção à saúde (SUS) e com a implementação das

diretrizes políticas nacionais para a área, é que se passa a ter assegurado a atenção integral à saúde do trabalhador, prevalecendo os preceitos e marcos legais da Política Nacional da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

A Saúde do Trabalhador enquanto área da Saúde Pública foi uma resposta aos movimentos sociais que, entre a metade dos anos 70 e os anos 80, reivindicaram que as questões de saúde do trabalhador fizessem parte do direito universal à saúde.

Para melhor compreensão, iremos abordar o aporte legal da Saúde do Trabalhador no país e a estruturação da Rede Nacional de Saúde do Trabalhador - RENAST no Estado de Rondônia.

III.2 - Marcos legais da Saúde do Trabalhador no Brasil

No Brasil a configuração desse campo, deu-se no final da década de 1970, momento em que os movimentos sociais retornam ao cenário público em corte social, interferindo na construção de agenda que definiu as políticas públicas. Esse cenário resulta na promulgação da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, com a lei do Sistema Único de Saúde – SUS. A inserção da Saúde do Trabalhador como Política de Saúde, deu-se através do movimento sindical e o movimento sanitário.

Em meados da década de 1980, foram criados por alguns estados e municípios da federação os primeiros Programas de Saúde do Trabalhador – PST. Essa proposta foi incluída na Constituição Federal no art. 200º como competências do SUS, a execução das ações de Saúde do Trabalhador, como garantia do Estado. Sendo assim, no Art.196º da Constituição Federal é inserido – “A Saúde é um direito de todos e um dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas” No Art. 200º define as competências do SUS.

Compete ao Sistema Único :

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.

... um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos

riscos e agravos advindos das condições de trabalho.

No ano de 1986, ocorreu a 8ª Conferência Nacional de Saúde, o que contribuiu para um processo de democratização, não apenas para a saúde, para toda a política brasileira.

Nesse contexto, vários aparelhos de Estado tiveram seus olhares voltados para o propósito e empenho de propostas, concretas e democráticas que contemplassem a área da saúde do trabalhador. Assim sendo foi realizada a 1ª Conferência Nacional em Saúde do Trabalhador neste mesmo ano. Focou-se no diagnóstico da situação de saúde e segurança dos trabalhadores, novas alternativas de atenção à saúde dos trabalhadores, e a política nacional da saúde e segurança dos trabalhadores. Essa Conferência em Saúde do Trabalhador, teve como proposta fornecer subsídios básicos para o desenvolvimento de ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

O Ministério da Saúde no intuito de implementar a Saúde do Trabalhador no SUS, cria em 2005 a Política Nacional da Saúde do Trabalhador, oferecendo diretrizes norteadoras para a implantação de ações nos Estados e Municípios da federação.

A Portaria MS nº 1.823, de 23/9/2012 trata da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Tem como finalidade definir os princípios, as diretrizes e as estratégias a serem observados pelas três esferas de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), para o desenvolvimento da atenção integral à saúde do trabalhador, com ênfase na vigilância, visando a promoção e a proteção da saúde dos trabalhadores e a redução da morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos.

Todos os trabalhadores, homens e mulheres, independentemente de sua localização, urbana ou rural, de sua forma de inserção no mercado de trabalho, formal ou informal, de seu vínculo empregatício, público ou privado, assalariado, autônomo, avulso, temporário, cooperativados, aprendiz, estagiário, doméstico, aposentado ou desempregado são sujeitos desta Política.

III.3 - Marcos legais da Saúde do Trabalhador no Estado de Rondônia

O Estado de Rondônia instituiu o Código Estadual de Saúde do Trabalhador através da Lei Estadual nº 1760, de 31 de julho de 2007, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 808, de 01/08/2007³².

Em seu Capítulo I e Art. 1º, fica instituído o Código Estadual de Saúde do Trabalhador, visando à promoção, proteção e reabilitação da saúde dos trabalhadores em geral.

Destaca-se alguns pontos de importante discussão neste instrumento legal.

Art. 2º. Para efeitos desta Lei, são considerados trabalhadores todas as pessoas que exerçam atividade produtiva e/ou de serviços, seja do setor formal ou informal da economia, vinculados ao setor público ou privado.

§ 1º. A saúde do trabalhador será resguardada nas relações sociais que se estabelecem no processo de produção, de forma a se garantir sua integridade e sua higidez física e mental, observado o que dispõe a legislação pertinente.

§ 2º. Entende-se como processo de produção a relação que se estabelece entre o capital e o trabalho, englobando os aspectos econômicos, organizacionais e ambientais da produção de bens e serviços.

No Art. 3º. Enfatiza-se a importância da intersetorialidade com os demais parceiros.

III – a informação aos trabalhadores e às entidades sindicais quanto à situação de saúde e das condições de riscos no ambiente de trabalho;

IV – a articulação com instituições governamentais e não governamentais que desenvolvam trabalhos relacionados à saúde do trabalhador, para a avaliação das situações de risco e adoção das medidas exigidas.

No Art. 6º, destaca-se competências para as secretarias de saúde, estadual e municipais, referentes em ações e capacitações permanentes em Saúde do Trabalhador.

.. ações de Saúde do Trabalhador em Núcleos, Centros Regionais em Saúde do Trabalhador – CRST e o Centro Estadual de Saúde do Trabalhador; proporcionar capacitação e especialização permanentes das equipes técnicas de Saúde do Trabalhador; ...desenvolver ações educativas visando à prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho;notificar acidentes e doenças do trabalho (...);

Na Seção V - Da Vigilância Sanitária Relativa à Saúde do Trabalhador na Subseção I, o Art. 8º garante a convênios de diversas instituições garantindo a equidade aos trabalhadores. A SESAU e o Ministério da Saúde através de convênios com Municípios e Instituições públicas afins, organizará Núcleos e Centros de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST visando, entre outras ações, a garantia do Trabalhador vítima de acidente do trabalho, ou com suspeita de doença relacionada com o trabalho, para investigação e estabelecimento do nexos causal, oferecendo atenção integral e interdisciplinar, referência e contra referência para os demais serviços de saúde ambulatoriais e hospitalares, bem como o desenvolvimento de ações de assessoramento técnico, treinamento, capacitação, sistema de informação e articulação de ações intersetoriais, entre outras (...).

São nomeados como autoridades sanitárias os servidores conforme a seguir:

§ 2º. Os servidores públicos que estiverem desempenhando suas funções nos Núcleos ou Centros de Referência em Saúde do Trabalhador serão nomeados Autoridades Sanitárias, a fim de que sejam resguardadas as devidas garantias para o cumprimento das disposições exigidas por esta Lei.

Nos Art. 11º e 14º destinam-se à procedimentos de responsabilidade dos profissionais de saúde.

Art. 11º. A assistência à Saúde do Trabalhador compreende procedimentos de diagnóstico, tratamento e reabilitação da saúde.

Art. 14º. É obrigatório ao médico assistente do primeiro atendimento ou diagnóstico, independentemente da sua especialidade e local de trabalho (público e privado), a notificação à instância gestora do sus de acidentes e doenças relacionados com o trabalho, através de instrumento específico. (fichas do sinan).

Quanto às condições de riscos ambientais nos locais e processos de trabalho a Lei enfatiza que:

Art. 18º. Toda instituição e empresa, de caráter público ou privado, de acordo com os riscos ambientais de suas atividades, devem elaborar e implementar programas de prevenção de riscos ambientais e controle médico de saúde ocupacional, atendendo ao disposto em legislação vigente.

Parágrafo único. Estes documentos devem permanecer nos locais de trabalho à disposição da autoridade sanitária, podendo ainda, quando necessário, ser solicitada cópia para análise/avaliação.

Os riscos a que estão expostos os trabalhadores tem seu amparo legal no Art. 19º. *Entende-se por riscos ambientais aqueles decorrentes da exposição aos agentes e processos presentes nos ambientes de trabalho que, em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, possam causar danos à saúde do trabalhador, classificados em risco físico, risco químico, risco biológico, risco ergonômico, risco biopsicossocial e risco de acidentes, conforme legislação pertinente.*

No Art. 20º *a autoridade sanitária poderá exigir da empresa a identificação dos agentes de riscos ambientais presentes nos locais de trabalho, assim como sua quantificação.*

O Art. 236º bem como a Constituição Federal de 1988 postulam que “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida através de políticas sociais e econômicas que visem à redução dos riscos de doenças e de agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços proporcionados à sua promoção, proteção e recuperação”.

A Lei Estadual nº 1760, Código de Saúde do Trabalhador do Estado de Rondônia, inclui ainda dentro das competências, em seu parágrafo único, a ampliação da RENAST.

Parágrafo único. Considerando as condições de gestão dos municípios, caberá a SESAU realizar ações em caráter complementar/suplementar e prestar assessoria, acompanhamento e controle das ações.

Com relação a legislação mencionada, as ações propostas pelo Centro de Referência Estadual, visam a preservação da saúde e a integralidade dos trabalhadores, por meio da ampliação da RENAST, adequando a política nacional à realidade local. Nesses termos, vale mencionar parcerias inter-setoriais, contributivas, face a complexidade dessa rede.

III.4 - Da criação da RENAST no Estado de Rondônia

A criação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador - RENAST foi uma importante estratégia para a efetivação da Atenção Integral à Saúde do

Trabalhador e integração desta nova política junto ao SUS. A rede possui um olhar voltado para a assistência e vigilância, com notificação de agravos à saúde relacionados ao trabalho em rede de serviços sentinela.

Em Rondônia, compondo esta rede, foi criado em agosto de 2004, o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador Estadual - CEREST/RO, gerência vinculada à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU abrangendo todos os 52 municípios do Estado que tem como função a implementação de projetos voltados para o acolhimento, vigilância, intervenção e educação permanente, atuando como um polo gerador de conhecimento acerca da saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde.

Seu papel é de articulador das políticas públicas de acordo com o Plano Diretor de Regionalização do SUS - PDR³³. Sendo assim criou-se unidades sentinela nas seis regionais de saúde, que se encontram nas cidades de Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Rolim de Moura, Cacoal e Vilhena.

Em 2008 foi habilitado e implantado no Estado, o primeiro CEREST Regional, na cidade de Cacoal para atender a demanda da população trabalhadora oriunda dos municípios de abrangência daquele território.

No ano de 2011, por demanda da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG houve em Brasília, movimento de reivindicação dos trabalhadores rurais à Presidência da República, onde várias questões referentes ao “grito da terra” foram abordadas, e dentre elas, o adoecimento da população rural decorrente do uso indiscriminado de agrotóxicos. Com isso, a ampliação da RENAST foi favorecida em todo o território nacional, com a criação de outros dez CEREST no Brasil.

Nesse contexto, o Estado de Rondônia foi contemplado com mais um Centro de Referência, com a especificidade Rural, localizado na cidade de Vilhena. Sua habilitação se deu no ano de 2011, conforme Resolução Nº 025 CIB/RO, de 14 de março de 2011. A localização e o território de abrangência é o mesmo da Regional de Saúde de Vilhena. O local foi acordado entre a equipe técnica do CEREST Estadual e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Rondônia - FETAGRO, motivados pela localização no extremo sul do Estado (Cone Sul) e ao grande número de trabalhadores envolvidos no processo produtivo da mecanização.

Embora a criação desses dois CEREST's regionais e as unidades sentinela nas regionais de saúde, fundamentando a ampliação da RENAST em Rondônia foram identificados espaços territoriais com déficit de Atenção à Saúde do Trabalhador. Dessa

forma o CEREST Estadual a propôs durante reunião da Comissão Intergestora Bipartite – CIB, a criação de Núcleos de Saúde do Trabalhador - NUSAT's. Tendo como meta principal, a descentralização e interiorização de ações em consonância com a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, foi pactuada a implementação de NUSATs nas regiões de saúde do Estado.

III.5 - Propostas de melhoria de atenção à Saúde do Trabalhador

A falta de estruturação que respaldasse o monitoramento das ações, relegou por tempos um papel paliativo a saúde do trabalhador, pois sem registros e identificação dos agravos, não havia como tratar da doença na origem.

Com o advento dos marcos legais foi possível levar aos gestores e áreas técnicas do SUS, a pactuação na identificação, dos respectivos agravos e ou acidentes relacionados ao trabalho através da rede do trabalhador agravado-usuário, e a partir desta identificação, traçar políticas para minimizar o adoecimento.

No Estado de Rondônia, é necessário ainda ampliar o entendimento de que a saúde do trabalhador deve ser concebida como ação transversal devendo a relação saúde/trabalho ser identificada em todos os pontos e instâncias da rede de atenção, garantindo a integralidade na atenção a saúde do trabalhador.

Os gestores devem se conscientizar que o trabalho pautado na prevenção/promoção, modificando o meio ambiente do trabalho através da aplicação destas políticas públicas existentes pode gerar uma melhoria significativa das condições de Saúde do Trabalhador.

IV.1 - Construção civil e saúde do trabalhador no Brasil: emprego ou morte anunciada?

Sob a visão da engenharia,

“A construção é, sem dúvida, uma das atividades humanas mais antigas e importantes para o progresso das civilizações. As edificações ao longo do desenvolvimento humano foram utilizadas para transformar a natureza de forma a atender aos propósitos humanos referentes a abrigo, locomoção, produção, diversão e outros”³⁴.

Por outro lado, o setor da construção civil pode ser caracterizado pelo elevado número de acidentes, não apenas no Brasil, mas em nível mundial. A legislação vigente em nosso país é uma tentativa de garantir os direitos às vítimas por vezes incapacitadas em decorrência da atividade laboral.

O Código de Leis Trabalhistas - CLT, aprovada em 1º de maio de 1943, através do Decreto nº 5.452 durante o governo Getúlio Vargas, trouxe significativas mudanças na legislação como a criação do salário mínimo, estipulou a jornada de trabalho em 8 horas diárias, a regulamentação de trabalho para mulheres e menores, o direito à férias, normas para acidentes de trabalho e o estabelecimento da Legislação do Trabalho.

O desenvolvimento das relações trabalhistas e uma ampliação do número de trabalhadores absorvidos pelo crescimento industrial dos períodos varguistas e pós-varguistas resultaram no aumento da demanda da mão-de-obra na construção civil. Empreendimentos que, posteriormente no período do Governo de Juscelino Kubitschek (1955/1961), tomaram proporções gigantescas, segundo a política vigente à época, de evoluir “cinquenta anos em cinco”. A meta desenvolvimentista visava grandes obras estruturantes como hidrelétricas, rodovias e a construção de uma nova cidade que seria a capital do país³⁵.

Em 1964, com o golpe militar, seguiu-se outro ciclo econômico brasileiro. O foco ainda eram as obras estruturantes, porém voltadas para a integração do país. Marcos como as rodovias Belém-Brasília, a Transamazônica e a ponte Rio-Niterói impulsionaram a indústria da construção civil à época.

Lima³⁶, é quem interpreta e sintetiza essa questão:

“A construção é uma indústria de caráter nômade. Cria produtos únicos e não em série. Não é possível aplicar a produção em cadeia (produto passando por operários fixos), mas sim a produção centralizada (operários móveis em torno de um produto fixo). É uma indústria muito tradicional, com grande inércia no que se refere a alterações. Utiliza mão-de-obra intensiva e pouco qualificada, cujo emprego tem caráter eventual e as possibilidades de promoção são escassas, gerando baixa motivação pelo trabalho. A construção, de maneira geral, realiza seus trabalhos sob intempéries. O produto único, ou quase único na vida do usuário. São empregadas especificações complexas, quase sempre contraditórias e muitas vezes confusas. As responsabilidades são dispersas e pouco definidas. O grau de precisão com que se trabalha na construção é, em geral, muito menor que em outras indústrias”.

Em contraponto, mas com características semelhantes, em relação aos processos de trabalho, podemos inferir que a dinâmica na construção civil de grandes empreendimentos é a mesma que para um edifício ou uma casa. Resguardadas as devidas proporções, a indústria da construção civil está fundamentada na alta rotatividade de trabalhadores, com fragilidade dos vínculos empregatícios, terceirização da mão-de-obra e influências diretas na saúde do trabalhador.

Dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT - evidenciam que 210 milhões de pessoas morrem por ano no mundo, vítimas de acidentes de trabalho. São 120 milhões de notificações registradas pela instituição a cada dose meses, em média³⁷. No Brasil, segundo estudos realizados pela Previdência Social³⁸, apenas em 2008 foram informados 747.663 acidentes de trabalho e é justamente na indústria da construção que se observa o maior índice, com 49.191, ou 6,58% do número total de acidentes laborais ocorridos no país durante o período mencionado.

Gomes³⁹, acerca da construção civil afirma, que os dados estatísticas oficiais não retratam com fidelidade a real natureza do problema, uma vez que em se tratando de construção civil, grande parte dos acidentes nem sequer chegam a ser reportados.

No ano de 2010, no Brasil, segundo as estatísticas oficiais da Previdência Social, foi alcançada a marca de 701.496 acidentes, com 2.712 mortes. A indústria da construção apresenta-se como uma das atividades com maior número de acidentes, com um total de 54.664 acidentes de trabalho⁴⁰. Cerca de 700 mil casos são registrados todos os anos⁴¹.

Essas estatísticas oficiais não retratam com fidelidade a real natureza do problema, uma vez que, em se tratando de construção civil, grande parte dos acidentes nem sequer chegam a ser reportados.

Esses dados referem-se a trabalhadores com carteira assinada e vinculados a Previdência Social e em grande parte ocorrem por condições inapropriadas dentro dos canteiros de trabalho, em situações com mau uso das máquinas e equipamentos perfuro

cortantes, instalações inadequadas e ausência de equipamentos de proteção individual (EPIs), que elevam os riscos à saúde dos trabalhadores³⁹. Sabe-se que a sub-notificação encobre a real dimensão do problema e, em se tratando de grandes obras, o número de casos ganham proporções alarmantes.

IV.1.1 - Características da construção civil no Brasil

No enfoque do processo de trabalho na construção civil serão abordadas as principais condições que causam impacto direto à qualidade de vida e saúde do trabalhador: a rotatividade de mão de obra, o vínculo trabalhista e a segurança.

IV.1.1.1 - Quanto à rotatividade de mão de obra

Estudos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE⁴² demonstram que o setor da construção civil é responsável pela maior rotatividade na economia brasileira com 108% e a seguir o setor agrícola com a taxa de 98%. A ordem de rotatividade dos trabalhadores conforme de atividades econômicas, manteve-se em 2001 e 2009, obedecendo à seguinte sequência: 1º- construção civil; 2º- agricultura; 3º- comércio; 4º - serviços; 5º- indústria de transformação; 6º- indústria extrativa mineral; 7º- serviços industriais de utilidade pública e; 8º - administração pública.

Jornadas extenuantes, a alta rotatividade de mão de obra, falta de condições de saúde e segurança nos canteiros, política de recrutamento temporário e demissões, má alimentação e baixos salários são fatores que contribuíram para a fragilização da saúde do trabalhador. *“A rotatividade de mão de obra é um fenômeno claramente associado à ocorrência de ciclos econômicos, ficando bem identificado o comportamento ascendente na fase de expansão, bem como seu declínio na fase de recessão”*⁴².

Esses estudos apontavam para um crescente processo de reestruturação produtiva, em que a demanda por trabalhadores pouco qualificados, empregados para realizar atividades laborais simplificadas e rotinizadas poderia, em consequência, vir a dar lugar a uma demanda cada vez maior por vínculos estáveis, com trabalhadores mais qualificados e mais comprometidos com o processo produtivo e com as instalações.

Para Silva et. al,⁴³ a desestruturação dos direitos trabalhistas são causas da atuação e do domínio do capital, desencadeando na economia brasileira uma lacuna entre a

produção e a divisão do produto, entre capital e trabalho. A tendência do aumento da rotatividade é observada ao analisar o comportamento do setor produtivo.

Vale então ressaltar, a observação da rotatividade no mercado brasileiro, lembrando um cenário recente. O crescimento do setor da construção civil no intervalo de 2006 a 2010, é de cerca de 80% demandados pelo aumento da renda da população e conseqüentemente à aquisição de bens no mercado imobiliário. Deve-se também mo à implementação de obras de grande porte, às grandes construções, como as hidrelétricas, os projetos da Copa do Mundo 2014 e os Jogos Olímpicos 2016, demonstrando o crescimento desse segmento acima do setor de comércio e o tímido avanço na agropecuária, com crescimento abaixo da média dos últimos anos.

“A análise acerca da rotatividade no mercado de trabalho brasileiro mostra situação bastante heterogêneas, quando observado a composição do emprego formal sob os diferente aspectos setoriais e regionais. Isto esta relacionado às dimensões do nosso país, que apresenta diversidade produtiva significativa, onde os diversos setores produtivos assumem dinâmicas próprias em virtude das particularidade das economias regionais”⁴³.

Para os autores, os postos de trabalho com menor qualificação, a maior rotatividade deve-se como fator agravante os postos de trabalho com menor qualificação, pois a mão de obra pouco qualificada é facilmente encontrada, e em muitos casos substituídas por outras mais qualificadas, contribuindo para uma maior rotatividade nessas ocupações. Para os autores os postos de trabalho com menor qualificação se configuram como fator agravante para uma maior rotatividade que é de grande oferta no mercado.

Sendo assim as empresas contratantes não têm interesse na saúde do trabalhador, este, por sua vez, sobrevive de obra em obra sem estabilidade e garantias, já que a condição assim imposta não lhe permite exigir que seus direitos, em relação à saúde e segurança sejam cumpridos.

IV.1.1.2 - Quanto à terceirização de mão de obra

A terceirização tem como característica a descentralização empresarial de uma atividade para outrem, um terceiro à empresa. Pode-se entender em uma visão mais simplista, a terceirização como uma busca da excelência em determinadas atividades em que as empresas/empreendimentos não possuem especialização. Aplica-se a terceirização no mesmo processo utilizado na produção.

A terceirização da mão de obra resulta na não responsabilidade das empresas na atenção à saúde do trabalhador, como nos acidentes de trabalho, reduzindo as obrigações nas relações de trabalho como consequência das frágeis legislações.

A busca pela flexibilização dos contratos de trabalho e da jornada - entendida como redução de direitos e maior poder empresarial sobre o uso da força de trabalho – tornou-se elemento fundamental do discurso e da prática das empresas na última década. De acordo com DIEESE essas práticas *“Associadas à crescente precarização das relações de trabalho e emprego, a subcontratação e a terceirização estão presentes na grande maioria dos canteiros de obras, redefinindo as relações entre o capital e o trabalho no interior da construção civil”*⁴².

Na compreensão de Saraiva et. al⁴⁴, a expansão do capitalismo moderno se deve, em parte, à precarização do trabalho que implica em um conjunto amplo e variado de transformações ocorridas nos mercados de trabalho, nas condições de trabalho, na qualificação dos trabalhadores e nos direitos trabalhistas, além da ruptura do modelo de desenvolvimento fordista, e esclarece que: *“A terceirização é o ato de transferir a responsabilidade por um determinado serviço ou operação ou ainda fase do processo de produção/comercialização de uma organização para outra, nesse caso conhecida como terceira”*⁴⁴.

Esse conceito é reflexo do que vem ocorrendo no mercado pois a abertura para novos atores tornou, em nível organizacional, a cadeia produtiva mais complexa e dinâmica e conseqüentemente mais competitiva.

Nesse processo, os trabalhadores são pressionados a se ajustarem a contextos cada vez menos estáveis disputando palmo a palmo uma colocação com seus colegas no mercado de trabalho. Criou-se, assim, um empobrecimento social, devido ao notável enfraquecimento das organizações de defesa dos direitos dos trabalhadores e a escassez de oportunidades de emprego, além da fragmentação da classe pela necessidade de vários vínculos trabalhistas. Por tudo isso, percebe-se a precarização do trabalho nos casos estudados na presente pesquisa.

É nesse contexto que se insere a terceirização: é a transferência da responsabilidade do empreendedor na execução de uma atividade secundária a outros atores. Relação que é motivada por ganhos competitivos sistêmicos, conseguidos através da liberação das obrigações.

IV.1.1.3 - Quanto à saúde e segurança do trabalhador

Como destacaram Almeida et al.⁴⁵, “é preciso ter mais atenção aos processos de trabalho, sobretudo em canteiros gigantescos, em que há o risco de maiores acidentes, ou de maiores proporções”. Dessa forma, e de acordo com as bases legais referentes à proteção e à saúde e segurança dos trabalhadores, a legislação trabalhista norteia-nos em seus vários aspectos.

Na área da construção civil, conforme instruções do MPT 1ª Região⁴⁶, observa-se a obrigatoriedade dos empregadores, quanto ao cumprimento das normas de saúde e segurança de seus trabalhadores nas diversas fases da obra. Para isso, deve-se fornecer gratuitamente EPIs para a proteção da integridade física do trabalhador, e o seu uso adequado quanto à prevenção do risco.

A certificação emitida pelos órgãos fiscalizadores dos EPIs, garantirão a confiabilidade do mesmo. Como equipamento de proteção específica da construção civil, e ao atedimento às NRs. A empresa deve fornecer:

Capacetes: de utilização obrigatória em toda a obra; é exigência nos trabalhos em altura que o trabalhador prenda o capacete na cabeça com a colocação da alça jugular, evitando a queda do equipamento.

Calçados: de utilização obrigatória em toda a obra; quando houver trabalhos em locais encharcados, como escavação, o empregador deve oferecer a bota de PVC.

Cinto de segurança: de utilização obrigatória nos locais de trabalho acima de dois metros de altura, ou sempre que houver risco de queda.

Cabos-guia para a fixação do cinto: embora seja utilizada o cinto de segurança é recomendado ao trabalhador o cuidado do cabo guia para ancoragem. O trava quedas fornece a ligação do cinto de segurança ao cabo guia.

Luvas de raspa: a utilização recomendada ao trabalhador que tem a sua atividade ligada a movimentação de madeiras, e os trabalhos de amarração que manuseiam com materiais abrasivos, cortantes ou peças com rebarbas.

Óculos: são fornecidos como protetores faciais e que devem ser utilizados quando existir o risco de projeção de partículas em direção aos olhos. A recomendação da NR é que, preferencialmente, seja oferecido a proteção que envolve todo o rosto.

Protetor auricular: a NR nº 15 recomenda a utilização desse EPI quando da execução de tarefas onde o nível de ruído do ambiente chegue a 85 decibéis para oito horas de trabalho. Recomenda-se, para melhor higiene, o protetor do tipo concha.

IV.1.1.4 - Áreas de vivência

Para as áreas de vivência dos canteiros devem-se ser observados o número de trabalhadores por canteiro de obra e manter o mínimo de condições de higiene em todo o perímetro de trabalho, observando-se os lavatórios, com as especificidades da norma, o fornecimento de papel higiênico gratuito, chuveiros condizentes a atender à demanda dos trabalhadores, os vestiários com mobiliário individual, com cadeados, bancos auxiliares para a troca de roupas àqueles que não residem no canteiro de obras.

As refeições devem ser em locais com proteção coberta, longe das instalações sanitárias, com assentos e mesas com condições para atender os trabalhadores, e em casos dos trabalhadores elegerem levar a sua refeição deverá ser oferecida marmiteiros para o aquecimento. A água potável deve, em regiões de clima quente, ser oferecidas na temperatura refrigerada, e bebedouros de jato inclinado.

As medidas de proteção contra quedas de alturas devem observar os cuidados referentes às questões de aberturas em pisos e poços de elevador, abertura de periferias como os guarda corpos, o uso de telas para a proteção de cabos de aço, manter corrimão nas escadas.

As medidas de proteção contra a queda de materiais são obrigatórias nas edificações que tenham de quatro ou mais pavimentos, contando também com plataforma de proteção, denominados de bandeijão, as plataformas secundárias de proteção.

Andaimes devem possuir guarda-corpos em toda a sua extensão, ter pisos em toda a sua área e não utilizar tábuas improvisadas. Nas atividades realizadas acima de dois metros devem oferecer os cintos de segurança do tipo para-quedista, e para a fixação ao andaime utilização do cabo guia.

Serra circular: todas devem conter proteção do tipo coifa e cutelo, protegendo o trabalhador na projeção de materiais metálicos oriundos do rompimento do disco. A mesa deve atender padrões de resistência e assegurada a fixação adequada no piso. A proteção nas correias evita engate de parte de vestimenta no equipamento.

Elevadores: deve-se observar a existência de barreiras protetoras, dispositivos impeditivos à abertura das cancelas, operador qualificado, rampas de acesso resistente, e à proibição do transporte de trabalhadores aos elevadores destinados a cargas.

O choque elétrico: é comum nos canteiros e a observação se torna imprescindível. Quanto ao aterramento elétrico, em especial nas betoneiras e serra-circular, eliminar as gambiarras, as improvisações e falta de isolamento adequado. A utilização da chave blindada é fator determinante na prevenção dos riscos.

Segundo Martins,⁴⁷ a análise das medidas de segurança dos canteiros de obras identificam que:

“a segurança depende da experiência acumulada, e como a produção, em qualquer sistema, se sujeita a exigência de prazos, qualidade e quantidade, que são incompatíveis com a fase de aprendizagem e de domínio de um novo processo, algumas etapas são puladas para que o produto seja finalizado.”

Os treinamentos como medidas de segurança são fatores imprescindíveis à minimização dos acidentes, com a sua periodicidade garantem a execução de suas atividades com segurança. A constituição das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPAS. Nas empresas com mais de vinte funcionários, é designado um trabalhador como responsável nos casos de acidentes.

Como destacaram Batista et. al⁴⁵ é preciso ter mais atenção aos processos de trabalho, sobretudo em canteiros gigantescos, em que há o risco de maiores acidentes, ou de maiores proporções. O trabalho na construção civil exige, desses trabalhadores, disposição, dedicação e capacidade física que, muito frequentemente, envolve movimentos repetitivos ou inadequados, posturas incorretas, grandes exposições ao ruído, às poeiras, fumos metálicos e a situações perigosas.

IV.1.1.5 - Prelúdio da medicina do trabalho e à saúde do trabalhador.

Nas palavras de Minayo e Thedim²⁴, podemos refletir e compreender para o campo da saúde pública, as lutas e conquistas realizadas para melhoria da vida dos trabalhadores.

“A área de Saúde do Trabalhador no Brasil, dentro do campo da saúde pública, tem uma conotação própria, como reflexo da trajetória que lhe deu origem e, assim, vem constituindo seu marco referencial, seu corpo conceitual e metodológico. Um percurso próprio dos movimentos sociais, marcado por resistência, conquistas e limitações nas lutas coletivas por melhores condições de vida e de trabalho, pelo respeito/desrespeito das empresas e legislação existente e pela omissão do Estado na definição e implementação de políticas nesse campo, bem como sua precária intervenção no espaço laboral”.

Na trajetória evolutiva da medicina do trabalho à saúde do trabalhador destaca-se a presença da medicina ocupacional.

A medicina do trabalho surge na metade do século XIX momento em que a Inglaterra passava por conflito interno, denominado “Revolução Industrial”, onde a força de trabalho era exigida na produção de forma desumana, submissa e escravagista, com a figura do médico, no interior das fábricas, servindo de intermediário entre os trabalhadores, o público e o proprietário, sendo ainda outorgado a ele, o direito e a defesa junto aos trabalhadores.

O médico possuía características confiáveis, identificado como figura central da fábrica, levando consigo o direito do empresário e a prevenção aos males da saúde dos empregados como sendo de sua inteira responsabilidade.

A medicina do trabalho não possui olhar para o indivíduo; seu objetivo é a manutenção do trabalhador produtivo. O médico do trabalho, com característica patronal e lucrativa, deixa o trabalhador sujeito às condições precárias em detrimento do grau de satisfação no “ser operário” ou tendo o trabalho como forma de sobrevivência, caso ele goste ou não.

Visando a manutenção do operário produtivo, o ambulatório nos canteiros de obras, ainda que presentes, trabalham apenas de forma paliativa. São, na verdade, unidades ineficientes e totalmente a serviço do capital.

Foi convocado pela OIT no ano de 1954, especialistas com o intuito de estudar as formas de organização dos Serviços Médicos do Trabalho. A transformação do modelo médico de serviços e/ou médico do trabalho para serviços de medicina do trabalho, teve o intuito de assegurar a proteção dos trabalhadores aos riscos à saúde decorrentes do exercício da função, a adaptação do trabalhador em locais adequados, contribuindo para a adequação física, mantendo o nível de bem estar físico e mental dos trabalhadores.

Para Mendes & Dias⁴⁸ a medicina do trabalho constitui fundamentalmente uma atividade médica, e o "*locus*" de sua prática dá-se tipicamente nos locais de trabalho, sendo assim, destinada a cuidar da aptidão física e mental dos trabalhadores.

A saúde ocupacional, como evolução da medicina do trabalho é ressaltado nas Escolas de Saúde Pública dos Estados Unidos: a trajetória evolução da medicina do trabalho à saúde ocupacional.

“surge, sobretudo, dentro das grandes empresas, com o traço da multi e interdisciplinaridade, com a organização de equipes progressivamente multi-profissionais, e a ênfase na higiene "industrial", refletindo a origem histórica

dos serviços médicos e o lugar de destaque da indústria nos países "industrializados".

Dessa forma surge o modelo da saúde ocupacional. Porém não conseguiu atingir os objetivos propostos, sendo mantido o modelo de trabalho firmado no mecanicismo, as atividades sobrepostas e desarticuladas, que impediram a interdisciplinaridade, a ausência de capacitação de recursos humanos frente ao conhecimento na área, bem como não acompanharam as modificações dos processos de trabalho.

Adivinda da crítica às instituições médicas e das novas tecnologias, a saúde do trabalhador aparece com o objetivo de romper com os modelos clássicos que não trouxeram a mudança exigida pelo intenso processo social e apropriação do Estado. Surge como um campo em construção na saúde pública, definido como um processo saúde e doença dos grupos humanos, levando alternativas de apropriação rumo aos trabalhadores no contexto humano do trabalho, quebrando a hegemonia estabelecida vínculo causal entre a doença e um agente específico, ou inúmeros fatores de risco nos ambientes de trabalho.

Nessa perspectiva, a saúde do trabalhador procura a identificação sobre o adoecer e morrer das pessoas e em especial os trabalhadores, de forma articulada, considerando o trabalho enquanto organizador social e suas limitações, como o espaço de dominação e submissão do trabalhador pelo capital. Nessa visão⁴⁸, “é importante salientar que na implementação deste novo modo de lidar com as questões de saúde relacionadas ao trabalho, os trabalhadores contam com dois apoios importantes: uma assessoria técnica especializada e o suporte, ainda que limitado, dos serviços públicos estatais de saúde.”

Nessa abordagem de Mendes & Dias, finalizam⁴⁸

“Como características desta "nova prática" cabe ainda mencionar o esforço que vem sendo empreendido no campo da saúde do trabalhador para integrar as dimensões do individual x coletivo, do biológico x social, do técnico x político, do particular x geral. É um exercício fascinante, ao qual têm se dedicado os profissionais de saúde e os trabalhadores, que parece apontar uma saída para a grave crise da "ciência médica" ou das "ciências da saúde". Os cânones clássicos colocados a partir de formas fragmentadas de ver e estudar o mundo, se contribuíram para o aprofundamento do conhecimento em níveis inimagináveis, estão a necessitar de uma nova abordagem que consiga reuni-los, articulá-los, colocando-os a serviço dos homens.”

Concluindo assim, para esses autores, *“a caminhada da medicina do trabalho à saúde do trabalhador encontra-se em processo. Sua história pode ser contada em diferentes versões, porém com a certeza de que é construída por homens que buscam viver livres”*.

IV.2 - Marcos legais dos impactos sócioeconômicos e da saúde do trabalhador no Brasil

A institucionalização da Avaliação dos Impactos Sociais e processos de tomadas de decisão de Projetos Hidrelétricos no Brasil foram os marcos legais que precederam a implantação de usinas hidrelétricas. A Resolução CONAMA nº 237 de 19 de novembro de 1997 trata do licenciamento ambiental, obrigatório a todos os grandes empreendimentos⁴⁹.

Nesse contexto, as questões que envolvem a saúde dos trabalhadores e a institucionalização da Avaliação de Impactos à Saúde em Projetos Hidrelétricos permanecem com abordagem incipiente, prevalecendo, na Constituição Federal⁵⁰, o art. 6º que assegura o direito à saúde, ao trabalho, à segurança e à previdência social, assim como os artigos 196º a 200º que garantem que a saúde é um direito de todos e dever do Estado. Garantir e promover a efetividade desse direito mediante políticas, por meio de ações e serviços públicos de saúde organizados em um sistema único, que podem ser complementados por outros serviços de assistência à saúde prestado por instituições privadas.

IV.3 - Os impactos dos processos produtivos sobre a saúde e o ambiente

O ambiente e a produção possuem relação intrínseca com a manutenção da saúde humana e ambiental. Através dos diversos processos produtivos existentes, o ambiente é modificado para que seja processado o desenvolvimento humano. Porém, essas modificações geram impactos significantes na vida de populações e no ambiente.

A Amazônia é considerada a última reserva mundial de energia, por seu potencial hídrico, de gás natural e pelo depósito de biomassa. É uma região ecologicamente frágil, com necessidade de um modelo de desenvolvimento que garanta sua sustentabilidade⁵¹.

Embora o planejamento do setor elétrico trabalhe com horizonte de longo prazo, não tem havido flexibilização no processo de planejamento do setor para mudar sítios selecionados para a construção de hidrelétricas, caso nesses sítios habitem importantes etnias ou estejam localizados ecossistemas que poderiam ser preservados.

Os efeitos sócioambientais e sanitários são inequívocos durante a implantação de usinas hidrelétricas. Organismos internacionais têm recomendado a elaboração de avaliação de impacto ambiental em que os impactos sobre a saúde sejam considerados relevantes e recomendam implementar salvaguardas sanitárias⁵¹.

Projetos de desenvolvimento associados a mudanças ambientais agravam o quadro sanitário. Embora se reconheçam os impactos negativos sobre a saúde gerados pelos projetos hidrelétricos, os esforços para minimizar os efeitos negativos produzidos antes, durante e depois da implantação dos projetos são limitados.

De modo geral, a saúde não é considerada parte fundamental do projeto a ser desenvolvido, sendo reduzida a uma série de providências de última hora para reforçar os serviços para que os mesmos possam lidar com os inevitáveis problemas de saúde.

As condições de saúde e doença presentes em uma dada sociedade são consequência de uma complexa rede de relações em que as populações e meio ambiente estão inseridos. São, portanto, relevantes para a determinação de saúde e doença, das condições de vida, ambiente e trabalho a que estão submetidos pessoas e grupos sociais⁵².

São complexas as relações entre hidrelétricas e saúde. Os múltiplos processos produzem riscos de graus diferenciados que vão determinar as condições do processo saúde-doença da população local, configurando-se um novo perfil epidemiológico⁵².

As condições de saúde e doença existentes em uma dada sociedade são consequências de uma complexa rede de relações em que população e meio ambiente estão inseridos. São, portanto, relevantes para o processo saúde-doença as condições de vida, o ambiente e o trabalho a que estão submetidos pessoas e grupos sociais. Quaisquer mudanças em tais condições podem alterar o quadro sanitário¹⁷.

Para Machado & Firpo⁵³, a “lógica clássica de intervenção sanitária, simplesmente, não dá conta de uma série de problemas de saúde que não cabem nos “compartimentos setoriais” das vigilâncias, como as causas externas e as doenças crônico-degenerativas, os campos da Saúde do Trabalhador e da Saúde Mental”.

Obviamente, quanto mais distantes da lógica do modelo assistencial-sanitarista são os processos saúde-doença, maior será a necessidade de serem construídas práticas alternativas que superem seus limites intrínsecos.

“Não existem “vacinas” contra acidentes de trânsito, tampouco substâncias que possam “higienizar” ambientes gerais ou de trabalho contaminados que, mais tarde, podem levar ao câncer as pessoas expostas. Nesses casos, quanto mais são analisadas as gêneses desses riscos e seus efeitos, mais se encaminha para um emaranhado de políticas públicas, práticas sociais e processos decisórios que se encontram fora do âmbito do setor Saúde”⁵³.

Tambellini & Câmara⁵⁴ analisam o processo saúde-doença com seus determinantes e condicionantes históricos, genéticos e estruturais (biopsíquicos, sociais e ecológicos) e problematizam a saúde ambiental e a saúde do trabalhador como dimensões técnicas de

intervenção do campo temático produção / ambiente saúde.

O processo de implantação de hidrelétricas implica importantes transformações sociais e ambientais. Em decorrência dessas transformações, há interferência em todos os aspectos da vida das populações, em especial, a saúde.

IV.4. - Fases de construção do empreendimento e possíveis riscos do processo

Na fase de construção do projeto há intervenção ambiental de grande magnitude: desmatamentos, construção de canteiros de obra, abertura de estradas, alteração do curso dos rios, intensificação da migração e conseqüente aumento da demanda por equipamentos sociais, introdução de novos processos de trabalho, evidências de urbanização, problemas relacionados ao deslocamento de populações. Tais efeitos produzem mudanças no padrão de morbimortalidade na área de implantação do projeto hidrelétrico.

Nessa fase, é possível evidenciar um aumento da incidência de doenças transmitidas por vetores como malária, esquistossomose, entre outros, e acidentes do trabalho, alcoolismo, doenças sexualmente transmissíveis/AIDS, circulação de novos vetores e parasitas, aumento da mortalidade por causas externas.

Na fase de operação do projeto hidrelétrico evidenciam-se: riscos relacionados à formação de grandes lagos, conseqüentemente, afogamento de florestas tropicais, perda de biodiversidade, proliferação de vetores, alteração na qualidade da água do lago, intensificação do processo de urbanização, insuficiência da rede de serviços de saúde e saneamento básico, intensificação do processo de favelização da população excedente da obra e de novos fluxos migratórios, insatisfações quanto às indenizações ou pendências compensatórias além da descapitalização dos agricultores.

A análise da situação de saúde nas diversas etapas do projeto facilitaria a organização/execução de programas de saúde eficientes, que minimizariam os riscos tanto das populações residentes perto da área central do projeto, quanto daquelas situadas na periferia.

Com relação à população afetada por projetos hidrelétricos devem ser considerados os seguintes grupos, como os residentes, antes do início do projeto, os trabalhadores diretamente ligados ao projeto, a população atraída espontaneamente pelos projetos, à população relocada, a população que permanece no local ao final do projeto e a população de jusante.

Essas etapas da construção fornecerão informações necessárias para uma negociação intersetorial, com definição de responsabilidades, elaboração de estratégias e plano de saúde que reforcem os serviços, programas de saúde e infra-estrutura sanitária da área de influência dos projetos.

Sendo assim, seguindo as ideias de Gregório⁵⁵, tona-se um desafio elaborar políticas para o setor da saúde do trabalhador, devido à sua complexidade ser maior do que em outras áreas da saúde pública. É necessário que as pesquisas se intensifiquem para poder gerar mais conhecimentos para a implementação de políticas específicas, nessa área, e direcionar as ações de entidades que representam o interesse dos trabalhadores, ou daquelas que regulamentam os processos de trabalho.

Esta pesquisa objetiva desvendar os caminhos e descaminhos por onde passam os trabalhadores das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, podendo assim gerar mais conhecimentos para a implementação de políticas específicas aos novos empreendimentos e direcionar as ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador - VISAT e que representem o interesse dos trabalhadores, ou daqueles que regulamentam os processos de trabalho.

V – PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo apresenta o caminho percorrido pela pesquisadora, com uma base conceitual para o avanço da pesquisa de campo, na coleta e na análise dos dados.

Encontra-se dividido em três grandes etapas: levantamento de material bibliográfico, instrumento de coleta de informações e a análise dos dados.

Contido nessas etapas, do lócus da pesquisa, detalham-se o início da migração e assentamento populacional no território do Guaporé. Percorre o trajeto da criação do estado de Rondônia às instalações das usinas hidrelétricas do Madeira. Busca compreender a trajetória do fluxo migratório, da mobilidade de trabalhadores, a caracterização do território, a colonização, a construção da estrada de ferro Madeira Mamoré, os ciclos da borracha e do ouro, os rios Jamari e Madeira, a implantação da primeira usina hidrelétrica de Samuel, até a instalação das usinas hidrelétricas de Santo Antônio de Jirau.

Assim sendo, o percurso metodológico da pesquisa envolveu a caracterização e seleção dos sujeitos, instrumento de coletas de dados, tratamento e análise de dados, e os aspectos éticos.

O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados nacionais e internacionais em busca de publicações e contextualização conceitual, nos sistemas de informação sobre teses, no site Scielo, Biblioteca Virtual de Saúde, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ e o sistema de busca Google Acadêmico, utilizando descritores relacionados ao estudo proposto.

V.1 - Natureza do estudo

O estudo ora apresentado analisou trabalhadores envolvidos na construção de usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. Buscou-se compreender o significado e implicações dos impactos à saúde da implantação de um grande empreendimento, a partir da compreensão dos próprios trabalhadores sobre seu cotidiano de trabalho e o significado atribuído às atividades realizadas.

Trata-se de um estudo exploratório, de abordagem qualitativa, tendo como técnica de tratamento de dados, a análise de conteúdo, enquanto recorte analítico interpretativo dos fenômenos sócio espaciais. *“A abordagem qualitativa realiza uma aproximação*

fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir das quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas”⁵⁶.

Segundo Minayo 2010⁵⁷, a pesquisa qualitativa “visa a compreender a lógica interna de grupos, instituições e atores quanto à (a) valores culturais e representações sobre sua história e temas específicos; (b) relações entre indivíduos, instituições e movimentos sociais; (c) processos históricos, sociais e de implementação de políticas públicas e sociais” (pág.23).

As metodologias de pesquisa qualitativa podem ser entendidas como “aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas”⁵⁷. Desse modo, a utilização de uma abordagem qualitativa potencializa o estudo do mundo empírico sob a perspectiva dos sujeitos. Permite, assim, aprofundar o reconhecimento da realidade social da forma que se processa, levando em conta o contexto do objeto de estudo, buscando compreender os diferentes pontos de vistas dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

V.2 - Lócus da pesquisa

Este estudo teve como cenário as Usinas Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau situadas na cidade de Porto Velho, no Estado de Rondônia, Brasil. Para compreensão desse cenário é importante conhecer as características da região anterior à construção desses dois grandes empreendimentos.

V.3 - Caracterização do Estado de Rondônia: Da estrada de ferro Madeira Mamoré às Usinas Hidrelétricas do Rio Madeira

O Estado de Rondônia ocupa 2,8% da superfície nacional e 6,19% da Região Norte. Compartilha seus limites com os Estados de Amazonas, Acre, Mato Grosso, e é região fronteira com a República da Bolívia. É formado por 52 municípios e 06 Regiões de Saúde. Possui uma área de 237.590.547 km² e população de 1.562.409 hab. possuindo a densidade demográfica de 6,58 hab./km² (IBGE/2010).

A mobilidade populacional (atração e expulsão) promovida pela construção das usinas, caso não tenha um planejamento, é fato propulsor à ocupação acelerada e

desordenada, tanto das cidades, quanto de áreas rurais. Estima-se que o crescimento populacional brasileiro nos próximos 10 anos será maior nas regiões Norte e Centro-Oeste, aumentando a participação dessas duas regiões no total da população do país a estimativa da população de Porto Velho, conforme Gráfico 1⁵⁸.

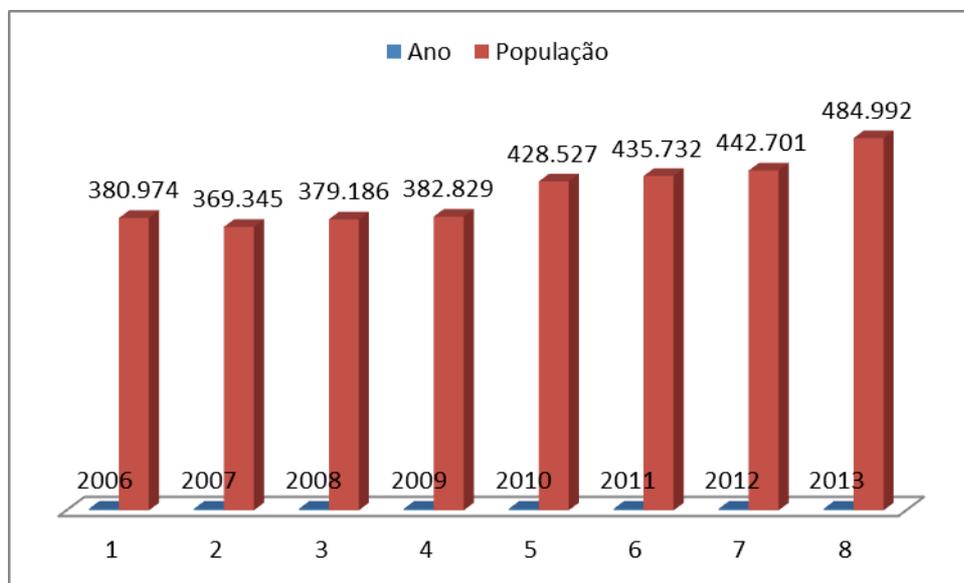


Gráfico 1: Evolução demográfica de Porto Velho, população estimada entre 2006-2013
Fonte: (IBGEa, 2010)⁵⁸.

A capital Porto Velho nasceu das instalações portuárias, ferroviárias e residenciais da Madeira-Mamoré Railway, atualmente com extensão é de 34.096.388 km² e população de 484 992 habitantes (Estimativa IBGE 2013)⁵⁸.

V.4 – Da Colonização

Neste percurso a nossa pretensão é mostrar um pouco da história da migração dos povos instalados no território e trazer fases da história percorridas por eles.

“Falar dos trabalhadores de Rondônia, é reconhecer que a euforia da propaganda que os carregou para lá transformou-se na realidade dura do trabalho que enfrentam, encontrando até em situações de servidão. Tal característica tem sido enfocada desde a época da linha telegráfica de Cândido Rondon, da construção da Madeira-Mamoré, construção do Forte Príncipe da Beira aos dias atuais”⁵⁹.

O Estado possui uma grande diversidade étnica: a população migrante que se instalou no interior do estado foi composta por povos oriundos de várias regiões do país, tais como capixabas, baianos, mato grossenses, paranaense, paulistas, mineiros, sergipanos, goianos, gaúchos, povoando assim o interior do estado (Figura 1). Dos povos que se instalaram na capital, a grande maioria foi formada por nordestinos, como os

cearenses, maranhenses, acreanos e amazonenses, caracterizando assim uma cultura voltada para povos ribeirinhos e nativos da região, impulsionados pela oferta do ouro nas margens do Madeira⁴⁹.

Historiadores de Rondônia, colaboram com memória de fatos que trazem a origem dos povos aqui habitados, ilustrando a mobilidade social iniciada há três séculos (Figura 1).

“O processo de povoamento de Rondônia tem sua origem no começo do século XVIII, quando a coroa portuguesa realiza suas primeiras expedições na região do Alto Madeira e do Vale do Guaporé em busca de jazidas de ouro. Essas buscas proporcionaram o surgimento de povoações com a Vila Bela de Santíssima Trindade do Mato Grosso, no Rio Guaporé e Santo Antônio, no Rio Madeira. O declínio do Ciclo do Ouro, no início do século XIX provocou o abandono dos primeiros núcleos populacionais da região que seriam reinados em seguida com os Ciclos da Borracha, conhecida também como o Ouro Negro”⁶⁰.



Figura 1: Chegada de imigrantes ao Território do Guaporé no Século XVIII.
Fonte: Prof^a. Jucélia

“Os migrantes trouxeram suas tradições e aqui criaram muitas outras, próprias de uma região onde impera a mistura das misturas brasileiras”⁶⁰.

V.4.1 – Do Ciclo da Borracha

O Estado de Rondônia foi colonizado inicialmente por povos portugueses através da exploração da borracha. Na segunda metade do século XIX, a Europa exerceu grande fascínio pela borracha. No ano de 1942, é lançado cartilha do Governo Nacional para recrutamento ao trabalhador nordestino, convidando-os à alistar-se e a seguir rumo à Amazônia para cumprir com seu dever à pátria, com promessa da “terra da promessa”,

onde o governo tinha assumido compromissos internacionais que precisava atender “*custe o que custar*” esse acordo, pondo a sua própria dignidade em jogo. Sendo assim criou a SEMTA – Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores da Amazonia, com a finalidade de “*alistar, amparar, e encaminhar os trabalhadores para a amazônia milagrosa*”⁶¹. Para ilustrar o enunciado demonstra-se na figura abaixo, os migrantes aportados na cidade de Guajará Mirim em busca de um futuro melhor (Figura 2).



Figura 2: Soldados da borracha⁶².

Fonte: Rondoniaovivo.

V.4.2 – Da Ferrovia Madeira Mamoré

O Brasil, no ano de 1903, se vê obrigado pelo Tratado de Petrópolis, a construir a saída da Bolívia para o oceano, onde ligaria a cidade de Guajará Mirim, divisa com a Bolívia, com a cidade de Porto Velho, capital de Rondônia, através da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Superando os trechos de grandes cachoeiras do Rio Madeira, a ferrovia possibilitaria o acesso dos produtos bolivianos, principalmente a borracha, aos portos brasileiros do atlântico, na cidade de Belém do Pará⁶³. O sucesso da ferrovia era esperado, embora tenha custado vidas de muitos dos trabalhadores, os senhores do capital festejavam como um grande feito e com as honras da época (Figura 3).



Figura 3: Autoridades em inauguração de trecho da Ferrovia Madeira Mamoré.(1912).

Fonte: pt.wikipedia.org⁶⁴.

Com a extensão de 336 km, a ferrovia atraiu trabalhadores de mais de 50 nacionalidades, contribuindo com um poderoso impulso para o povoamento e desenvolvimento do Estado, e em seu destaque para a grande migração e cultura de povos barbadianos. Muitos trabalhadores foram vítimas de endemias locais, como a malária e às precárias condições de trabalho naquela época oferecidas, trazendo à ferrovia o rótulo de “Ferrovia do Diabo” e, a cada dormente assentado, um trabalhador tinha sua vida ceifada⁶⁵.

V.4.3 – Do Ouro

Descoberto no Rio Madeira, na década dos anos 80, o ouro e a cassiterita foram na época, os principais produtos de Rondônia, fato este que atraiu para a região, empresas mineradoras e garimpeiros de todo o Brasil. Era considerado um trabalho extremamente perigoso, pois para chegar ao desmonte no leito do rio, o mergulhador era obrigado a descer até 15 metros de profundidade, e muitas das vezes não imergiam a superfície devido suas mangueiras terem sido cortadas por colegas, pela cobiça ao ouro. Estima-se que havia na época 600 dragas e 450 balsas extraindo ouro no leito do rio⁶³.

O sonho da fortuna a todo o custo, proporcionava a hegemonia das classes sociais na busca desenfreada à riqueza, conformando esses garimpos ao amontoados de pessoas, denominados de “fofocas”(figura 4).



Figura 4: Rondônia - A sofrida busca do ouro, entre os anos 1970 e 1980.
Fonte: Montezuma Cruz⁶⁶.

V.4.4 – Da Usina de Samuel

Na década de 1980, com a elevação do território de Rondônia a Estado, o então governador Coronel Jorge Teixeira de Oliveira, vislumbrando o avanço do progresso de Rondônia, viabilizou junto ao governo federal, a construção de uma Usina Hidrelétrica no estado, ocorrendo assim à instalação da Usina de Samuel, no rio Jamari, afluente do Rio Madeira. Ela está localizada a 50 km da capital Porto Velho, na BR 364, sentido a Cuiabá - capital de Mato Grosso. Até então, o estado contava apenas com a energia termoeétrica, e a população sofria constantes apagões e o desligamento da rede elétrica para manobras de manutenção da rede, o que impedia que os investidores trouxessem o desenvolvimento econômico com a instalação de indústrias⁶⁷.

Para Sevá et. al⁶⁸, a “*Usina Samuel foi a primeira grande hidrelétrica instalada em Rondônia e seu projeto foi elaborado e executado durante a ditadura militar, sem qualquer participação popular ou consulta aos atingidos. Quando suas obras foram iniciadas, em 1982, pouco se sabia sobre as consequências das barragens em Rondônia*”.

Naquele momento, muitas das famílias já haviam se deslocado por conta própria, para a periferia de Porto Velho, antes de começarem a construção das usina, portanto não foram consideradas como atingidas, para fins de indenização ou relocação. Tal qual mostra Bassegio & Perdigão⁵⁹, a Eletronorte de acordo com os moradores daquela época, para fins lucrativos, proibiu a população residente do entorno do futuro empreendimento, o plantio de lavoura perene ou de raiz, para fins de redução de apuramentos de benfeitorias no momento do levantamento indenizatório.

Confirmando a linha de pensamento de Melo & Paula¹⁹, os problemas relacionados à indenização dos moradores atingidos pelas barragens das hidrelétricas de Samuel em Porto Velho e Balbina em Manaus são exemplos de grandes empreendimentos que trouxeram impactos socioeconômicos e ambientais devido as suas dimensões.

Em outras palavras, a revolução industrial e tecnológica transformou o produto de exclusividade da Amazônia em um produto de grande demanda e preço muito elevado, contribuindo na desestruturação social e cultural, ocasionando transtornos à administração pública, como enfatiza Souza⁶⁹.

“Aumento de tensões e conflitos; propagação de boatos; organização da população local em movimentos; perda de identidade social; perda de sentimento comunitário; mudanças nas interações sociais cotidianas; transformações no estilo de vida; perda de técnicas e matéria-prima da economia artesanal; perda de marcos históricos; perda de valores e sentimentos referidos a lugares; esvaziamento da população da área inundada; alteração do padrão da população urbana e rural; movimentos migratórios; pressão sobre a infra-estrutura de educação, preservação, lazer, saúde, saneamento e segurança pública; problemas sociais: prostituição, gravidez precoce, alcoolismo, entre outros”.

A partir desses padrões, o registro desses fenômenos vem vinculados com a destruição econômica, na complementariedade de Souza⁶⁹.

“Pressão sobre os recursos naturais; especulação imobiliária; elevação do custo de vida; perda de bens; transformações no mercado de trabalho, provocando desemprego, marginalização social, e/ou abertura de novos mercados; falência de empresas; empobrecimento regional; perda de recursos turísticos atuais e potenciais e/ou criação de novas oportunidades; desequilíbrio entre oferta e procura de bens e serviços no comércio; transformações no comportamento do consumidor; abertura de novos mercados; transformações na economia pesqueira; perda de sistemas agropecuários; pressões sobre o uso do solo; aumento de pequenos produtores; surgimento de economia marginal/informal; endividamento; pauperização, entre outros”.

V.4.5 – O Rio Madeira

A origem do nome “Madeira” surge por ser um rio relativamente novo e com muita erosão em suas margens, no período de chuvas seu nível sobe e inunda grandes porções da planície florestal, trazendo troncos e restos de madeira da floresta, época em que são negociadas pelos madeireiros e transportadas as custas do rio (figura 5)⁷⁰.



Figura 5: Rio Madeira, em Rondônia, mostrando os troncos de árvore no leito do rio.
Fonte: Bruno do Amaral⁷⁰.

O Rio Madeira nasce na Cordilheira dos Andes, na Bolívia (Figura 6), com o nome de Beni, se encontra com o rio Guaporé e se torna o Rio Madeira. Ele é o maior afluente da margem direita do rio Amazonas, tendo como extensão total aproximada de 3.315 Km⁷¹ e sendo uma das principais vias de transporte de produção da soja produzida no estado de Mato Grosso e transportada para Belém, e esse sendo uma dos dez portos de escoamento da soja do Brasil, tornando assim o corredor de escoamento da soja para o mundo, entretanto de forma precária e com pouco investimento, focando somente às necessidades do lugar^{72,73}.

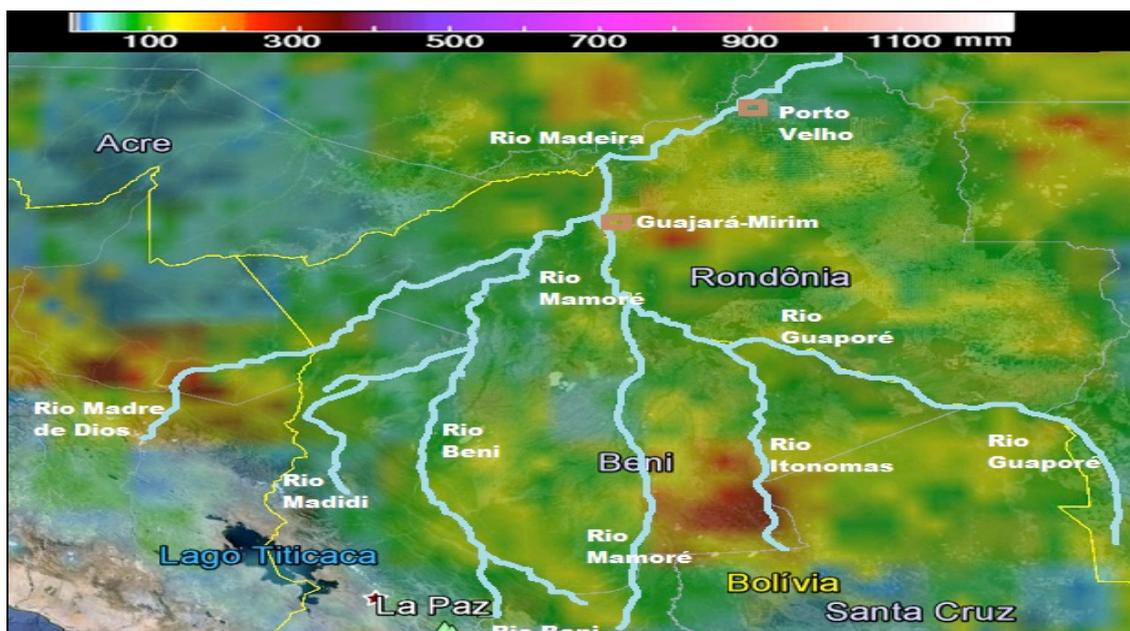


Figura 06: Vista aérea da bacia do Madeira.
Fonte: NASA e De Olho No Tempo Meteorologia⁷⁴

Principal braço do rio Amazonas, o Madeira tem o curso dividido em três níveis: Alto Madeira, Baixo Madeira, e trecho das cachoeiras e corredeiras³.

Com o advento das usinas vieram os investidores IMMA, Toshiba, Votorantim e outras indústrias de produtos periféricos na composição da construção das usinas, gerando emprego direto e indireto, aumentando significativamente os problemas relacionados à saúde do trabalhador como também uma explosão demográfica, habitacional devido a esse aumento populacional²².

V.4.6 – Das usinas Hidrelétricas do Rio Madeira

O processo de construção das usinas hidrelétricas do rio Madeira adveio em virtude da necessidade de um aumento do parque energético brasileiro. Para o abastecimento da população do território nacional e principalmente o setor industrial e siderúrgico, o governo se vê obrigado a aumentar o seu parque energético tendo como “moeda de troca”, o desenvolvimento tecnológico por parte dos investidores. Um estudo do governo brasileiro sobre a viabilidade energética no rio Madeira é então conduzido devido aos vários apagões que ocorreram na região sul e sudeste⁷⁵.

As usinas localizam-se no trecho do Rio Madeira inteiramente situado no município de Porto Velho, Estado de Rondônia. A figura 7 demonstra a localização das usinas com o aproveitamento das cachoeiras de Santo Antônio e Jirau, onde foram construídas as usinas hidrelétricas com os respectivos nomes. O complexo formado é conectado ao Sistema Elétrico Integrado Brasileiro por linhas de transmissão que teve início na Usina Jirau, passando por Santo Antônio, nas proximidades de Porto Velho, religando com o sistema da cidade e desviado para o sul, indo para Cuiabá. Segundo Abengoa Brasil,⁷⁶ “*contará com a extensão de 5.000 Km (2.345 KM cada linha) e será o maior sistema de transmissão de energia em corrente contínua do mundo*”.



Figura 7: Localização das Usinas de Jirau e Santo Antônio em Porto Velho, Rondônia, Brasil.

Fonte: (RIMA 2005)⁷⁷ Relatório de Impacto ao Meio Ambiente.

V.5 – Caracterização e seleção dos sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram os trabalhadores envolvidos no processo de construção das Usinas Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, em Porto Velho, independente da idade, função ou gênero. Foram incluídos na pesquisa, vinte e três trabalhadores integrantes do quadro efetivo das usinas e que concordaram em participar e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Anexo 1).

Como estratégia de identificação e sensibilização dos trabalhadores foi utilizada a figura do “*ego focal*”⁷⁸, indivíduo que se dispôs a ter informações sobre o segmento social estudado, que pode prestar esclarecimentos sobre o campo de investigação e decodificar suas regras. Identificados os potenciais sujeitos da pesquisa, foi realizado contato direto individual preliminar onde foi esclarecido o objetivo da pesquisa e da participação voluntária. Ressaltou-se a necessidade de imparcialidade nos depoimentos, que deveriam estar pautados em fatos e entendimentos verdadeiros. Os participantes foram ainda esclarecidos quanto ao sigilo das informações prestadas, a possibilidade de abandono do processo a qualquer momento, e os possíveis riscos e benefícios do estudo. Após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, o projeto foi apresentado aos “*egos focais*”⁷⁸.

Houve a participação de três sujeitos como “*egos focais*” e que após a apresentação dos objetivos, os mesmos fizeram o contato com os trabalhadores a serem entrevistados. Foi sugerida a indicação de trabalhadores com representação importante no processo e etapas de construção. Os trabalhadores foram encaminhados ao local previamente estabelecido com a anuência deles para que não ocorresse qualquer constrangimento. Na oportunidade, receberam orientações quanto aos objetivos da pesquisa.

Os sujeitos participantes escolheram o local onde se deu a entrevista, optando assim por local sugerido e autorizado, que foi o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST/RO (Anexo 2), ou outro local previamente acordado entre o entrevistador e o entrevistado, que oferecesse privacidade, conforto e segurança, ficando a critério de disponibilidade do local e horário do entrevistado.

A entrevistas contaram com um diálogo inicial, demonstrando aos entrevistados a importância de sua participação na pesquisa onde também foi informado o uso de equipamento de recurso tecnológico de gravação de voz, somente após autorização.

Houve retração por parte de muitos dos entrevistados em relação ao medo de retaliação e exposição dos mesmos junto às empresas. Cerca de onze trabalhadores de setores estratégicos junto aos empreendimentos foram convidados por várias vezes a participarem da pesquisa, e mesmo informando da finalidade e a relevância, não se dispuseram a participar.

Foi adotado o critério de saturação⁷⁹, que se caracteriza pela repetição das mesmas informações pelos entrevistados, como indicativo do momento de encerrar o ciclo de entrevistas. As informações obtidas na pesquisa são de caráter confidencial e foi assegurado o sigilo sobre a participação bem como sobre as informações coletadas. Qualquer dado que possa identificá-los foi omitido na divulgação dos resultados.

V.6 – Instrumento para coleta de dados

As entrevistas foram realizadas seguindo um Roteiro Orientador (Anexo 3) de modo que o entrevistado teve possibilidade de discorrer sobre sua atividade de trabalho e questões pertinentes ao tema, livremente.

As questões abordadas tiveram o propósito de dar objetividade à pesquisa e buscaram valorizar o discurso do entrevistado que teve a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem condições prefixadas pelo entrevistador.

As entrevistas foram individuais, gravadas e transcritas pelo pesquisador. Foram identificadas com um código alfanumérico significando, pela ordem: inicial do nome do entrevistado, idade do entrevistado e local de origem (a que usina ele está vinculado) para facilitar a estratificação no momento de tratamento das informações. As entrevistas foram gravadas em aparelho digital, após a autorização do entrevistado, e serão arquivadas pelo período de cinco anos, sob a responsabilidade do pesquisador e/ou seu orientador. O instrumento de coleta de dados foi identificado com o mesmo código dado às entrevistas gravadas.

Para o entendimento desse contexto, pretendeu-se conhecer esse espaço diferenciado de trabalho através do levantamento da história ocupacional, o que possibilitou ao pesquisador, a análise dos diversos fatores que pudessem concorrer para a qualidade de vida e de saúde desses indivíduos. A história ocupacional foi abordada a partir do perfil do entrevistado, das relações de trabalho estabelecidas, do processo de trabalho, das relações entre trabalho e saúde, segurança no trabalho, bem como o acesso e qualidade dos serviços de saúde público e patronal. Ao final, os entrevistados foram estimulados a discorrer sobre sugestões para a melhoria da atividade.

V.7 – Tratamento e análise de dados

Os entrevistas foram agrupadas por empresas de filiação do entrevistado, que denominaremos aqui: empresa A-Santo Antônio e empresa B-Jirau. Constatou-se que, em seus relatos, alguns entrevistados, informaram o vínculo trabalhista em tempos distintos com as duas hidrelétricas acima mencionada. Nesse caso, a identificação do sujeito foi caracterizada como pertencente à empresa A-B.

Após a escuta do material auditivo, e as transcrições das entrevistas pela pesquisadora, a análise dos dados partiu do contato exploratório com o material da entrevista buscando-se a formulação das hipóteses e categorização das informações. Tal procedimento possibilitou a interpretações e proposições sobre o tema ora investigado.

As informações geradas no processo de coleta de dados foram organizadas e cruzadas a fim de construir o tratamento e análise dos mesmos. O tratamento dos dados foi iniciado com a escuta geral do material colhido nas entrevistas e anotando-se as falas do entrevistado e do entrevistador colhendo as impressões em sua totalidade. Essa primeira etapa consistiu na transcrição, na íntegra, buscando-se a retirada das expressões, reações e observações possíveis de serem captadas, destacando-se as expressões-chave tendo por orientação o roteiro da entrevista. Com a identificação das idéias centrais, após

esse contato direto e de escuta intensa do material de campo, foram separadas as falas recorrentes dos entrevistados, falas que possuíam o mesmo sentido, e que tivessem o mesmo significado que correspondentes às categorias empíricas.

Logo após, foi realizado uma leitura transversal onde as categorias empíricas foram agrupadas, com intuito de agregar os dados em torno de categorias centrais⁵⁷. Nessa fase, as semelhanças e as diferenças entre os trabalhadores foram identificadas e interpretadas em relação às diversas manifestações, formas e fases que compõem a temática.

Tal procedimento permitiu a categorização das informações, possibilitando a avaliação do tema abordado sob a ótica do trabalhador. A partir daí, inferências e interpretações foram estabelecidas.

Foram ainda organizadas, analisadas e sintetizadas para que pudessem ser apresentadas aos trabalhadores a posteriori. Essa conversa com os trabalhadores teve como objetivo tanto apresentar os resultados da pesquisa de campo quanto validar as informações coletadas. Também vale salientar que essa conversa contribuiu no processo de análise e tratamento do material produzido.

V.8 - Aspectos Éticos

Para a realização deste projeto de estudo foram observadas as orientações da Resolução CNS/MS Nº 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, que revoga a Resolução CNS/MS Nº 196, de outubro de 1996, para as pesquisas envolvendo seres humanos. Estas devem atender às exigências éticas e científicas fundamentais sendo respeitados os princípios básicos da bioética - a autonomia, a não maleficência, a beneficência e a justiça. Tal fato implica em encaminhamento do projeto de estudo para avaliação e parecer do comitê de ética.

Assim, obedecendo aos aspectos éticos exigidos para o desenvolvimento de pesquisas, o presente estudo foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública para análise e parecer. O presente estudo foi avaliado e aprovado em 26/08/2013 com Parecer Nº 372.361 CEP/ENSP/FIOCRUZ.

Os procedimentos do estudo foram desenvolvidos de forma a proteger a privacidade dos indivíduos, garantindo a participação anônima e voluntária. Todos os sujeitos da pesquisa foram convidados a participar por contato individual e aqueles que concordaram em participar, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –

TCLE. A assinatura é uma exigência para a participação no estudo. Considerando-se a eventualidade de identificação de algum sujeito, bem como sua exposição e possível ônus para sua relação com o empregador, foi garantido a todos os entrevistados absoluto anonimato e a possibilidade de desistência de participação a qualquer momento da pesquisa. Foi informado ainda que a recusa não importaria em prejuízo na sua relação com o pesquisador ou com as instituições participantes do estudo, bem como assinatura do consentimento livre e esclarecido pelo sujeito da pesquisa.

O estudo cumpre os princípios éticos contidos na Declaração de Helsinki e atende às Normas para Realização de Pesquisa em Seres Humanos (Resolução Nº 466 de 12 de dezembro de 2012).

V.9 - Considerações sobre o capítulo

Como técnica para tratamento e análise das informações coletadas nas entrevistas foi utilizada a Análise de Conteúdo segundo Bardain⁸⁰.

Para Bardain, (p.80-81) os resultados confirmam em parte as hipóteses, e que muitas das vezes o trabalho gratuito ou desconcertante dá ao investigador enorme alegria quando estudo “bate certo” com a confirmação ou a infirmação de uma hipótese, não importando, desde que dê resultado. Para Minayo⁵⁷ (p.180-190) “*o investigador precisa trabalhar com liberdade e inteligência para reconhecer as diferentes técnicas como guias de exemplo, para ser capaz de criar outras ou prescindir delas, quando se tornam obstáculos, lembrado-se que investigar é labor científico e não apenas tecnicista. A dialética entre técnica e criatividade é o tempero da boa pesquisa*”.

Segundo Monteiro⁸¹

“O enriquecimento com as técnicas propostas sistematizadas, se pretendeu dar uma sustentação e maior confiabilidade ao tratamento de dados baseado na análise qualitativa e amarrar uma abordagem da situação de trabalho onde a fala do trabalhador não pode ser relegada a segundo plano por ser uma atitude subjetiva, mas que esta pode ser utilizada para a detecção e o entendimento de pontos críticos da situação de trabalho quando se sistematiza as ferramentas de suporte da análise qualitativa”.

VI – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta pesquisa buscou-se perceber, por meio da vivência dos trabalhadores, o cotidiano de trabalho e os impactos à saúde nas obras do PAC das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia.

Após leitura exaustiva da transcrição das entrevistas foram observados detalhes e expressões, buscando a percepção e o entendimento do significado das relações interpessoais e de trabalho que pudessem contribuir para o processo de identificação de categorias de análise, além daquelas previamente selecionadas.

VI.1 - Categorias de análise

Com o objetivo de conhecer a realidade vivenciada no dia a dia dos canteiros de obras das usinas hidrelétricas do Complexo do Madeira foram realizadas entrevistas com diferentes grupos de trabalhadores. Um grande desafio encontrado, mas posteriormente superado, foi justamente conseguir os sujeitos que desejassem participar do estudo, buscando contribuir para trazer à luz da ciência a rotina do trabalho por eles desenvolvida.

Para enriquecer a pesquisa buscou-se entrevistar pessoas de diferentes setores, cargos e funções. Armadores, auxiliar de técnicos de segurança, motoristas foram algumas das categorias participantes do estudo, apresentando pontos de vista por vezes divergentes.

Os modos de relacionamento entre trabalhador/empresa, capital/trabalho e entre os pares foram algumas das interfaces observadas, assim como as perspectivas profissionais, motivações, percepções dos riscos do exercício da atividade profissional e medidas de segurança adotadas nas etapas de construção do empreendimento.

Durante as entrevistas, buscou-se ainda informações que pudessem revelar a existência de casos de adoecimento, acidentes de trabalho, o uso de álcool e outras substâncias químicas e de forma o empreendedor lidava com tal situação. Sentimentos como satisfação, medo, grau de importância dado diante do momento histórico e da grandiosidade da obra, além de sugestões para a melhoria da atividade também foram considerados.

Nesse processo é válido ressaltar que grande parte dos doentes e vítimas de acidentes de trabalho foram encaminhados para hospitais particulares de Porto Velho que

são conveniados com as empresas e suas terceirizadas e nos quais não existe um procedimento quanto às notificações dos agravos e acidentes.

Ao todo foram entrevistados vinte e três trabalhadores sendo vinte e um do sexo masculino e duas do sexo feminino. Desses, dois possuíam nível superior, onze com nível médio completo e quatro com nível médio incompleto e seis possuíam o ensino fundamental.

Durante a entrevista foram consideradas as relações: trabalhador-empresa, capital-trabalho, trabalhador/trabalhador, perspectivas profissionais, motivações e percepções dos riscos relacionados à suas atividades laborais bem como as doenças e acidentes de trabalho. A satisfação com a atividade, medidas de segurança adotadas nas etapas de construção, medo, uso de álcool ou drogas ilícitas, sugestões para a melhoria da atividade formaram o arboúço da entrevista. Observou-se o grau de importância atribuído à grandiosidade da obra considerando este, um momento histórico.

Na população entrevistada foram identificadas algumas categorias de trabalho: trabalhador no resfriamento de concreto, operador de máquinas pesadas, amarração de ferragens-armadores, pedreiros, carpinteiros, pessoal de limpeza para remoção do concreto, vibradores, meio-oficial de pedreiros, entre outros. Tais categorias existem da necessidade de registro de carteira assinada, como justificativa para o cumprimento e regulação contratual, perante o Ministério do Trabalho, que conceitua que *“O contrato de trabalho é um acordo de vontades entre o empregado e o empregador e pode ser celebrado verbalmente ou por escrito”*⁴⁶.

A mão de obra não especializada configurou-se em outro aspecto importante de análise, em que a força braçal é mais requerida, e é contemplada especificamente na etapa inicial da construção, evidenciando que a maioria da força de trabalho é constituída de trabalhadores sem qualquer tipo de formação técnica, superando a atividade especializada em quantidade.

Rocha & Mendes⁸² ressaltam que a construção civil se caracteriza pela elevada rotatividade e pouca escolaridade dos trabalhadores. As atividades são descentralizadas, ocorre a descontinuidade do processo de produção e, com a mão de obra terceirizada, o trabalhador não participa de todo o processo de construção.

Nesse contexto, podemos ressaltar que dos 23 trabalhadores participantes do estudo, três entrevistados concluíram o nível superior e um deles relatou ser mestre, outro com nível técnico completo, onze com o ensino médio completo, quatro com o ensino

médio incompleto e quatro com o ensino fundamental completo. Do total dos entrevistados três trabalhadores são de nacionalidade haitiana, imigrantes após terremoto no Haitino em 2010.

VI.2 - Relação com o trabalho

Considerando a integralidade da amostra pesquisada, verificou-se que, em especial, trabalhadores de maquinários como retroescavadeira, moto niveladora, caminhões basculantes, foi constituída de operários oriundos dos setores de serviços e com experiência comprovada em carteira de trabalho. Alguns relataram ser o primeiro emprego e outros declararam serem imigrantes de outras regiões do país, em busca de oportunidade de emprego.

Observou-se que, para alguns, a ascensão profissional teve vínculo direto por “grau de amizade” em relação a seu superior hierárquico, supondo que os mais reservados, ou com os seus postos de trabalho mais distantes do encarregado, não gozavam do mesmo critério de escolha. O armador que trabalha nas alturas, pouco acesso tem às lideranças, pois seus encontros com a chefia se resumem somente ao Diálogo Diário de Segurança (DDS), realizado no início de cada turno de trabalho.

“...sou armador desde que cheguei, não é porque eu gosto, cheguei a fazer exames de motorista porque a minha categoria é D, mas infelizmente não tive sorte em conseguir a vaga de motorista. Se pudesse mudar já teria mudado, mas as coisas nem sempre são como a gente quer. Quem está trabalhando lá no setor já sabe: sempre indica um amigo e como a gente trabalha no bloco vive trepado... e quando as informações chegam até a gente não tem mais vagas, é muito difícil, depende muito da peixada e do conhecimento que a gente tem lá dentro”.[PSS_30_SA].

A valorização do sujeito pelo reconhecimento em sua competência para solução de problemas, tem como consequência a renovação, conduzindo a mobilização para vencer novos obstáculos. Entretanto, esse pode ser considerado um recurso que leva à dominação de trabalhadores levados ao engajamento maior aos objetivos da empresa, chegando à exaustão.

“esta é a sua oportunidade, tá aqui....quer aprender? o topógrafo vai ensinar, é a oportunidade... eu sempre agradei um chefe meu,

que eu um dia quando nivelador, fui para férias e quando voltei já era o topógrafo... que era pra ir pro aparelho.... aí, me chamou lá de baixo, e outro que estava há quase 02 anos lá, e eu que tinha 01 ano me chamou primeiro e disse, a sua oportunidade, e aqui está o aparelho, bati cabeça!.. sozinho... batia a cabeça e..é isso... tu bota aqui... que tu vai... vai que vai dar certo.. eu fazia serviço sozinho, sem eles, mas foi isso que motivou mais..”.[EK_21_SA].

“... eu tô feliz por que eu trabalho, e faz parte da nossa vida, é muito importante e eu gosto dessa vida, eu gosto do meu trabalho!”.[FRS_26_SA].

Detoni⁸³ comenta sobre a hierarquia de canteiro de obra e evidencia que,

“Todo o trabalhador tem um encarregado como responsável pelo seu setor, e o encarregado fica subordinado ao superior que, por sua vez, delega as funções de organização administrativa e de planejamento da obra. Isso estabelece uma relação hierárquica entre os trabalhadores dentro do canteiro de obras”.

Com base nessas declarações, a perspectiva de crescimento profissional, possibilidades de ascensão profissional e a satisfação no trabalho foram alguns dos motivos que levaram os entrevistados a almejarem suas contratações.

O salário configurou-se como maior atrativo quando comparado aos valores praticados no mercado. Foi, para 100% dos entrevistados, a principal motivação que os levou a procurar sua inserção de trabalho nos canteiros de obras das usinas hidrelétricas, seguidos pela experiência e capacitação profissional oferecidas pelos construtores na fase da admissão.

“... salário alto, como eu e como todos, tem gente que vem de outra cidade pra trabalhar em prol do salário alto”. [NSF_34_JIRAU].

“Eu sempre tive vontade de entrar lá para aprender e desenvolver mais. É tipo assim, eu falei que eles praticamente me pagavam para aprender na escavadeira e a operar a máquina”. [CAM_38_SA].

“Uma empresa muito boa. Aprendi bastante. Nunca tinha visto aqui em Porto Velho. O curso, também me ajudou muito. Como agora não tem mais o curso, já tá no final das obras, não tem

como as outras pessoas ir lá e fazer o treinamento que a gente fez, pra aprimorar ou às vezes só pra ter no currículo”.(ACVN_36_SA).

Apesar de todas as expectativas geradas pelos trabalhadores, as transgressões nas contratações de mão de obra sem qualificação para o cargo, são demonstradas através do auto de infração emitido pelo Ministério Público do Trabalho (Figura 08).

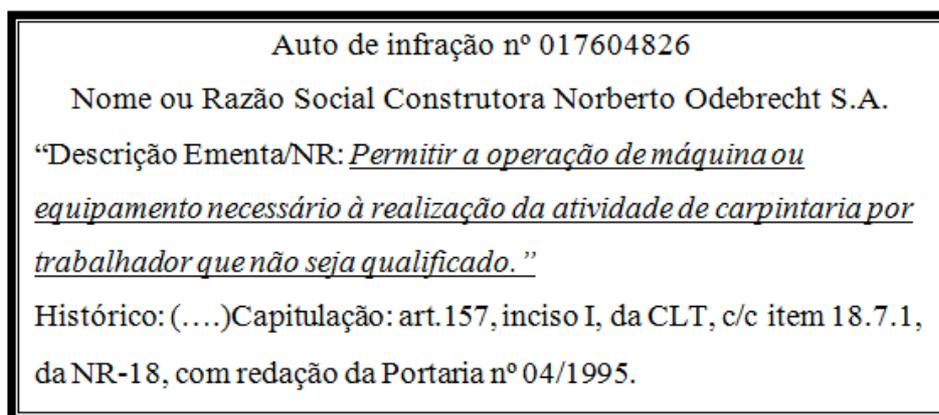


Figura 8: Auto de infração emitido pelo MPT/RO.

Fonte: MPT/RO.

O atrativo para aquisição de mão de obra no início das construções, foi através de processo de sensibilização aos pública. Por convocação junto a população, realizadas por chamadas nos veículos de comunicação, reuniões nas escolas públicas estaduais e municipais, igrejas e associações de bairros, a população interessada em trabalhar nas usinas era informada a levar o Currículo para avaliação e posterior treinamento, caso selecionada.

Por outro lado, através dos meios de comunicação de grande circulação, constatamos fatos de aliciamento de trabalhadores com propostas para entrar na usina, conduzindo às ações de punição aos responsáveis pelos órgãos competentes⁸⁴.

Assim constata-se:

“Repórter Brasil revela, nesta reportagem exclusiva sobre a situação verificada no entorno dos canteiros das obras para a construção das usinas hidrelétricas do Rio Madeira, que os "gatos" estão mais sofisticados: agem por meio de empresas formais subcontratadas presentes em diversos Estados, buscam driblar a legislação e emitem até boleto bancário para receber taxas ilegais cobradas diretamente das vítimas”⁸⁵.

A prática de aliciamento - trabalho escravo - ainda é um problema nas grandes obras de Santo Antônio e Jirau, determinando a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Rondônia (SRTE/RO) intensificar suas fiscalizações: Continuamos a receber

denúncias que relatam o mesmo esquema de aliciamento desde o início das obras. Nada mudou, principalmente em Jirau Esses trabalhadores chegam da Bahia, Piauí, Mato Grosso, Sergipe, Pará, Amazonas e Maranhão, iludidos com promessas de bons salários.

Segundo o Ministério Público do Trabalho/RO:

“Migrantes que passam pelo Sine de Porto Velho acabam perdendo direitos. Pela convenção coletiva de trabalho da categoria, ele [migrante] teria direito a ‘baixada’ a cada quatro meses, além de ter a passagem de retorno custeada pela empresa ao final do contrato”, explica Francisco José Pinheiro Cruz, chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região (PRT-14)⁸⁵.

Apesar de tal fato ter sido veiculado pela mídia, não identificamos tais considerações nas falas dos entrevistados.

“eu deixei meu currículo e eles chamaram...”[MJA_41_SA].

“muitos de fora, do Maranhão, do Pará, mesmo porque os de Rondônia são poucos trabalhando lá”. [GM_24_SA].

Os trabalhadores oriundos de outras regiões [migração] do país eram excluídos. A seleção depende da comprovação de residência na cidade de Porto Velho. A oferta de empregos destina-se à população residente local, atendendo assim os 85% da utilização da mão de obra local, conforme previsto no EIA¹⁰. Dessa forma a empresa lucra com a redução do custo com deslocamentos periódicos às cidades de origem.

“depois de levar vários documentos todos foram fichados, após o recibo da Ceron – Centrais Elétricas de Rondônia, pois tem que ter uma residência fixa, tem que ter a documentação da energia pra ser contratado”. [MJ_30_JIRAU].

Por outro lado, o Procurador Chefe da PRT/RO sustenta que a maioria dos trabalhadores é trazida por ônibus do nordeste, agenciados por recrutador da construtora ou através do Sistema Nacional de Empregos - SINE, em especial dos estados dos Piauí e do Maranhão. Afirma que cerca de 80% da mão de obra empregada nas construções, são pessoas do nordeste do Brasil⁸⁵.

No que tange à representação na renda familiar, constatou-se uma média salarial em torno de R\$900,00 a R\$1.500,00. Foi relatado benefícios como horas extras, vale alimentação e cartão fidelidade, assim sendo, é possível assegurar um rendimento de até R\$ 2.550,00.

“Busca de salário melhor na carteira... É o salário mesmo, porque pra nós lá é... devagar demais o salário, bem lá embaixo.

Aqui, aqui mesmo só... só aqui mesmo em Rondônia e em São Paulo têm um salário desse aqui, por que no Maranhão, Piauí nunca tem um salário desse aqui”.[FRS_26_SA].

O contexto econômico atual no Brasil, resgata o lugar de destaque da imigração ao cenário nacional. Em especial nos grandes empreendimentos a política de atração para recrutamento em massa ressalta a qualificação da mão de obra⁸⁶.

Mamed & De Lima⁸⁷ destacam que situações de necessidade extrema também caracterizam as motivações de alguns grupos específicos de trabalhadores, como os haitianos.

“No Brasil, as condições financeiras favoráveis e os sérios problemas já existentes no Haiti, agravados pelo terremoto no ano de 2010, e motivados pelos pedidos de ajuda humanitária favoreceram aqueles que puderam emigrar em busca de melhores condições de sobrevivência, procurando lugares com boas chances de emprego para que pudessem ajudar financeiramente os parentes que deixaram na sua terra natal”.

Villen⁸⁶, constatou que

“... a presença maciça de haitianos na Amazônia Ocidental reforça o perfil daquele trabalhador que, embora quase não apareça nas estatísticas oficiais e não seja o foco de atuação da política brasileira de imigração, integra o processo contraditório de desenvolvimento capitalista: trata-se daquele trabalhador com baixa-qualificação e na maior parte provenientes de países periféricos”.

Os autores relatam as situações desfavoráveis vividas no Haiti, agravados com o terremoto de 2010, colaborando com a vinda de trabalhadores haitianos em busca de uma melhor condição de vida, e na perspectiva de ajuda financeira aos familiares que lá deixaram.

“Pra eu ir buscar meiô vida eu quis sustenta minha mãe, porque minha mãe e meu pai, como tá velha, eles não pode tabaiá. Minha família é muito viu? agora eu e minha imã, sustentar 19 pessoas, antes de chegar o final do mês, minha família me ligo... porque acabou as coisas lá em casa”.[MJ_30_JIRAU]

Segundo Dejours⁸⁸, defende que o trabalho pode concorrer para uma melhor qualidade de vida, pois graças a ele homens e mulheres estão em condições favoráveis na perspectiva à sua saúde mental do que estariam caso não trabalhassem.

O fato do salário tornar-se um fator de influência preponderante, vem justificar o grande atrativo para a migração desses trabalhadores, oriundos de várias partes do Brasil, principalmente da região nordeste, como também os estrangeiros.

Dessa forma, todos os participantes da pesquisa informaram vantagens pessoais além dos salários registrados na carteira de trabalho. Explica um trabalhador na área da carpintaria, que é registrado em sua carteira de trabalho o valor de R\$ 1.400,00, porém sua remuneração no final do mês chega a quase R\$ 2.400,00, devido às horas extras trabalhadas aos sábados e domingos.

Um trabalhador na função de armador, possui salário de R\$1.392,00 na carteira de trabalho. Com trabalho nos quatro sábados por mês pode chegar a R\$1.900,00 incluindo benefício da cesta básica no valor de R\$350,00. Dependendo do tempo de serviço na empresa, recebem “CARTÃO FIDELIDADE” com valores variando de R\$100,00 a R\$400,00. Em princípio, o cartão fidelidade é concedido após seis meses de trabalho. Na realidade, isso ocorre somente com oito meses e nessa sucessão segue o cartão prata, ouro, e, após um ano e dois meses o diamante, benefícios à parte do salário.

É nesse processo que se percebe a teoria marxista⁸⁹ *da mais valia*, em que a fonte da riqueza do capitalismo reside na apropriação do trabalho operário. O trabalhador imigrante de etnia haitiana é exemplo da precarização que ocorre neste setor produtivo.

“Ao comprar a força de trabalho do operário e ao pagá-la pelo seu valor, o capitalista adquire, como qualquer outro comprador, o direito de consumir ou usar a mercadoria comprada. A força de trabalho de um homem é consumida, ou usada, fazendo-o trabalhar, assim como se consome ou se usa uma máquina fazendo-a funcionar. Portanto, o capitalista, ao comprar o valor diário, ou semanal, da força de trabalho do operário, adquire o direito de servir-se dela ou de fazê-la funcionar durante todo o dia ou toda a semana”.

Não obstante constata-se, através dos entrevistados que a perspectiva de cursos e treinamentos são fatores que enriquecem o currículo, aliados aos salários atrativos para a categoria, proporcionando motivação e estímulo ao trabalho. Suas reflexões mencionam benefícios como o cartão fidelidade, cesta básica e remuneração de horas extras.

Para Rosas & Moraes⁹⁰ uma organização de trabalho pode ser considerada saudável e favorável à diáde prazer e reconhecimento, quando oferece um espaço de negociação entre o sujeito e a relação do trabalho. Permite uma margem de liberdade para regular os objetivos da organização aos desejos, anseios e necessidades dos funcionários. Favorece o estabelecimento de relações sócio – profissionais democráticas e justas, e *“ajuda a compreender que o reconhecimento por parte do superior direto fomenta a confiança e cooperação, pois reforça o desejo de engajamento na atividade”*. Esse reconhecimento segundo Dejours⁸⁸ é motivador e atua sobre o coletivo, favorecendo a colaboração mútua, gerando a economia psíquica da identidade, fundamento da saúde, uma vez que grande parte das pessoas saudáveis quer contribuir na divisão dos trabalhos.

“Já pedi pra mim sair assim e ele falou que não, não me mandava porque eu era uma pessoa que não faltava, que ele confiava em mim, aí então eu falei que iria esperar, agora eu não quero mais sair, porque, tô lá tô bem tô trabalhando bem”.[DCPS_33_SA].

A organização do trabalho quando se apresenta de forma rígida, dificulta a execução da atividade de forma organizada, permitindo um equilíbrio entre os objetivos da empresa e os objetivos do trabalhador. Dessa forma afeta diretamente e negativamente a dinâmica do reconhecimento e do prazer, pois acarreta a intensificação do sofrimento, inviabilizando o processo de ressignificação/transformação. Pode ainda resultar em formas patológicas como a violência no trabalho, assédio moral ou até mesmo suicídio⁹⁰.

Para Dejours⁸⁸, o reconhecimento pelo trabalho conduz à retribuição com melhor desempenho como forma de gratidão e contribuição para a empresa. A falta de reconhecimento comum nos ambientes de trabalho e pode levar o indivíduo a uma descompensação psíquica ou somática, que pode induzir a utilizar estratégias defensivas para evitar o adoecimento.

O cumprimento de metas, é ressaltado pelos trabalhadores, como um fator elevado de pressão pelas chefias, tendo como principal consequência o stress com grande impacto sobre a saúde.

“Uma vez, por exemplo, o encarregado pediu para que o motorista botasse o material na caçamba e dividisse por parte e o motorista não tinha aquela experiência. De repente ele gritou, xingando aqueles nomes para o motorista que entristeceu muito”.[ACVN_36_SA].

“no começo sofria pressão de meu superior, ele tinha certa marcação, qualquer coisa ele falava que iria mandar embora, dar advertência”.[GM_24_SA].

“logo que eu cheguei o encarregado, ele era muito carrasco comigo, ele botava mesmo era quente pra trabalhar, hoje em dia criou um laço de amizade, entre eu e ele, às vezes é por a gente conversar, e às vezes de eu me destacar”.[DCPS_33_SA].

Um entrevistado relata que várias lideranças, não possuem qualificação ou seja, formação de ensino médio ou superior, causando situações de conflito no canteiro de obra. Essas lideranças são provenientes de outros empreendimentos dentro e fora do país.

Essa categoria de trabalho é denominada barrageiros que são trabalhadores que transitam em diversas construções de usinas hidrelétricas. Asseguram tal posição de liderança por se mostrarem cumpridores dos padrões da empresa e/ou o cumprimento das metas impostas pelo capital.

A complementariedade do enunciado é explicitado na fala de um dos trabalhadores.

“O barrageiro ideal é esse, se a maioria das pessoas, for fazer um levantamento das pessoas que faz mais de 2 ou 3 barragens, é por causa disso, não tem uma instrução, não tem como sobreviver no mundo, e pra ele é mais fácil sofrer, ganhando muito do que, não sofrer e ganhar pouco”. [NFS_34_JIRAU].

“Já vi funcionário pedir demissão pelo fato do trabalho ser tão pesado e às vezes por repressão do chefe imediato”. [NFS_34_JIRAU].

“Porque a empresa quer pessoas que não sabe da leis, que não sabe dos direitos que tem, que tudo que o encarregado pede pra fazer, ele faz, se fala pra ele entrar num espaço confinado sem curso, entra...”. [NFS_34_JIRAU].

“No ambiente de trabalho várias situações podem fazer emergir uma vivência de sofrimento, visto que a realidade imposta pelo cotidiano coloca o trabalhador muitas vezes diante de determinadas circunstâncias onde nem sempre é possível manejar o prescrito em detrimento do real. Situações dessa natureza podem desencadear o sofrimento no trabalho”⁹⁰.

Em um ambiente de trabalho, em que a grande maioria pertence ao sexo masculino e dentro de uma cultura patriarcal, de matriz machista como a que é vigente na América Latina, um ambiente como o das usinas torna-se um campo prolífero de discriminação. Casos como o preconceito contra haitianos foram relatados nas entrevistas assim como contra homossexuais e até contra categorias de trabalhadores, principalmente técnicos de segurança do trabalho, apontados como pessoas “*enjoadas*”.

A luta contra a discriminação é lembrada desde 1958 quando Organização Internacional do Trabalho - OIT promulgou a Convenção nº 111, de 26 de novembro de 1965, que tem a seguinte redação:

Art. 1º. Para os fins da presente Convenção, o termo discriminação compreende:

Toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito

destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão⁹¹.

Nas entrevistas foram relatadas algumas situações de possíveis discriminação.

“tem muita discriminação, com homossexual, o pessoal bagunça, fala..é aquelas coisas, por negro não senti, teve por religião, ah esses crentes”. [DCPS_33_SA].

“Homossexual? Homossexual discrimina muito. A maioria pede demissão, porque não aguentam”. [CAM_38_SA].

“Tinha um rapaz lá, que eu morria de pena dele. Ele entrava no refeitório era aquela gritaria. Era aquela gritaria, por quê? Porque ele era homossexual, ele tinha o cabelo de mulher. E aí chegou uma época que eu não vi ele mais, e perguntei pro rapaz que trabalha na equipe dele. Não, ele saiu, ele não suportou. Ele trabalhava na parte administrativa”. [CAM_38_SA].

“técnico de segurança são discriminados pelos trabalhadores, trabalhador não gosta de técnico de segurança acham que estão preocupados com o bem dele, com a saúde deles, eles acham que o cara é enjoado, assim como os motoristas”. [GM_24_SA].

“A condução dos encarregados... Tinha conhecimento prático, mas na teoria a forma de tratamento era um pouco diferente, muitos deles que não tinha uma formação superior nem que seja uma formação média devido a isso gera muito conflito dentro da obra”. [MJA_41_SA].

“A gente se sente como uma máquina dentro de uma máquina. Por que se você não produzir você é mandado embora, às vezes as suas condições físicas não estão boas... tem dia que não dá pra você produzir aí eles querem que você produza como se fosse uma máquina. Então eu vejo que muitas vezes acontece isso... é uma máquina dentro de outra máquina pra eles pra situação”. [MJA_41_SA].

“eu também exercendo a minha função trabalhando carregando pessoas sofria um certo tipo de pressão, tipo ter que ceder a

velocidade do veículo, o que não era permitido pela empresa”.
[GM_24_SA].

Um trabalhador, motorista de ônibus relatou sofrer grande pressão exercida pelos seus colegas “colaboradores” sendo estimulado ao descumprimento dos limites de velocidade, segundo regras impostas pela empresa, conferindo-lhe sofrimento psíquico.

Ressalta Zinn et al⁹² que, *“trabalho é um dos elementos essenciais na promoção do desenvolvimento psíquico, porque opera na construção da identidade, num espaço intersubjetivo: o ambiente de trabalho com suas relações grupais e organizacionais”.*

Mores⁹³ afirma que *“A construção da identidade no trabalho se dá a partir da mediação da realização pessoal no campo social. Não há articulação direta entre o sujeito do inconsciente e o campo social: essa relação é sempre mediada pela referência de uma ação sobre o real”.*

“Queriam que eu parasse em locais não permitido, o pessoal que andava dentro do carro quase que obrigava a gente, a fazer esse tipo de coisa, quando eu ia reclamar com o meu superior, ele não apoiava "nois", mas já não era só eu, ele não apoiava nenhum motorista, a gente reclamava que sofria essa pressão e ficava por isso mesmo, a pressão dos colaboradores que a gente carregava, a gente reclamava que tinha que ter mais segurança, uma fiscalização, pra não deixar isso acontecer com a gente, porque por muitas vezes a gente estava trabalhando e o cidadão lá trás xingando a gente, e a gente ia reclamar pra ele e não adiantava nada, e a gente era muito cobrado, a gente tinha que andar a 80 por hora e se por acaso a gente despercesse e passasse a 85 por hora, levava uma advertência verbal bastante complicada, 80 por hora na estrada e 40 por hora lá dentro”.[GM_24_SA].

VI.3 - Processo de trabalho

Para Rosas⁹⁰, a organização do trabalho pode ser representada como uma base sobre a qual se desenvolvem os processos de trabalho; ou pode ainda ser compreendida como um núcleo ao redor do qual se estruturam as vivências de prazer, sofrimento, os conflitos, as estratégias de enfrentamento. Nesse sentido, a organização do processo de trabalho pode atuar como mediadora da construção, e na confirmação de Zinn et. al⁹², *“o*

trabalho é, portanto, o maior fator de produção de sentido para a integração social, pois é a partir do olhar do outro que nos constituímos sujeitos”.

Para a análise desse contexto, fez-se necessária a caracterização de algumas etapas do processo de trabalho no canteiro de obras das usinas hidrelétricas tais como: definição de tarefas, descrição do cotidiano de trabalho, acesso aos instrumentos adequados de trabalho, grau de autonomia no cumprimento de suas tarefas, aspectos que podem ser melhorados, situações diversas que podem ser melhoradas no trabalho, tratamento desigual entre terceirizados e os trabalhadores pertencentes ao consórcio construtor, jornada e exigências de trabalho, as faltas e licenças médicas, possíveis situações que poderiam levar o trabalhador a pedir demissão, experiências agradáveis e desagradáveis no trabalho.

Tratando-se do setor da construção civil, em especial os grandes empreendimentos como as hidrelétricas, não podemos deixar de ressaltar que por mais que estes empreendimentos demonstrem padrões de modernidade perante tantos modelos de desenvolvimento e tecnologias de ponta, é válido é supor que há uma espécie de junção entre o novo e velho modelo produtivo e processo de trabalho. Melhor exemplificando, o velho modelo compreendeu estruturas gerenciais arcaicas, e a nova gestão com modernos modelos de capacitação como o Projeto ACREDITAR, que antecede à entrada nas obras, e a sua continuidade através das reuniões diárias em forma de diálogo – DDS - como ocorre em Santo Antônio e Integração como ocorre em Jirau.

O SESMT – Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho pode contar com diversos instrumentos para a prevenção de acidentes e conscientização dos trabalhadores para a prática de atos seguros, como as CIPA's por exemplo. Atualmente é uma nova ferramenta que vem ganhando espaço e sendo utilizada cada vez mais por profissionais como técnicos de segurança do trabalho e o DDS – Diálogo Diário de Segurança que constitui basicamente na reserva de um pequeno espaço de tempo, recomendado antes do início das atividades diárias na empresa e com duração de 5 a 15 minutos, para a discussão e instruções básicas de assuntos ligados à segurança no trabalho que devem ser utilizadas e praticadas por todos os que estão envolvidos no processo”^{94,95}.

Os entrevistados relataram que o processo de seleção contou com módulos básicos de treinamento e orientações sobre saúde e segurança do trabalho, qualidade e meio ambiente.

“Curso do projeto ACREDITAR são cinco dias por ter experiência na área; daí é realizado uma prova e quem não passar na prova não vai. Verificou o conhecimento dos ferros,

numeração e depois passou por exame médico, tá dentro”.[NSF_34_JIRAU].

Esse procedimento de conscientização, antes do início da jornada de trabalho é válida para a grande maioria dos entrevistados. Segundo eles possuem em média dez minutos de duração e contribui para sensibilização e conscientização acerca dos procedimentos e técnicas de segurança, uso de Equipamentos de Proteção Individual - EPI, alertas sobre o sono, principalmente, para as equipes do turno noturno, bem como recebem outras orientações ou informes da empresa. Após o DDS e/ou Integração, as equipes constituídas por 15 a 20 trabalhadores são encaminhadas para as respectivas frentes de trabalho.

Segue na observação dos trabalhadores sobre a forma da condução do DDS:

“Segunda-feira tem – DDS, geral com todo mundo e todos os dias com a equipe. Todos os dias o encarregado fala de segurança e de um tema diferente como para usar luvas, usar óculos, protetor auricular, transporte de cargas, não ficar embaixo de cargas suspensas, usarem o cinto sempre que for subir e no caso dos armadores nunca descer só com o talabasso, descer e subir sempre intercalando”.[CAM_38_SA].

“Tem aquele D.D.S. que é sempre antes do turno, de começar os trabalhos, sempre na orientação fala sobre segurança, os cuidados, ter cuidado pra o sono durante a noite que era muito perigoso, mas era sobre isso aí”.[MJA_11_SA].

A adoção de horário de trabalho por turnos acarreta severas consequências biopsicossociais, porque o homem pertence ao grupo de seres ativos durante o dia. Tendo em vista que o ritmo de sono e atividade possui uma periodicidade diária, o sono aumenta durante a noite, especialmente no período da madrugada. O trabalho noturno implica um conflito entre a necessidade biológica de sono noturno e a necessidade de trabalhar neste horário, ou seja, alteração no ritmo circadiano. A alteração no relógio biológico decorrente do trabalho em terceiro turno pode trazer diversas consequências destrutivas para a saúde⁹³.

Em contraponto, esses cuidados oferecidos pela empresa deixavam aquém a observância do modelo, exigido conforme leis trabalhistas, referentes à jornada de trabalho e carga horária. De acordo com alguns trabalhadores, pontos comuns no

transporte coletivo, entre o deslocamento inicial, próximo às suas residências, até a saída na rodovia BR 364 que os leva à UHE deixava-se de computar as horas que circulam dentro do ônibus no percurso itinerante na coleta de outros trabalhadores.

Marx⁹⁶ afirma “*o tempo é o campo de desenvolvimento humano*”. No contexto “humano” refere-se à pessoa humana. O filósofo ressalta a importância da luta pela redução da jornada de trabalho.

Nas lutas de classes e conquistas políticas no século XX, com a ascensão do capital nas sociedades mais desenvolvidas, permitiu o fortalecimento da organização do trabalho contra o capital.

Não obstante constatamos que, opostamente, estabelece vínculos precários, na fala expressa pelo trabalhador.

“Quando eu estava de manhã, de dia o ônibus passava aqui no asfalto cinco horas da manhã, aí mais ou menos sete e dez sete e vinte nos estávamos chegando lá no canteiro”. [ACVN_36_SA].

“em Jirau é assim, a gente sai de casa, 04h10min da manhã, pego o ônibus 04h15min ou 04h20min, eu entro no ônibus, aí eu passo no posto eles anota a placa 05h10min, cinco e pouco, essa hora que eu fico dentro da cidade rodando no ônibus eles não contam como hora itinerante, e do posto a usina eu gasto 1hs25, aí eles contabilizam essa hora aí 1hs25, mas 01h que fico rodando dentro da cidade eles não conta”. [NFS_34_JIRAU].

Pode-se pensar que o setor da construção civil vem atravessando, na última década, um processo de re-estruturação em alguns de seus segmentos. Entretanto refletem de forma negativa na saúde do trabalhador que é resultado das condições adversas de trabalho, como a precarização nos canteiros, a superexploração com aumento da jornada, aumento no índice de acidentes de trabalho e o desemprego em massa⁸².

Na medida em que se reduz a jornada de trabalho, sob a pressão da legislação trabalhista e da organização sindical e política do trabalho, constituiu-se um espaço-tempo liberado do trabalho⁹⁷.

Quanto a jornada de trabalho os trabalhadores entrevistados referem-se que, ultrapassam o limite de carga horária, além da ausência de intervalo de descanso, dentre outros, evidencia do em Ação Civil Pública - MPT/09, conforme (Figura 09).

Foi constatado no relatório que a empresa responsável pela construção da usina da Santo Antônio descumpe diversas normas trabalhistas relacionadas à jornada de trabalho. Verificou-se, nos cartões de ponto, ausência do registro do intervalo intrajornada. Em alguns casos, foi constatada a não observância do intervalo de 11 entre as jornadas, havendo casos em que os empregados não tiveram nem uma hora de descanso entre uma jornada e outra. Há, ainda, casos em que os empregados da Construtora Norberto Odebrecht e/ou do Consórcio Santo Antonio Civil realizaram jornada de trabalho superior a 10 horas diárias, infringindo o artigo 59 da CLT. Por fim, restou confirmada a inobservância da concessão do repouso semanal remunerado de 35 horas (24 horas consecutivas relativas ao descanso mais 11 horas de intervalo interjornadas).

Figura 09: Auto de Infração emitido pelo MPT/RO.

Fonte: MPT/RO.

Como estratégia adotada pelas UHE, dando início às formas “operantes”, é no momento de chegada no canteiro de obras que o café da manhã é servido a seus trabalhadores. Estes, convivem com um sistema fortemente rígido de horário.

“Tomávamos café e descíamos lá pro pátio onde ficavam todos os caminhões ou íamos direto pro pátio central”.[MSA_34_SA].

“Ficávamos mais de meia hora na fila imensa e dentro de uma hora comíamos correndo”.[MSA_34_SA].

A movimentação e deslocamento da mão de obra no canteiro se faz por veículos.

“A gente pegava o caminhão cedo olhava se tinha pneu furado e descia lá pra casa de força, que era onde estava concentrada a maioria das frentes de serviços. Os caminhões transportavam o material, geralmente rochas quebradas, as rochas com lama eram jogadas no bota fora ou aterro e as rochas com areia eram reaproveitadas”.[ACVN_36_SA].

Com base em relatos desse trabalhador, com relação de tempo destinado à alimentação, este deveria ser descontado o tempo que utiliza para deslocamento do seu posto de trabalho, a entrada no ônibus, o transporte ao refeitório, a espera na fila para servir-se, alimentar-se e retornar até o seu posto de trabalho. Vale ressaltar que, esta regra serve para todos os trabalhadores, deixando a empresa omissa quanto ao horário de deslocamento existente. Desconsidera que, um armador que se encontra em uma altura de 70 metros, segue os mesmos critério de horário que os demais.

“A partir do momento que nós descia, nós parava 11h40min, 15min pra meio dia, às vezes até meio dia também. Ai até chegá lá o ônibus demora mais 5min, 10min depois ia pra fila...ai mal terminava de almoçar já voltava de novo”.[RSF_34_SA].

“Pela quantidade de gente até nos chega lá pra se servi era meia hora, 40min na fila”.[MSA_34_SA].

“Tinha sono, mas num tinha nem onde dormi, tinha nem onde fica. Vai ver nem dava tempo de dar sono por que até na hora de almoço já tinha que voltar pra dentro do ônibus. Ai nos começava 1h ai só ia parar lá pelas..15min pra 6h”.[RSF_34_SA].

De acordo com a observação de um dos entrevistado, devido à ação humana, a paisagem em certos pontos do canteiro se assemelha a um vasto deserto lunar. Pedra e pó, nada além de grandes extensões, aliadas ao calor extenuante tornavam ainda mais árida a realidade daqueles trabalhadores. Em um canto, uma grande esteira transportava a brita para grandes caixas onde era misturado o concreto que abasteceria os caminhões betoneiras.

Nesta colocação há o esforço da pesquisadora em perceber, através da escuta ao entrevistado, o processo de trabalho comum ao ramo produtivo.

“A central de concreto é onde fica todo o material e as esteiras de borracha é que misturam o material todinho. Por uma rampa o caminhão desce e a central de concreto tem um funil. A betoneira com uma espécie de prato recebe esse material e depois de abastecido, descia para despejar lá embaixo o concreto, esse material caia na casa de força. Geralmente já tinha outro equipamento que recebia esse concreto da betoneira e despejava onde ele tinha que ficar”.[ACVN_36_SA].

“Quando a gente ia descer, o rapaz dava um papelzinho pra nós e escrevia onde era pra entregar. Se o encarregado na hora de receber o papel identificasse que já havia vencido o tempo, ai eu tinha que voltar com a carga. Eles tinham um lugar chamado de bota fora do material da central de concreto de onde era escoado a areia, a brita e o cimento que ia saindo”.[ACVN_36_SA].

Segundo os trabalhadores, o cimento utilizado na concretagem é de secagem rápida e por isso deveria ficar em movimento e ser aplicado no prazo de duas horas, caso contrário seria descartado. A concretagem era bem controlada. Os motoristas recebem um papel com indicações sobre o tipo de material, onde deverá ser colocada, a data e a hora. Formas deslizantes, estruturas metálicas montadas em séries com guias e vários componentes, preparadas por carpinteiros, servem para rebocar a parede e fazer o acabamento.

Uma equipe de meio oficial de pedreiro finaliza com o serviço sujo, que consiste na limpeza dos restos de construção que caem dos vãos da casa de força, como concreto, pedaços de madeira, água que escorre constantemente, transformando o local úmido, sujo. Vale a observação dos riscos eminentes e acidentes com quedas de objetos, como ferramentas, sobre os que trabalham na área térrea. Essa característica remete a pensar nas condições precárias desse posto de trabalho, em situações subhumanas e degradantes. Alguns relatos nas entrevistas realizadas com haitianos, caracterizam o tratamento desigual.

Consideravelmente preocupante esse ponto, pois sabemos que as condições de trabalho nesses empreendimentos são precárias e degradantes. Não colaboram com as regras rígidas determinadas pela organização do trabalho (produtividade acelerada), o que implica riscos de acidentes e de aumento do sofrimento pela vivência de sentimentos como ansiedade, medo e insatisfação⁸².

Tal fato ficou muito bem caracterizado na fala do trabalhador de origem haitiana. Por essa condição humilhante e perigosa colocam a proteção de suas vidas fora do alcance do homem.

“úmido, trabalho com bota de borracha...”. [MJ_30_JIRAU].

“tem carrinho de mão lá, mas carrinho de mão não funciona lá não... por que... não tem como caminhar...”. [MJ_30_JIRAU].

“limpeza só tira a lama do chão, e toda a sujeira que cai na casa de força, eles pega o entulho e levam para uma caçamba de 10 a 15 metros pra lá, vai e volta... é perigoso”. [MJ_30_JIRAU].

“as pessoas em cima trabalhando e nois lá embaixo...vai e volta...qualquer coisa, só Jesus dá vida a nois, qualquer coisa que cai ali embaixo morre na hora, é assim mesmo...”. [MJ_30_JIRAU].

E por estarem expostos à rotina rígida, em detrimento ao cumprimento de metas e prazos, alguns trabalhadores relatam chegar a perder a dimensão de tempo e espaço, não sabendo sequer mensurar a sua produção, chegando à exaustão. São relatos de armadores, expostos à situações de trabalho em alturas, processo de trabalho repetitivo, permanecendo todo o tempo em pé, suspensos nas ferragens, tracionando cordas e barras de ferro de várias dimensões e equipamentos de solda, chegando a perceber estar aproximadamente à 80 metros de altura, tornado-os alheios às situações do cotidiano.

“Tontura e mal estar eu não sinto, mas o calor é constante. Já vi muita gente desmaiar de quentura”.[PSS_30_SA].

“Já fiz muitas paredes de ferro que não sei nem estimar, todos os dias subo e desço na hora do almoço cerca de 70 metros”.
[PSS_30_SA].

Rocha & Mendes⁸² evidencia a existência de precarização no trabalho nas fases de construção com relação às empresas terceirizadas. Aponta que os salários possuem valores aquém do almejado quando comparados com a remuneração dos trabalhadores das empresas - mãe responsáveis pelos consórcios empreendedores.

O fator de discriminação e pressão no trabalho por “colaboradores” e chefias são revelados nas falas dos entrevistados:

“O pior horário que tinha era o meu, eu era o único motorista que levantava as duas da manhã, É o pior horário que tinha, eu levantava às duas da manhã e vinha trazer um pessoal prá Jaci, que trabalhava à noite, ficava aguardando em Jaci para voltar para a obra às 5 da manhã, levando o pessoal que ia trabalhar durante o dia, e ficava na empresa aguardando a outro chamado, para Jaci ou a Porto Velho. Não havia rotina, mas sempre que era para vir para Porto Velho, eles mandavam eu vim”.
[GM_24_SA].

“Que nem eu falei também no caso e a carga horária que é muito pesada, a carga horária você saia de casa de noite e voltava de noite, era mais a essa demora; é mais por causa do percurso...”.
[RSF_34_SA].

“A diferença que, os terceirizados, até pra almoçá nas usinas, por exemplo, até pra almoçá eles eram meio chacoteado né. Eles tinha que chegá lá naquele horário certo e se chegasse antes do

horário às vezes o encarregado ficava reclamando e assim outras coisas. Eles tinha que trabalhá mais do que os que não eram terceirizados”.[CAM_38_SA].

“o próprio chefe deles, da terceirização, exigia que eles trabalhassem mais que o período que eles tinha no contrato”.[MJA_41_SA].

Não obstante, há trabalhadores terceirizados que exercem atividades técnicas especializadas, como montadores e topógrafos, indivíduos engajados em técnicas específicas. Reconhecem terem autonomia para desempenhar essas funções, o que garante a segurança no desempenho das tarefas.

Moraes⁹³, sintetiza e aponta que:

“quando o sujeito recebe o reconhecimento por sua engenhosidade na solução dos problemas do trabalho, sente-se valorizado e experimenta uma renovação de sua mobilização subjetiva; a partir do reconhecimento a tendência é que o sujeito seja mobilizado, para se engajar ainda mais, e vencer os novos obstáculos. Esse é o processo que favorece a cooperação para a organização real do trabalho.”

Faz-se verdadeiro o enunciado, na escuta desse trabalhador, em que se torna visível, que o prazer brota dos resultados do trabalho.

“Sempre tinha autonomia sim... e me sentia tranquilo seguro naquilo que vou fazer desde que tenha o conhecimento do equipamento, local de trabalho, tinha autonomia sim pra fazer”.

[MJA_11_JIRAU].

Moraes⁹³ cita que o reconhecimento desempenha um papel fundamental na edificação da identidade na vida adulta. Dejours⁸⁸ reafirma que *“o trabalho continua sendo o mediador insubstituível da realização pessoal no campo social”*.

Mas há casos contraditórios, em que a inobservância desse reconhecimento contribui para gerar o aumento do sofrimento psíquico, da desapropriação da “paternidade” e aumento da ruptura dos laços sociais, contribuindo para a não-percepção da sua identidade, gerando a invisibilidade e sofrimento.

Em face ao exposto, recomenda-se que haja em maior profundidade estudos posteriores, porque, através dessa narrativa, é evidente perceber o grau de pressão exercido pelos “colaboradores”, o descaso e inércia de sua chefia perante o ocorrido.

“parar em locais que não era permitido, o pessoal quase que obrigava a gente a fazer esse tipo de coisa. Quando eu ia

reclamar com o meu superior, ele não apoiava "nois", mas já não era só eu, ele não apoiava nenhum motorista. A gente reclamava que sofria essa pressão e ficava por isso mesmo... a gente reclamava que tinha que ter mais segurança, uma fiscalização, pra não deixar isso acontecer com a gente, porque por muitas vezes a gente estava trabalhando e o cidadão lá atrás xingando a gente. E a gente ia reclamar pra ele e não adiantava nada. A gente era muito cobrado, a gente tinha que andar a 80 km por hora e se por acaso a gente despercesse e passasse a 85 km por hora, levava uma advertência verbal bastante complicada, 80 por hora na estrada e 40 por hora lá dentro”.[GM_24_SA].

“Tem gente que não ouve ninguém, que lá dentro tem todo tipo de gente. Tem homossexual, tem traficante, tem foragido, tem de tudo, por isso que lá você tem que entrar mudo e sair calado. Eles falam pra gente tomar cuidado com negócio de apelido, negócio de brincadeira. Tem aquele pessoal que fica alojado, aquele pessoal contava histórias terríveis, de rivalidade entre eles. Teve gente que matou o outro dormindo”.[CAM_38_SA].

“Aconteceu aqui e aconteceu em Jirau. Aconteceu e inclusive se não me engano saiu no jornal. Esse caso que eu to te falando é de um rapaz que teve a invalidez de um celular que ele vendeu, e o cara não pagou. Ai os dois beberam e tal. E ele falou: Vou esperar ele dormir, hoje ele vai pagar meu celular. O pessoal achou que ele ia lá roubar ele. Foi lá e deu facada no cara dormindo”.[CAM_38_SA].

“Acidente assim, um rapaz furou o outro com a faca”.[ACVN_36_SA].

Tal situação colocava os trabalhadores em zonas de conflito que ao relatarem fatos ocorridos à sua chefia imediata, não encontravam apoio, evidenciando o descaso. Expressões como *“se você não está satisfeito pede as contas que tem dez querendo o seu lugar”*, proferida pela chefia, geraram transtorno psicológico.

A rigidez e a falta de equilíbrio entre os objetivos da organização de trabalho e do trabalhador afetam direta e negativamente a dinâmica de reconhecimento e do prazer, pois tornam impossível o seu processo de ressignificação/transformação, intensificando o

sofrimento o que pode resultar em formas patológicas como violência no trabalho, assédio moral, e atos extremados como suicídio⁹⁸.

Com base nesses preceitos, além do sofrimento mental, esse quadro é classificado como acidente de trabalho: *“Situações nas quais os trabalhadores sofrem agressões, sabotagens ou atos de terrorismo praticados por colegas de trabalho ou terceiros, desde que estejam vinculados às atividades laborativas, são classificadas como acidentes de trabalho”*⁹⁹.

“Os peão pressionava a gente no ônibus e o chefe pressionava a gente. A gente era pressionado dos dois lados, era pressionado pelo chefe para fazer de uma forma e pressionado pelo povo que trabalha na usina para fazer o oposto da ordem que a gente recebia, então a gente ficava no meio como se fosse uma guerra e a gente no meio, como se fosse duas turmas guerreando e a gente no meio, então ia acumulando na cabeça da gente, até que chega um dia que a gente não aguenta”. [GM_24_SA].

“Eu vi um funcionário agredindo o outro, com pá nas costas do outro, eu vi o cara correndo atrás de encarregado. O encarregado gritou com o cara uma vez, e depois eu fiquei sabendo que ele já tinha gritado mais de dez vezes, e o cara aquele dia avisou, se ele gritar comigo hoje, eu pego ele. Mas rapaz na hora que ele gritou o cara não contou conversa. Rapaz, hoje eu vou te ensinar, correu, correu muito. Os seguranças que salvaram ele”. [CAM_38_SA].

“Na realidade, lá é proibido tirar foto e filmar”. [CAM_38_SA].

Para Job¹⁰⁰, risco no fracasso, quando o trabalhador se depara com um obstáculo para a realização de sua tarefa, é causa de sofrimento. O sofrimento é vivenciado quando experimenta o fracasso.

“mas quando eu ia reclamar pra ele, ele falava pede as contas que tem 10 pra entrar em seu lugar, se eu fosse reclamar com eles e eles fossem tomar uma atitude, e ficasse do lado da gente, até que eu entendia, mas pra eles tanto faz se a gente fosse maltratado ou não. É como eles falam: pede as contas que eu coloco outro em seu lugar. Na segunda vez que queimaram os

ônibus eu estava lá, o segundo fogo. Se a “peãozada” tem coragem de queimar os ônibus, agredir um a outro lá dentro, o que mais eles não tem coragem de fazer, heim? eles tem coragem de queimar o próprio alojamento que eles dormem, a própria cama que eles dormem eles queimam, o que mais eles tem coragem de fazer? e esse tipo de gente que a gente transportava lá dentro”.[GM_24_SA].

Na visão de Barros & Mendes¹⁰¹ e também para Sousa¹⁰²,

“a utilização de estratégias de mediação passa a ser uma questão de sobrevivência. Esse ramo caracteriza-se principalmente pela elevada rotatividade e baixo nível de escolaridade dos trabalhadores. Atualmente, pauta-se pela descentralização das atividades e pela descontinuidade do processo produtivo, à medida que os serviços são terceirizados e que o trabalhador não participa de todo o processo de construção da obra”.

Os relatos de possíveis situações que poderiam levá-los a pedir demissão, além da pressão exercida tanto pelos chefes que cobravam o cumprimento de metas quanto pelos colegas na cumplicidade no descumprimento das normas dos empreendimentos, são características desse modelo de trabalho que delimita a intervenção do Estado através dos órgãos fiscalizadores, a tomarem medidas corretivas levando o MPT a impetrar ACP – Ação Civil Pública pelo problema vivenciado.

Ação Civil Pública de nº 756.2010.005.14, envolvendo os trabalhadores da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio.

Norberto Odebreacht S.A., ficou evidente o descaso da mesma com as condições de segurança e saúde no trabalho nas atividades laborativas desenvolvidas pelos seus trabalhadores. Estando a empresa exclusivamente preocupada com o cumprimento do seu cronograma físico de execução das etapas construtivas da obra.”

Figura 10: Auto de infração emitido pelo MPT/RO.

Fonte: MPT/RO.

A promessa de crescimento profissional almejada por eles, muitas vezes não se concretizavam, frustrando as expectativas.

“Já vi várias vezes... funcionário pedir demissão muitas vezes pelo fato do trabalho ser tão pesado, às vezes por represália mesmo dos chefe”.[MJA_41_SA].

“Então já que não está dando certo pra mim, fui lá e falei, não está dando certo pra mim, então, você me manda embora... eu sou assim. Na época eu estava almejando a escavadeira, que era a que eu mais pegava. A pá carregadeira eu pegava bastante também e eu trabalhava no basculante. Daí me deram um treinamento para líder de terra planagem. Beleza, agora melhorou, aí fui, passei dois meses como líder de terraplanagem, foi aí então que chegou um cara de São Paulo ou Rio. Acho que era sobrinho de um deles e colocou no meu lugar, aí foi o fim me aborreci e saí, mas era pra tá lá até hoje, nunca, nunca neguei de trabalhar”.[RCS_38_SA].

Moraes⁹³, pondera que, o trabalho ocupa um papel importante no plano de realização pessoal, daí a importância de seu reconhecimento. Ele conduz a uma transformação do sujeito uma vez que o fracasso na realização do trabalho pode causar sofrimento. Dessa forma, para superar o obstáculo, o trabalhador se mobiliza integralmente (afeto/intelecto/corpo) na procura de um recurso que possa gerar resolução da questão. Nesse processo, ao experimentar o fracasso, sofre, fica impaciente, perde o sono, se consegue ao dormir sonha, se irrita. O trabalho, sendo assim, acaba por ocupar todos os espaços de sua vida. Ao chegar a uma solução e obter um reconhecimento por seu esforço e inteligência, este trabalhador encontra um sentido para todo o sofrimento vivenciado, experimentando uma sensação profundamente benéfica.

Com base no referido autor, é possível compreender o ponto de vista de alguns entrevistados, experiências agradáveis como treinamentos, história de vida, as políticas dos empreendimentos, a relevância, ter feito parte dessa mega construção. São visões de trabalhadores lançados para o futuro a cerca da importância da obra para posteridade.

“contando um pedacinho daquilo que a gente vive ali”.
[DCPS_33_SA].

“Ali fala sobre tudo, sabe? O DDS é uma das coisas mais positivas que vi ali dentro”.[VSC_26_SA].

“É uma história de vida, eu participei. Veja lá eu com 60 anos com meus filhos e netos e vendo em uma televisão grande as

matérias sobre as hidrelétricas e poder falar... veja, aquela Santo Antônio... grande! Eu estive lá, participei, construí e até a cozinheira e faxineira participaram das etapas de construção. É uma jóia rara”.[RCS_43_SA].

Em contraponto, foram relatadas experiências desagradáveis com fatos marcantes, acidentes de trabalho de colegas ocorridos no canteiro de obras, assim como os movimentos dos trabalhadores que aconteceram as greves no ano de 2011, que culminaram na destruição dos alojamentos, ônibus, ambulatório entre outros.

“A greve é uma loucura...fica apavorado, porque é muita gente.

...

participa ou você se cala.”[CAM_38_SA].

“A greve é o seguinte: ... eles ligam... nós vamos parar, porque a gente quer aumento... eles usam esse termo, a Rádio Cipó começa a correr... você vê um armador lá em cima e grita: parou, parou, parou.. Pronto acabou”.[CAM_38_SA].

“... se você está ali com o teu bastão sinalizando, eles fazem a roda e diz: “E aí irmão você não vai parar não?” Já parei. Tem operador que eles vão com um pedaço de pau, bôra rapaz o que você está fazendo aí...vai juntando, vai juntando, o movimento fica forte e ali parou e parou mesmo. Tanto é que as greves lá, elas não são menos de dez dias...”.[CAM_38_SA].

“... toda melhoria que eles conseguiram até hoje lá, foi através de greve”.[CAM_38_SA].

“...conseguiram Ibicard, aumento de salário, conseguiram hora extra. Tudo o que eles conseguiram foi através de greve, entendeu?”.[CAM_38_SA].

“O sindicato é forte. E eles acabam pressionando o Sindicato né, porque tem aquela lenda. Lenda e muitas vezes verdade, que o Sindicato com o patrão, às vezes tem um acordo e tal. Aquele ali por mais que tenha acordo, ele fica numa saia justa. Porque o movimento é muito forte. Nossa, rolava violência, eu via os caras quebrando máquina de refrigerante, derrubando no chão, rancando aquele cofre. Quebrando tudo, quebrando cozinha. Segurança correndo, o primeiro que eles vão atrás é do

segurança. Segurança correndo, viraram carro de encarregado, tocaram fogo, sabe. E aí é só polícia mesmo e olhe lá. E olhe lá, porque uma vez teve uma greve lá, chegou três viaturas e eles foram embora”.[CAM_38_SA].

“greves lá, elas não são menos de dez dias. Demora. E para e para mesmo”.[CAM_38_SA].

“Então o que eles questionaram, por exemplo, uma vez, eles pararam, porque teve um óbito lá, e se revoltaram. É parece que a empresa tirou o cara lá de dentro, porque eles se preocupam muito de tirar a pessoa, pra pessoa parecer que morreu fora. Aí eles desfizeram do caso, não deram muita importância e eles se revoltaram. Mas eles conseguiram Ibicard, eles conseguiram aumento de salário, eles conseguiram hora extra. Tudo o que eles conseguiram foi através de greve, entendeu?”.[CAM_38_SA].

“Foram embora. Eles começaram a jogar pedra, os policiais recuaram e tinha um policial mais corajoso, que chegou e falou: Calma gente, calma, com as mãos pra cima, o quê que vocês querem? A gente quer que vocês saiam daqui. Então a gente sai tranquilo. E foram embora, entendeu”.[CAM_38_SA].

“Tinha. Primeiro, a maioria com camisa na cara, sabe. Camisa na cara pra não aparecer. E o que acontece, olha só, é a parte pior que eu acho deles é isso, quando acabava a greve, passava uns três, quatro dias, aí você via uns cinco, seis ônibus parados lá. Ali era as demissões. Quatrocentas quinhentas pessoas que não tinha nada haver. Cansei de ver funcionário quase chorando no departamento pessoal, pelo amor de Deus, eu não tava, eu não fiz, e não sei o que, olha é ordem lá de cima entendeu. Eu acredito que eles escolhiam de número tal a número tal, pra descartar sabe. Então tinha retaliação. Toda vez tinha, sabe. Só que eles não tava nem aí, por isso que eu falo, tem muita conquista lá, que é fruto de luta de gente que nem ta lá mais, entendeu. O cara foi lá, mesmo que seja na violência, na bronca, deixou aquela semente e foi embora. Ele beneficiou alguém, ele beneficiou alguém. Porque assim, às vezes a gente, a pessoa fala, eu sou contra a greve. Mas ele é beneficiado depois. Aí eu sempre falava,

eu sou contra a violência, eu era contra a violência, porque o que você ganha de quebrar? O prejuízo era pra nós mesmo, porque aquilo ali é dinheiro do Governo Federal. Quem é que paga imposto? É a gente, então não adianta nada, né?”.[CAM_38_SA].

A identidade é o resultado da luta contra três possíveis riscos de alienação: a alienação mental (loucura) quando o sujeito, perde o contato com o real, alienação social, que é quando o sujeito mantém a relação com o real mas não recebe reconhecimento pelo seu trabalho conduzindo a uma situação de solidão e a alienação cultural, que quando o indivíduo mantém relação com o real com o outro dentro de um meio psíquico que perdeu vínculos com o real¹⁰³.

Os movimentos grevistas e a forma de atuação sindical foram identificados como fatores determinantes e controversos das violações dos direitos aos trabalhadores pelas empresas, assim como o motim gerado pelos próprios trabalhadores com destruição dos alojamentos e outras áreas comuns.

“A natureza humana conduz ao coletivo. O homem necessita conviver e interagir com seus semelhantes. Porém, para que conquiste sua máxima liberdade, a liberdade que permite a convivência, necessita de um ordenamento que norteie as relações de convívio. O indivíduo está aprisionado à falta de consciência do valor do seu trabalho, pois está inserido no sistema capitalista, onde a visão e a idéia que ele tem do mundo e da sociedade é a mesma visão e idéia que a burguesia traduz”¹⁰⁴.

A falta de diálogo e o autoritarismo da empresa são indícios da violação dos direitos humanos, tanto das comunidades atingidas quanto em relação aos trabalhadores. Não é novidade que as empresas construtoras da Usina Hidrelétrica de Jirau, parte integrante do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, maior obra do PAC, estão envolvidas em violações aos direitos trabalhistas.

Atraídos pelas promessas de bons salários e boas condições de vida e trabalho, milhares de trabalhadores vindos dos estados brasileiros, em especial do nordeste, ao chegarem na UHE de Jirau, formam acomodados em alojamentos precários, segundo [a nova democracia]¹⁰⁵. Além disso, foram submetidos a todo o tipo de humilhação no canteiro de obras, com denúncias de castigos físicos, péssima alimentação, jornadas de trabalho extenuante, regime de “barracão”. A forma de tratar os trabalhadores fez com que os mesmos se rebelassem, que foram evidenciadas as formas degradantes às quais eles estavam sujeitos.

Como demonstrado, as empresas tem uma série de irregularidades nos seu canteiros de obras, chegando às degradantes condições de trabalho, levando os trabalhadores a

sofrerem mutilações e mortes, fatos omitidos pelas empresas, já que muitos dos acidentes ocorridos nas UHEs não foram revelados pelas empresas. Além disso, a falta de medidas de proteção, segurança no trabalho e pressão pelas chefias, ao cumprimento do cronograma exigido, são fatores que levaram aos trabalhadores a se rebelarem na ocasião da greve.

Os órgãos pró-trabalhadores como a Pastoral do Migrante em Rondônia, Movimentos Atingidos por Barragens - MAB questionaram a prática dos atos de vandalismo, pois as greves foram precedidas de reclamações não atendidas, devido as condições extenuantes de trabalho, assistência médica inadequada.. *“Os trabalhadores que passam mal permanecem sob observação durante 10 minutos e após este período são obrigados a retornar ao trabalho”*, afirma a irmã Maria Ozânia da Silva, coordenadora da pastoral¹⁰⁶.

A ameaça de demissão após as greves,

“quando acabava a greve, passava uns três, quatro dias, aí você via uns cinco, seis ônibus parados lá. Ali era as demissões”.
[CAM_38_SA].

Outro fator determinante do desgaste relacionado ao trabalho, foi o tempo despendido entre a locomoção do trabalhador de sua residência até o local da jornada de trabalho.

Além disso, há a maquiagem dos locais de trabalho, que antecedem a fiscalização por parte dos órgãos fiscalizadores, modificando ou melhorando alguns setores de trabalho.

“daí quando a perícia teve lá eles encenaram, pegaram os vibradoristas tudinho, colocaram todas as pessoas limpinhas, com luvas grandes, com avental, bota nova, roupa nova, ate máscaras de rostos esses caras tinham, aí os peritos tiraram foto, estava tudo certinho, tudo limpinho, protetor ante concreto, a coisa mais linda”. [NFS_34_JIRAU e SA].

A falta de atuação efetiva por parte do sindicato contribui para o favorecimento da empresa, pois não há a efetiva defesa dos direitos dos trabalhadores por quem os representa.

“aí o trabalhador vai reclamar pra quem? pro sindicato? que todos sabem que se você for pro sindicato vc vai se despedido?”.
[NFS_34_JIRAU e SA].

“a maioria, quem não queira ser sindicalizado, era pedido para tirar. O sindicato é tranquilo!”.[LNM_32_SA].

“Quando eles decretam greve, acabam com tudo” [LNM_32_SA].
“Eles falaram tal hora para tudo, e eles vinham em multidões pela balsa no cruzamento do rio. Mais de duzentos homens em cima da balsa e já vinham quebrando tudo e eu não conseguia identificar quem era líder e quem fazia frente na greve”.[LNM_32_SA].

A Figura 11 elucida a força e organização dos trabalhadores em face às posições de comando que antecederam os movimentos que determinaram o início da greve no ano de 2011.



Figura11: Movimento grevista na UHE Jirau em 2011.

Fonte: www.conticom.org.br

Resta claro que quando o movimento grevista se inicia, eles evidenciam que os líderes são pessoas desconhecidas por parte dos trabalhadores, e que o envolvimento das empreiteiras com os sindicatos promove a suspeita de estarem em preparação de *“um plano para cometer vandalismo nas usinas”*¹⁰⁷.

As classes sociais dominadas participam de uma concepção do mundo que lhes é imposta pelas classes dominantes. Constata-se que a própria sociedade vê o trabalhador com desvalia, pois sua visão é deturpada pela ideia que a classe dominante passa da

realidade. Com isso, o homem acaba vendendo seu trabalho e a si próprio pelo tão almejado capital.

“O sindicato pra nois que trabalha na usina o sindicato é uma empresa, disfarçado como se fosse o lobo disfarçado de cordeirinho”.[NFS_43_JIRAU e SA].

“o sindicato é tranquilo, não pressionou a empresa neste meu caso”.[GM_24-SA].

Em relação ao sindicato a visão e percepção tornam-se diferente:

“Era nada, era mais quando tinha greve ai que eles apareciam”

“Ali com a gente, só quando o Sindicato batia em cima ou então, por exemplo, esse rapaz que faleceu lá em baixo, eles interditarão a central de atendimento por 10 dias”.[ACVN_36_SA].

Por mais que os sindicatos tenham realizado ações de enfrentamento, em prol dos trabalhadores, na concepção destes trabalhadores, ainda deixa a desejar, a saber:

“Eu não tenho, não tinha nenhuma relação com sindicato. Mas o sindicato tinha uma boa relação com o consórcio com os trabalhadores eu mesmo pessoalmente não tinha nenhuma relação com o sindicato não”.[MJA_41_SA].

“a maioria, quem não queira ser sindicalizado, era pedido para tirar”.[GM_24_SA].

“Eu mesmo nunca nem vi falar que assim sindicato tinha tomado alguma providencia lá com relação à melhoria com aspecto de acidente a favor do trabalhador”.[MJA_41_SA].

Foi de grande circulação nos meios de comunicação fatos estarrecedores ocorridos nos canteiros de obras, em virtude dessa revolta entre os trabalhadores e os empreiteiros. Foram queimados ônibus, alojamentos, área de lazer e diversos outros prédios. Todo o empenho do governo se volta para minimizar esse impacto, que deixaria uma grande obra do PAC, na mira de dos refletores. Corroborando com o enunciado, segue abaixo, para melhor compreensão:

Garson¹⁰⁸, a grande parte dos erros cometidos contra os trabalhadores está inscrita em dois equívocos maiores: na “licenciosidade” por parte do governo federal em relação à implementação das obras no rio Madeira e na busca das empresas pelo lucro imediato, atrelados a tais “cronogramas autistas” mesmo que o custo seja o desrespeito aos direitos dos

barrageiros. “O governo federal, em nome da atratividade do negócio, afrouxou ao máximo a regulamentação e a fiscalização em todas as áreas afetadas devidos às obras (ambiental, trabalhista, urbanística, compensações sociais) e blindou política e juridicamente todo o processo de outorga, concessão e licenciamento”.

A explicação da liga operária, sobre as fases das greves nos canteiros de obra:

Os mais de 25 mil operários das obras das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio voltaram a entrar em greve a partir de ontem, dia 2 de abril de 2013, e jogaram por terra a manobra das empreiteiras/governo/pelegos de evitar a paralisação das atividades. Com os canteiros de obras sob ocupação policial, repressão da Força Nacional, PM, guarda patrimonial, agentes da polícia federal, Abin, entre outros, e sob o disfarce de “amplo diálogo” com os *pelegos* do Sticcerro/Cut e “comissão de trabalhadores” indicados à dedo pelos departamentos de pessoal, as empreiteiras queriam continuar a impor goela abaixo, sem qualquer contestação, o arrocho salarial e as degradantes condições de trabalho¹⁰⁷.

A repressão da Força Nacional e outros agentes federais, demonstrava o enfraquecimento dos sindicatos frente aos acordos com o capital, favorecendo a revolta e a paralisação das atividades (Figura 12).



Figura 12: Movimento grevista X Força Nacional.
Fonte: veja.abril.com.br

“a maioria dos incêndios que tem nas grandes usinas, não somos nós não somos os trabalhadores, porque, eu já pude perceber, eu já passei duas greves na SA, duas greves e toda a vez da greve, a queima de ônibus, a queima disso, e pessoas diferentes, pessoas que a gente nunca viu em nosso convívio, porque a gente que trabalha lá dentro fica com medo, porque são pessoas encapuzadas, que vem e eles queimam os ônibus rapidinho, e que faz tudo rapidinho, e some essas pessoas encapuzadas, eu trabalhei um ano e dez meses, e eu nunca vi um funcionário dizer, ta vendo aquele ônibus que a gente queimou? Ou tu viu aquela coisa que a gente queimou? Sempre é pessoas diferentes, e elas

vão encapuzadas e ninguém o outro dia sabe quem foi, tudo no silêncio, e geralmente tudo a gente comenta entre si, vc viu lá tal ... e o encapuzados todo mundo tem medo, porque os encapuzados ninguém sabe, oia, que eu ja corri de duas greves, a gente nunca sabe quem são os encapuzados”.[LNM_32_SA].

Embora o tumulto ocasionado pela situação que impactou diretamente a todos os trabalhadores percebeu-se que na narrativa de um entrevistado, a clara compreensão do senso de responsabilidade:

“Daí a nossa preocupação era retirar o pessoal e os ônibus de dentro da obra. O que a gente conseguiu tirar, ainda livrou, mas foram 19 ônibus que eles botaram fogo”.[LNM_32_SA].

Embora alguns dos trabalhadores tenham demonstrado preocupação em salvar vidas e veículos de transportes, a tentativa foi em vão, conforme a Figura 13.



Figura 13: Queima de ônibus e de alojamentos – UHE – Jirau.
Fonte: a nova democracia.

VI.4 – Sobre as medidas de segurança

A segurança do trabalho corresponde às medidas preventivas que permitem o exercício da atividade laboral sem evidencia de risco à saúde dos trabalhadores. O senso comum compartilhado entre os entrevistados é de que as palestras e diálogos diários oferecidos pelas empresas consorciadas, a respeito de segurança - DDS - Santo Antônio e Integração - Jirau, de certa forma, contribui para a prevenção de acidentes do trabalho.

O trabalho na construção civil exige dos trabalhadores disposição, dedicação e capacidade física. Ocorre que, muito frequentemente, as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores envolve movimentos repetitivos ou inadequados, posturas incorretas,

grandes exposições ao ruído, a poeiras e a situações perigosas. E tais atividades são exercidas sem a segurança adequada.

Tem-se que a segurança, por conta das necessidades de atendimento à produção, muitas das vezes se sujeita à exigência de *“prazos, qualidade e quantidade, que são incompatíveis com a fase de aprendizagem e de domínio de um novo processo”*. Com isso, algumas etapas são puladas para que o produto seja finalizado³⁹.

Constata-se tal fato, pela análise das entrevistas, como a seguir transcrita:

“Os encontros de DDS eram diários. Semanalmente e mensalmente eram realizados encontros com todos os trabalhadores, um treinamento geral”. [VAL_40_SA].

Insta salientar que o reconhecimento de que tais encontros diários são produtivos, fortalece a estrutura psíquica com reflexos positivos à saúde do trabalhador. O ponto desfavorável no uso deste recurso, é a utilização como uma ferramenta de dominação em que o trabalhador, cada vez mais engajado nos objetivos da empresa, chega à exaustão na busca pela auto realização¹⁰⁹, como pode ser observado abaixo.

“Empresa mandava a gente trabalhar em condições perigosas, como subir em um andaime sem tela, sem proteção, vai vai lá é rapidinho em meia hora a gente faz. ai subia, quem não subia eles falava que era, desobediência, insubordinação eu sei que eles ameaçavam em advertência que não tava obedecendo e eu tinha que ir, se o encarregado mandasse a pessoa tinha que ir trabalhar”. [NFS_34_JIRAU].

Percebe-se a preocupação dos trabalhadores em estavam envolvidos com o desmonte das rochas, principalmente na etapa inicial do projeto, tendo em vista o excesso de poeira suspensa no ar, em decorrências das explosões para a quebra das rochas, e a falta ou pouca fiscalização por parte da empresa para minimizar e/ou prevenir o adoecimento em relação à inalação dessa poeira.

O próprio MPT identificou a necessidade de intervenção, conforme consta da Ação Civil Pública (Figura 14), cujo trecho abaixo se transcreve:

Ação Civil Pública de nº 756.2010.005.14, envolvendo os trabalhadores da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio.

“Verifica-se, por exemplo, que embora estejam elencadas todas as variáveis relativas aos aspectos de exposição a poeiras minerais, não há execução de uma política adequada de avaliação das poeiras e são realizadas radiografias de tórax fora do padrão OIT, inadequadas para a avaliação que se deseja e até contra-indicadas tendo em vista que tal exame expõe o trabalhador à radiação ionizante, sem nenhum benefício que justifique a sua realização. Por outro lado, são realizadas de rotina, radiografias de tórax para trabalhadores dos setores administrativos, não havendo nenhuma razão que justifique a realização dessas radiografias como conduta de rotina.”

Figura 14: Auto de infração emitido pelo MPT/RO.

Fonte: MPT/RO.

A identificação e comprovação do fato gerador de adoecimento constatado pelos órgãos fiscalizadores, valida os depoimentos abaixo relatados. Ocorre que, nem sempre as medidas coercitivas colaboram para a prevenção efetiva dos riscos, devido a um grande contingente de trabalhadores.

“A poeira é controlada, principalmente nas estradas por que tem os caminhões pipa que sempre tá zelando pra que não haja muita poeira, só que a poluição lá é fortemente devido britador que tem dentro da usina”.[MJA_41_SA].

“Esse britador devido ser dentro da própria usina local de canteiro de obra ele afeta muito os trabalhadores. E muita poeira, essa poeira não vem de baixo ela já vem da parte superior né. O britador joga e ela vai...”. [MJA_41_SA].

“É uso de máscara recomendado, mas não é obrigatório. Quer dizer a fiscalização não vê, por que a fiscalização também que eu vejo que é pouca né, tamanha obra daquela ali, pra fiscaliza ali mais de 10 mil pessoas trabalhando, é muito, não é fácil não”. [MJA_41_SA].

Cabe salientar que muitas das causas de acidentes de trabalho podem ser evitadas, mas geralmente as empresas colocam a culpa pela sua ocorrência nos trabalhadores. O debate pela responsabilidade da culpa camufla as verdadeiras razões que ocasionam os eventos, principalmente pela falta de medidas preventivas dos acidentes.

É necessário conscientizar os trabalhadores acerca dos perigos, tornando-os, desta forma, mais exigentes quanto aos seus direitos de saúde e segurança no exercício da atividade laboral. Estes mesmos trabalhadores através de dinâmicas como os Diálogo Diários de Segurança - DDS/Santo Antônio e Integração - Jirau podem tornar-se multiplicadores da informação adequada.

A resistência ao uso do equipamento de proteção por parte do empregado não pode justificar a exclusão total da responsabilidade do empregador, principalmente porque o trabalhador não tem a inteira consciência sobre a importância das práticas de segurança. Assim como também não cabe apenas responsabilizar somente os empregadores por não adotarem as medidas de fiscalização necessárias ao uso do EPI.

A responsabilização ou não pelo acidente de trabalho, de quem quer que seja, tanto do trabalhador, quanto do mestre, encarregado ou o engenheiro é uma abordagem errônea para resolução da problemática do acidente de trabalho. Uma análise mais coerente é a que despersonaliza a responsabilidade, remetendo a culpa para o campo jurídico de apuração dos fatores determinantes que originaram o imprevisto. Desta forma a culpa ou dolo são configurações de responsabilidade jurídica que irá determinar a causa, seja por imperícia, imprudência, negligência ou omissão de atitudes, determinando ainda se as falhas são de caráter técnico ou humano³⁹.

Apenas para ilustrar a afirmação, segue parte de depoimento do trabalhador nesse sentido:

“essa recomendação vem quando você faz o cursinho de Acreditar. Passou dali lá orientação é só você usa as máscaras os protetores auriculares só isso”. [MJA_41_SA].

“eles entregam todo material EPI necessário que precisa eles repassam, agora é que nem eu tô falando, a fiscalização ele não dá em cima e eu acho que o maior fiscalizador é a pessoa que vai usar seus EPIs individuais, esse é o fiscalizador”. [MJA_41_SA].

“igual o segurança fala, nos somos apenas as pessoas que estão orientando vocês aqui, mas segurança quem faz é vocês”. [MJA_11_SA].

“É no DDS mesmo eles falam que é pra usar máscara, no caso o operador ficar todo tempo dentro da máquina na hora que sai é pra coloca o capacete não pode anda sem capacete”. [PSS_30_SA].

“Eles chamavam e conversavam até mesmo no outro dia no DDS falaram repetiam de novo”. [RSF_34_SA].

“Chamava pessoalmente lá e conversava... aí no outro dia falava pessoal vamos usar o capacete, luva, o que tiver que usar, por que eles falavam que a segurança do trabalho tá aí...”. [RSF_34_SA].

“antes de trabaia, segurança do trabalho, faz DDS, logo de manha”. [MJ_30_JIRAU].

A eficiência das medidas de segurança deve-se ao conhecimento prático do trabalhador. É fundamental para a criação de uma política de segurança e saúde do trabalhador que esta seja pautada na prevenção de acidentes, o que resultará numa gestão mais eficiente e resolutiva. São os próprios trabalhadores, os conhecedores dos perigos vivenciados no dia-a-dia do canteiro de obras, aqueles que mais podem colaborar nas medidas preventivas³⁹.

A falta de tal política gera acidentes de trabalho, como os relatados pelos trabalhadores entrevistados, a saber:

“se tem uma chave que cai aí de cima, e cai na minha cabeça, eu vou morrer na hora”. [MJ_30_JIRAU].

“eu tem medo”. [MJ_30_JIRAU].

“É. Ter tem. dispositivo Por exemplo, esse do rapaz lá de baixo, era pra ter desligado, não desligaram. E esse do encarregado, não era pra ele estar mexendo lá, não é a área dele ali, né. Ele foi lá mexer em alguma coisa lá em cima e prendeu a camisa dele”. [ACVN_36_SA].

“eu fui buscar o segurança, e o que o técnico de segurança o que fez? só tirou foto dele, e da peça que caiu em cima dele, e só.. e do capacete que quebrou pela altura”. [MJ_30_JIRAU].

Tal fato foi descrito no auto de infração lavrado em face do Consórcio Santo Antônio, que serviu de base para a propositura da Ação Civil Pública por parte do Ministério Público do Trabalho (Figura 15), no qual se constata que a fala do trabalhador não é em vão, e a sua preocupação quanto ao fato é procedente.

Auto de infração nº 020017952

Nome ou Razão Social

Consórcio Santo Antônio Civil

“Descrição Ementa/NR: Deixar de dotar a área de trabalho da bancada de armação de cobertura resistente para proteção dos trabalhadores contar a queda de materiais e intempéries.”

Figura 15: Auto de infração MPT/RO.

Fonte: MPT/RO.

Tal observância deve-se ao fato de, provavelmente, haver muitos postos de trabalho em condições de riscos eminentes (Figura 16), contribuindo com a insegurança dos trabalhadores.

“quando a peça caiu em cima da cabeça ele fica olhando e morreu, morreu...depois falam assim... teve um acidente que morreu quem perde vida eu minha e minha esposa”.
[MJ_30_JIRAU].

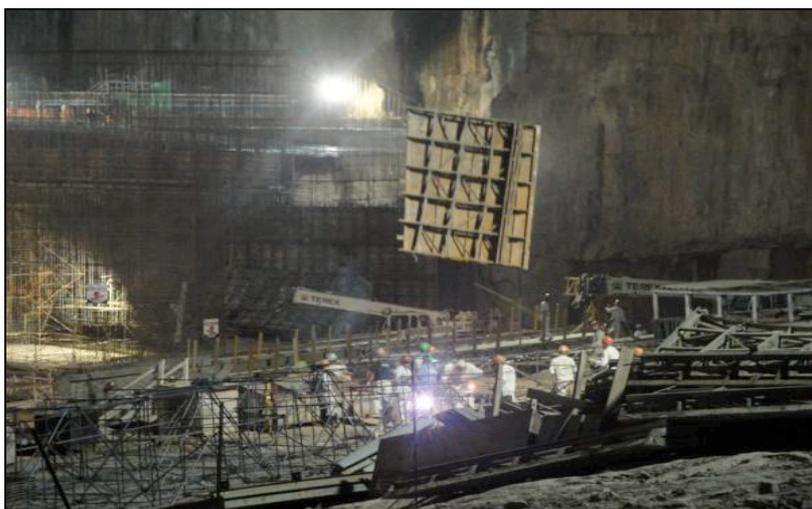


Figura 16: Mostra trabalhadores em risco sob a área de movimentação de cargas.

Fonte: MPT/RO.

Isso é consideravelmente preocupante, porque sabe-se que as consequências advindas da repetição desses acidentes são a alta frequência do dano ao trabalhador, bem como a ineficácia da segurança dentro do canteiro de obras, conforme se depreende abaixo.

“capacete só se fosse para algum lugar.. nem todos usam, a empresa dá e cobra, mas nem todos usam, em uns que trabalham em altura, tem o cinto mas não usa o cinto. e a empresa muitas vezes faz vista grossa, porque tem 5000 pessoas e tem 5 técnicos de segurança, como 5 pessoas vão cuidar de 5000?” [GM_24_SA].

“A gente passava pelo treinamento quando se passava pra prática geralmente era outro”.[MJA_41_SA].

Deve-se ressaltar que a participação dos trabalhadores na determinação dessas medidas de segurança, baseia-se no conhecimento prático, dito “chão de fábrica”, sendo o saber operário de fundamental importância para a criação de uma política de segurança em saúde do trabalhador pautada na prevenção de acidentes.

Com isso, ter-se-á uma gestão mais eficiente e resolutiva, posto que são os próprios trabalhadores, conhecedores dos perigos vivenciados no dia-a-dia do canteiro de obras³⁹, aqueles que contribuirão para a elaboração de com as medidas preventivas.

Diferentemente é o que ocorre nos empreendimentos pesquisados, a saber:

“Não, eu era mandado, nos lá motorista não temos o direito de sugerir não”.[GM_24_SA].

“No DDS os trabalhadores às vezes falavam alguma coisa mais não tinha resposta. Por parte do consórcio eles falavam alguma coisa como se fosse pra eles desinteresse”.[MJA_41_SA].

“Não sugeri por que vi alguns colegas falando alguma coisa e nada acontecia então preferir ficar calado”.[MJA_41_SA].

“É o RK o fora de estrada, um caminhão que tem lá só pra carrega pedra mesmo 'mataco' que se fala né quase do tamanho dessa mesa às vezes até bem maior. Aí tava tendo muito eles tava se machucando muito”.[RSF_34_SA].

“É por que na hora de..de leva pro estoque pra na hora de basculha o mataco ele girava em cima do RK e travava”. “É uma pedra maior”... “A rocha maior que não foi detona bem miudinha né”. “Aí ele girava em cima do RK aí os caminhão pegava a frente subia, aí na hora que subia descei aí na hora que descia o motorista tava dentro né aí com o impacto batia a cabeça na cabine, batia a coluna, machucava a coluna...”

“a máquina dava solavanco ...ai eles proibiram de carrega...”

[RSF_34_SA].

VI.5 - Doenças relacionadas ao trabalho

Com relação aos relatos sobre possíveis doenças relacionadas ao trabalho, foi identificado que um dos fatores de adoecimento refere-se à utilização de substâncias psicotrópicas e álcool pelos entrevistados.

Percebeu-se que os entrevistados não tiveram receio de informar o uso rotineiro de álcool e drogas, e da normalidade desse acontecimento por parte dos colegas nos locais de trabalho, nas áreas de vivência e nos alojamentos.

Lima¹¹⁰ e Silva¹¹¹, diz que o uso de drogas ilícitas ocorre após o término de sua jornada de trabalho traz euforia para relaxar.

“constatou duas tendências entre os usuários de drogas que trabalham: reservar o uso das substâncias “para o tempo livre e privado, dissociado do universo profissional” ou fazer esse uso no contexto de trabalho “como um suporte, uma ferramenta ou ainda como uma necessidade” No primeiro caso, segundo ela, “o uso da droga não ocorre jamais (ou muito raramente) durante o tempo de trabalho, mas com frequência imediatamente após a jornada ou nos fins de semana. Assim, a maconha, por exemplo, pode ser usada para “relaxar após o trabalho”. No segundo caso, eles procuram mais uma sensação de euforia, “que deve permanecer sutil e interiorizada”, do que uma mudança maior, pois se trata de “se dar prazer trabalhando”, de “encontrar uma forma de se entusiasmar apesar de tudo” e “já que é necessário” estar ali, tentar se “enganar voluntariamente modificando seu estado de consciência”.

Discordando do autor, existem duas situações para trabalhadores usuários de drogas. A primeira se refere ao uso no tempo livre, fora do contexto profissional. A segunda é o uso associado ao trabalho, como um complemento para a produção ou necessidade. No primeiro exemplo, segundo Fontaine¹¹², o uso da droga não ocorre jamais, ou muito raramente, no ambiente de trabalho, mas com frequência, após a jornada ou fins de semana. Neste caso, utiliza-se da maconha para relaxar. No segundo exemplo, busca -se uma sensação de euforia que deve ser internalizada. É uma busca do prazer trabalhando, através da mudança no estado da consciência¹¹⁰.

É soberano elucidar os fatos através da vivência dos trabalhadores e, portanto, a comprovação neste estudo de que as drogas ilícitas são consumidas no momento de suas atividades laborais, provocando irritabilidade e falta de segurança junto aos colegas componentes da equipe, como foi identificado a seguir.

“no meu quarto eu nunca vi alguém chegar e barrar eles, era ali fora normal, como se tivesse fumando cigarro, trabalhava drogados, em altura”.[GMA_24_SA].

Outra comprovação da utilização da droga durante o turno de trabalho:

“lá em cima dos pilares mesmo, eles entravam dentro do bloco, fumavam e depois eles subiam lá em cima sem cinto, sem nada, porque o cara quando usa maconha ele fica doido... eu quis umas duas vezes sair no braço porque eu ia mandar o ferro e eles queriam puxar com força, graças a Deus eu saí desta equipe, e a minha equipe não tem, mas a gente vê todos os dias, todos os dia você está lá e você vê o cara como cigarro de maconha e se ele acender daqui a outro lado da rua, a 50 metros, e se o vento estiver vindo você já sente o cheiro”.[PSS_30_SA].

Nesse contexto, no que se refere à entrada de bebidas alcoólicas e outras drogas no canteiro de obras, evidencia-se que a fiscalização, segurança e vigilância que compete à empresa são ineficazes, já que não coíbem a entrada de drogas e álcool no local de trabalho.

Indagando a um dos entrevistados se alguma vez visualizou tal fato, teve o seguinte relato:

“lá o que mais existe é isso aí, nos alojamentos a tarde, no quarto que é mesmo, quando começava a escurecer a noite, juntava não era um ou dois, eram vários, 15 pessoas, 20.. fumando maconha, droga lá dentro é normal, e iam trabalhar dessa forma, pegavam o ônibus, vinham pra Jaci, tomavam cachaça....”.[GM_24_SA].

“há Polícia Civil infiltrou policiais lá dentro, com fardamento da empresa e tudo, pra dizer que era funcionário, pra poder descobrir esse tipo de gente aí, mas não acabava, não acabava. Eles faziam uso lá dentro, porque lá é muito grande, é muito grande. O cara vai pra traz de um monte de terra daquele ali né...”.[CAM_38_SA].

A utilização de drogas durante o expediente de trabalho ainda é uma temática inovadora, esta é pouco estudada no contexto nacional, embora seja importante ressaltar seus principais resultados, que apontam o induzimento à marginalidade.

Porém, é válido ressaltar que, em contraponto, muitos destes trabalhadores não se afastam de suas atividades por razões de saúde, não se atrasam, não faltam, e nem provocam acidentes de trabalho. Esses trabalhadores não são vistos como um problema social, de saúde ou ordem pública.

Por fim o tema tem se posto como uma problemática que merece uma maior investigação e aprofundamento¹¹¹.

“... porque pra entrar da portaria pra lá dentro não existe fiscalização, que proíbe isso aí, o pessoal desce do ônibus, passa pela roleta e o que tiver dentro do bolso passa, porque pinga lá dentro tem e é muita, droga de qualquer tipo que você quiser lá dentro tem, entorpecentes lá dentro é o que mais usa, e a empresa no meu ponto de vista nem importa”. [GMA_24_SA].

Outro entrevistado menciona a frequência e o incômodo do cheiro da droga.

“Rapaz a droga, a maconha como é falada como diz ô doido, realmente tem muito gente que usa lá dentro. Daí a gente vê todos os dias o pessoal usando lá, de dia a gente vê bastante, ... uma equipe que eu trabalhava tinha 5 caras que fumava lá mesmo, eles tiram o cigarro de maconha e a gente falava porque incomodava o mau cheiro porque o cheiro é terrível..”. [PSS_30_SA].

A possibilidade de ser pego usando drogas nas dependências da obra ou na saída de seu turno de trabalho também é questão preocupante ao trabalhador:

“Em cima podê não pode, mas se o cara for pego ele é expulso da obra, mas o pessoal usa direto, já vi a força nacional prender muita gente lá dentro, fumando cigarro na hora da saída, eles ficam na fila, do ônibus, e sai e vai pra trás do ônibus acende aquele cigarrão lá, isso é diariamente, prostituição eu nunca cheguei a ver, mas o comércio de droga já... eu vi pessoas vendendo lá dentro”. [PSS_30_SA].

Com relação à percepção de drogas no cotidiano do trabalho, tem-se que:

“eles usavam, mais assim na hora de embora sempre a gente via uns lá fumando lá. Na hora de ir embora, antes de entrá na balsa”. [RSF_34_SA].

“fumando maconha, droga lá dentro é normal, e iam trabalhar dessa forma, pegavam o ônibus, vinham pra Jaci, tomavam cachaça, porque pra entrar para a portaria pra lá dentro não existe fiscalização que proíbe isso aí, o pessoal desce do ônibus, passa pela roleta e o que tiver dentro do bolso passa”.
[LNM_32_SA].

Cumpram-se ressaltar que os relatos de adoecimentos são relacionados às doenças endêmicas, ocasionadas pelo desmatamento da região, como a malária e a dengue, que foram citadas pelos entrevistados. Além dessas, há também a pneumonia, a gastrite, dores na coluna, todas em razão do meio ambiente de trabalho.

Saliente-se que a concentração de vários trabalhadores nas pequenas acomodações, chegando-se a oito trabalhadores por quarto, é fator contributivo para proliferação de doenças viróticas.

“problema de gastrite é a maioria, pegam malária”.

“Eu malária não tive não, mas eu lembro bem que teve algumas pessoas que adoeceram de malária ali”. [MJA_41_SA].

“Pneumonia, malária, tem muito lá, mas só que lá tem repelente, eles dão repelente para os funcionários mas, não dá conta não ..tem muito mosquito, volta e meia as pessoas pegam malária, dengue, pneumonia por ser um lugar que corre muita poeira, muito úmido também”. [DSPS_33_SA].

Foram frequentes as reclamações dos trabalhadores entrevistados de dores nas costas em decorrência do carregamento de rochas pesadas, retiradas após as explosões diárias (6h e 18h), etapa inicial do empreendimento.

Após a retirada das rochas, com dimensão de 01 ou mais metros de diâmetros, os operadores de máquinas pesadas transportam os volumes de rocha ocasionando incômodos físicos, e adoecimentos na coluna, em consequência do transporte com solavancos pelo desnível do solo.

“Eu creio que é devido o lugar que a gente trabalha que tem muitas pedras...trabalha com um tipo de material que é um material sólido que a gente trabalha na área da terraplanagem, tem muitas pedras às vezes e sente muitos socos nas costas devido

o pneu que passa em cima de uma daquelas pedras acaba...afetando a coluna”.[MJA_41_SA].

Confirma-se por relatos de trabalhadores que as manifestações de dores na coluna se referem ao trabalho de terraplanagem, a saber:

“colegas que tinha problema de saúde inclusive eu conheci duas pessoas lá operadores de máquina que estavam afastados há mais de 6 meses com problema de coluna operadores de carregadeira que é o fato que mais acumula dores de coluna problemas nas costas e a carregadeira no setor da rocha que eles têm lá o setor da rocha, onde faz o carregamento da rocha, aí lá é muita pedra e os operadores de carregadeira são os que mais sofre problema de coluna”.[LNM_32_SA].

Por outro relato verifica-se a banalização do sintoma de adoecimento, pois, além do setor médico da empresa não identificar o adoecimento relacionado à atividade, o trabalhador muitas vezes foi desligado da empresa sem a solução do caso.

Outro ponto destacado pelo trabalhadores, refere-se à poeira como causa de adoecimento pulmonar. O trabalhador, ao ser questionado sobre possíveis causas de adoecimento decorrente a inalação do pó de brita, foi enfático ao afirmar que a poeira foi o causador de adoecimento:

“a poeira é uma das coisas que mais prejudica lá”.[DSPS_33_SA].

“é a poeira do concreto e a poeira da rocha, da brita ali, tem todo o tempo o pessoal, lavando, furando, cortando aquelas rochas, é poeira direto, isso acaba prejudicando”.[DSPS_33_SA].

VI.6 - Acidente de Trabalho

Inicialmente, é necessário esclarecer que um dos limitadores para a realização da pesquisa qualitativa refere-se à insuficiência de dados disponíveis nos sistemas de informação. Tais dados contribuíram com indicadores para a análise do perfil de morbimortalidade desse setor produtivo.

Contribui para a limitação a falta de informações e acesso do SUS aos registros das ocorrências em saúde, nos núcleos de saúde médico ocupacional e gestão de pessoal nas empresas construtoras.

Com a negação da existência de acidentes e doenças ocorridas nos canteiros, fato recorrente, percebe-se que o modelo de desenvolvimento capitalista adotado dificulta o acesso às informações solicitadas, referentes às condições de saúde e segurança dos trabalhadores. Além disso, a falta de notificação de acidentes de trabalho evidencia o mascaramento da real situação, na qual as empresas negam as informações e, quando questionados acerca dos acidentes, fazem recair a culpa no trabalhador. Fator coadjuvante são as medidas de segurança, quase sempre ineficazes nos canteiros de obras pesquisados.

A vigilância epidemiológica detecta e previne adoecimento na saúde da população, através dos fatores determinantes e condicionantes à prevenção e controle sobre doenças os agravos¹¹³.

A subnotificação dos acidentes de trabalho identificados no SINAN e SIM, fornece dados insuficientes para análise, sendo que os memos são diluídos nas diversas notificações que ocorrem na população local¹¹⁴.

Salienta-se que, na grande maioria dos adoecimentos e acidentes que envolvem os trabalhadores das usinas Santo Antônio e Jirau, estes são encaminhados para hospitais particulares na cidade de Porto Velho, os quais são conveniados com as empresas construtoras e as suas terceirizadas, em que não existe a rotina de notificações dos agravos e acidentes através do SINAN e SIM/MS, conforme estabelece a Portaria GM/MS nº 104 de 25 de janeiro de 2011²⁸.

Acrescenta-se, ainda, que a carência de dados reais deve-se também ao fato das empresas contratadas ocultarem informações sobre seus trabalhadores adoecidos e/ou acidentados, já que não fazem a Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT, INSS bem como não preenchem as fichas do SINAN que devem ser enviados aos setores epidemiológicos.

Outra questão que leva à subnotificação diz respeito ao Fator de Amparo ao Trabalhador do Instituto Nacional de Seguridade Social (FAT/INSS)¹¹⁵, uma vez que quanto menor o número de acidentes e doenças do trabalho, menor o índice de contribuição da empresa ao INSS.

Assim, a sistema posto é um convite à subnotificação dos acidentes e doenças do trabalho.

Apesar dos esforços governamentais, por meio de instrumentos regulamentadores, as ocorrências de acidentes de trabalho nos canteiros de obra no Brasil, ainda não refletem a realidade e, em especial, a que se refere aos notificados no SINAN.

A constação abaixo demonstra que não existe fluxo de informações sobre morbimortalidade na triangulação dos Ministérios do Trabalho e Emprego, Previdência Social e Ministério da Saúde.

Confirma-se o enunciado, por demonstrativo das informações sobre os acidentes fatais e não fatais ocorridos nas principais empresas das UHE Jirau e Santo Antônio, no período de 2008 a 2013. Os dados foram são oriundos da SRTE/RO – Superintendência Regional do Trabalho de Rondônia, extraídos do sistema de consulta a CAT e estão atualizados até o 3º trimestre de 2013.

Quadro 01: Acidentes de trabalho ocorrido nas UHEs no período de 2008-2013.

Obra	Empresa	AT Fatal	AT não Fatal
UHE JIRAU	Construções e Comércio Camargo Correa S/A	7	1.708
UHE JIRAU	Enesa Engenharia S A	0	916
UHE Santo Antônio	Consórcio Santo Antônio Civil	4	1.809
UHE Santo Antônio	Construtora Norberto Odebrecht S/A	2	549
	Total	13	4.982

Fonte: SRTE/RO em 05 de março de 2014.

Por razões de confronto estatístico vale compor os dados de acidentes de trabalho, referente ao município de Porto Velho nos anos de 2008 a 2013.

Quadro 02: Acidentes de trabalho grave no município de Porto Velho no período de 2008-2013.

ANO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
AT	10	41	209	563	482	592	1897

Fonte: SINAN/RO em 20/03/2014.

Dessa forma, devido ao desencontro de informações, justifica-se a necessidade de conhecer, através deste universo pesquisado, o histórico desses trabalhadores, considerando que as suas lutas na convivência com a adversidade, causam o adoecimento pelo processo de trabalho e pelas relações conflitantes.

É do conhecimento de todos os entrevistados os riscos e perigos iminentes, que a construção dessas usinas pode ocasionar. Todos os trabalhadores relataram a rotina diária,

empregadas pelas empresas em reuniões - DDS/Integração - alertando sobre as medidas e normas de segurança que devem ser observadas no decorrer do dia a dia do trabalho. Muitas das causas podem ser evitadas, e geralmente as empresas colocam a culpa nos trabalhadores. O debate pela responsabilidade da culpa camufla as verdadeiras razões que ocasionam os acidentes e adoecimentos, a saber.

“os trabalhadores participam, sempre tem um DDS os técnicos de segurança do trabalho, sempre dá orientação, e eles falam que eles são só um suporte ali, porque a nossa própria segurança é nos mesmo que fazemos ...nos trabalhadores..”[MAMN_46_SA].

Nesse aspecto é bem evidenciada a análise, por parte de um dos entrevistados, referindo-se às questões da reponsabilidade dos acidentes de trabalho, pertencente ao coletivo dos trabalhadores.

Djours¹⁰³, afirma que a tolerância às condições de risco máximo, advindas do cotidiano de trabalho é classificada como uma estratégia de defesa coletiva, que impulsiona os trabalhadores a sair todos os dias para o cumprimento de suas atividades.

De acordo com estudos epidemiológicos, as mortes ou mutilações por acidentes mais frequentes relacionadas ao trabalho ocorrem em vias públicas e fora dos espaço das empresas; geralmente acontecem em virtude de acidentes de transito ou violências. Assim, os casos ocorridos dentro das empresas têm como predomínio as quedas em altura, choques elétricos e soterramento¹¹⁶. A preocupação com a segurança não envolve apenas a pessoa do trabalhador, mas também pelos seus colegas, ao seu entorno.

“sempre estar olhando e você não deixar um serviço pra traz mal feito né, que você não sabe se vem outra pessoa atrás de você, que acaba perdendo a vida, perdendo o braço, a perna, por causa de uma irresponsabilidade e de uma coisa que você poderia ter evitado, se torna responsável pela segurança do outro, a nossa segurança é nos mesmo é quem faz, você tem que ter consciência, por ser um obra de grande risco, sempre tem que estar sempre ligado ali, não só por nós como também pelo colega, pelo amigo ali que tá trabalhando com você, porque não é fácil, não porque tem uma hora que você esta em cima, e uma hora você esta em baixo, e corre muito risco de queda de material”. [DCPS_34_SA].

Batista et al. *“observamos que é preciso ter mais atenção aos processos de trabalho, sobretudo em canteiros de obras gigantescos, em que há o risco de maiores acidentes, ou de maiores proporções”*⁴⁵.

Ao indagar sobre o tema de ocorrência de acidentes de trabalho no canteiro de obras, foram citados acidentes de menor proporção como ferimentos nos braços e pernas, quedas de pequenas alturas, até a descrição do conhecimento de acidentes fatais que vieram a ceifar vidas de colegas.

“A motivação foi o salário melhor”. [CAM_38_SA].

“eu gostaria de ficar lá, porque eu não acho outro serviço pra fazer aqui no centro, entendeu?”... “porque às vezes eu sentar e pensar, mas se acontecer um problema lá na Camargo, como eu vou fazer com minhas famílias? mas Camargo não vai ajudar ninguém. Morreu, morreu... quando acabar a obra eu vai procurar outro serviço pra fazer...”. [MJ_30_JIRAU].

O Ministério Público do Trabalho ajuda a compreender tal quadro por meio da Ação Civil Pública de nº 756.2010.005.14 (Figura 17), envolvendo os trabalhadores da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, a saber:

“Essas condutas infringidas pelas demandas trazem a precarização do trabalho de seus empregados, minando a saúde desses obreiros que ficam a trabalhar em ritmo frenético, tirando quase sempre o convívio dos mesmo com seu familiares, o que colabora para o adoecimento dessas pessoas e aumenta o risco de acidentes de trabalho graves, o que deve ser rechaçado imediatamente pelo Poder Judiciário.”

Figura17: ACP de nº 756.2010.005.14 MPT/RO.

Fonte: MPT/RO.

É comum, ainda, nas falas do trabalhadores, a conotação de que os óbitos referentes aos acidentes de trabalho ocorriam no percurso entre o local do acidente e os hospitais conveniados, localizado na cidade de Porto Velho, assegurando, assim, a descaracterização do óbito que dentro do canteiro de obras.

Como já ressaltado, o conhecimento prático do trabalhador é fundamental para a criação de uma política de segurança e saúde do trabalhador pautada na prevenção de

acidentes, o que resultará numa gestão mais eficiente e resolutive. São os próprios trabalhadores os conhecedores dos perigos vivenciados dia-a-dia no canteiro de obras.

Seguem-se as falas que validam o enunciado:

“Acidente grave - caiu dos 40 metros de altura, caiu em cima de um monte de ferro e dizem que morreu depois que saiu da barragem, eu acho muito difícil a pessoa cair em cima de um monte de ferro, de 40 metros e dizer que não morreu na hora, estava em cima de um andaime, as tábuas escorregaram e sem o cinto e ele caiu cá em baixo, saiu de ambulância e não foi lá dentro, e ainda houve o comentário, poxa o cara caiu de 40 metros em cima de um monte de ferro e ainda não morreu na hora e foi morrer fora da usina?”. [LNM_32_SA].

“Então o que eles questionaram, por exemplo, uma vez, eles pararam(greve), porque teve um óbito lá, e se revoltaram. É parece que a empresa tirou o cara lá de dentro, porque eles se preocupam muito de tirar a pessoa, pra pessoa parecer que morreu fora. Ai eles desfizeram do caso, não deram muita importância e eles se revoltaram”. [CAM_38_SA].

O setor da construção civil caracteriza-se pelo elevado número de acidentes. A legislação vigente em nosso país é uma tentativa de garantir os direitos às vítimas, por vezes incapacitadas para a atividade laboral.

Comprovando a fala anterior, outro entrevistado exemplifica situação que deixa explícita a rotina executada pelas empresas nos AT.

“Não cheguei a ver nenhum acidente fatal. Por que os acidentes que ocorrem lá dentro imediatamente eles, como que se diz, tira a pessoa do local de trabalho o mais rápido possível pra não constatar que aquele acidente foi ali”. [MJA_41_SA].

Finalizando o relato, o entrevistado aduz que:

“Sim, inclusive teve pessoas que morreram lá em acidente e eles colocaram no seu boletim que a pessoa não morreu dentro da obra morreu a caminho do hospital”. [MJA_41_SA].

“e ele saiu dali como se fosse para o hospital, nunca ninguém morre ali na usina, sempre morre no hospital, por mais que a

gente “vê esbagaçado lá”, sempre morre no hospital”.
[NFS_34_JIRAU].

Além disso, ouviu relato de outros acidentes:

“É, mas no concreto sempre nos ouvia no final da tarde o comentário que tinha...alguém tinha morrido, tinha sofrido um acidente, mas ali...”.[MSA_34_SA].

“Semana passada teve um brasileiro que morreu lá...eletricista”.[MJ_30_JIRAU].

“Vi somente um acidente lá que explodiu um mangueirão de lançar concreto, tem umas mangueiras de ferro, e uns rapazes estavam passando lá e espocou (estourou) uma, um machucou o braço e outro a perna”.[VSC_26_SA].

A Figura 18 demonstra mangote de lançamento de concreto comprimido pela estrutura do braço lançador. Quatro trabalhadores sofreram acidente de trabalho no local.



Figura 18: Mangote retorcido com queda da base da coluna.
Fonte: MPT/RO.

Muitas das causas dos acidentes podem ser evitadas, mas, geralmente, as empresas restringem-se a colocar a culpa nos trabalhadores. O debate pela responsabilidade da culpa camufla as verdadeiras razões que ocasionam os eventos. Assim o relato de outro trabalhador caracteriza o óbito no momento do acidente, como falha do trabalhador:

“Tanto é que quando acontecia acidente e tinha alguém filmando, ah eles já iam em cima já, e brigava com a pessoa. Na realidade, lá é proibido tirar foto e filmar”.[CAM_38_SA].

“mas já vi lá morto, caiu e ficou no lugar, sem cinto de segurança”.[GM_34_SA].

Do acidente a naturalidade do fato:

“Fazia 11 horas e ele ia almoçar ao meio dia, ele estava com fome, viu? mas o encarregado dele disse assim.. ei sobe lá em cima pra arrumar essa lampada, ah ah eu não vou não... porque eu estou com fome, e o encarregado dele disse, não... pode ir, pode ir... quando ele sobe, a uma lampada, o poste de luz, quando subi pra lampada.. o poste cai com ele, morreu na hora..
[MJ_34_JIRAU].

O que esse encarregado falou... nada...morre ao meio dia e todo mundo foi almoçar e há 1 hora, o encarregado dele fala: ei? tudo mundo vai tabaiá, não tem que ficar aqui não...tudo mundo vai tabaiá..”.[MJ_34_JIRAU].

“Uns 70 metros, a altura máxima de onde trabalhamos, e ele caiu dessa altura, tinha uma passagem lá que estava meio escura e ele não viu, que ele foi passar e caiu”.[DCPS_33_SA].

A vigilância ineficaz, a postura do encarregado inadequada e a precariedade no atendimento de primeiros socorros nos casos de acidentes contribuem para a ocorrência dos acidentes nos locais de trabalho, conforme se constata a seguir:

“quando ele deu volta, ele caiu no buraco, mas ninguém não viu não, depois de 4 a 5 minutos, eu olha procurando ele e num ninguém viu ele, quando dei uma olhada abacho, eu vi ele que tá deitado, assim...quando ele falou..eu!!! cunhado, só levantava os braços dele, viu? na hora eu fui chamar o meu encarregado..”.
[MJ_34_JIRAU].

“quando ele viu...disse..não tem nada pra fazer não, só ligar lá e ligar pra ambulância, quando a ambulância vem, pra ele sair dessa bulaca é difícil, é difícil, viu? não saber como tirar ele, 4,60 metros de fundura...”.[MJ_34_JIRAU].

“o rompedô não estava funcionando e quando voltou a funcionar ele bateu em uma janela e caiu no buraco, caiu com o rompedo também”.[MJ_34_JIRAU].

“graças a Deus...tinha dois pontos de ferro assim.....e se tivesse caído sobre ele tinha morrido na hora”.[MJ_34_JIRAU].

“Inclusive um conhecido nosso morreu esmagado, porque o encarregado dele não falou pra ele que tinha que tirar uma peça muito pesada, e não solicitou o guindaste, pra segurar, foi àquele cara que a peça caiu em cima dele esmagado”.[NFS_34_JIRAU].

Percebe-se pela figura 19 a ocorrência de um acidente, no qual se demonstra a base da coluna octogonal de suporte do braço lançador de concreto e a coluna tombada sobre materiais de obra.



Figura 19: Torre de sustentação do braço lançador de concreto.
Fonte: MPT/RO.

O outro que foi um acidente grave ele mandou buscar água à noite, e aí o guindaste no caixão (sarcofô como eles chamam) ali, que é um buracão grande, aí eles fizeram um improvisado, passaram um ferro em cima de um buraco que tem 60 metros de profundidade, e colocou o apoio do guindaste em cima do ferro, e outro na borda, aí não colocou nem uma cerca de proteção em volta daquele buracão aí que que fez, e não tinha luz suficiente, o rapaz foi buscar água, aí viu o guindaste patolado, mas onde ele estava patolado era o buraco, com certeza ele pensou que era terra, aí quando ele foi passar, caiu no vácuo, mais de 60 metros de fundura, morreu...da queda,.. a empresa foi rapidamente lá, colocou tela, tirou guindaste de lá, e disse que há não tinha como

ele cair, e ele saiu dali como se fosse para o hospital...”.

[NFS_34_JIRAU].

Comprova-se assim pela ACP (Figura 20) os relatos acima descritos pelos trabalhadores envolvidos na construção:

Auto de infração n. 016313585 “Nome ou Razão Social Consórcio Santo Antônio Civil Descrição Ementa/NR: <u>“Deixar de instalar proteção coletiva nos locais com risco de queda de trabalhadores ou de proteção de materiais”</u>
--

Figura 20: Auto de infração nº 016313585. MPT/RO.

Fonte: MPT/RO.

“Ele era mecânico de industrial, né, e foram mexer na esteira, daquelas de borracha, que cai material em cima dela e vai levando para cima. E um rapaz foi concertar, foi fazer alguma manutenção nela lá, e aquela liga o puxou pela camisa, aí ele travou, como que não saía, aí puxou ele. Aí como ele tava entre uma gradezinha só com uma mão, aí ele foi puxado pela aquela grade e cortou. Quebrou aqui alguma coisa, que ele esticou (morreu) funcionando. Aí um colega dele viu, correu e desligou o motor. Aí ninguém ver.. né?.. Depois disso eles (empresa) liberam a gente pra ir embora”.[ACVN_36_SA].

Complementando a fala anterior, com outro acidente ocorrido no canteiro de obras:

“Outro teve acidente com o encarregado, quase desse mesmo jeito, só que ele não foi puxado, ele cortou o braço. Aquela esteira cortou, ficou roçando, ele perdeu a mão também. Não é nem a mão, a camisa, que a camisa é grande e tem muita gente que dobrava ela, ficava com as pontas. Aquelas pontas seguravam às vezes em um material ou na borracha mesmo, e puxava a pessoa. Aí esse do encarregado, ele foi e viu daqueles roletes que tava quebrado e foi mexer em alguma coisa lá. Puxou ele assim, a esteira passou assim, aí cortou o braço dele...”[RCS_43_SA].

VI.7 – Serviço médico e atendimento

Com relação ao serviço médico, constata-se que as empresas construtoras e demais

terceirizadas não dispõem de serviço médico especializado nos canteiros de obra.

Assim, qualquer acidente de trabalho deve ser tratado na cidade de Porto Velho, o que potencializa o aumento dos óbitos em decorrência dos acidentes ocorridos nos canteiros das obras.

Tal fato, resta comprovado pela fala do trabalhador, que abaixo se transcreve:

“tem médico lá dentro mas se cair e quebrar uma perna tem que sair”.

“A Empresa ENESA tem um plano de saúde e atende particular, algum hospital cá fora, machucou sai logo, mas lá dentro é só um remédio , uma injeção ou coisa assim”.[ACVN_36_SA].

VI.8 – Sugestões para a melhoria da atividade de trabalho

Ao final das entrevistas que foram realizadas seguindo-se o roteiro orientador, os trabalhadores, por meio de sua vivência nos canteiros de obras, ofereceram suas contribuições, no sentido de trazer à tona possíveis melhorias para serem pensadas e inseridas pelos órgãos de planejamento e execução, para novos projetos de grande magnitude, buscando-se minimizar o sofrimento que impera e é identificado nesta pesquisa.

“Melhoria é o transporte. Transporte de funcionário e que os encarregados tenham um bom senso de tratar as pessoas como ser humano. Eu acho que as pessoas tem que ser tratada como ser humano não como animal irracional. Então esses são a minha sugestão”.[MJA_41_SA].

“se a empresa colocasse segurança nos ônibus, isso parava de acontecer, mas eles não importam”.[GM_24_SA].

“mudar a função, para melhoria própria”.[ACVN_36_SA].

“que tenha mais segurança e que tenha salário melhor que a Camargo”.[MJ_30_JIRAU].

“Ouvidoria”.[NFS_34_JIRAU].

“ele (o consórcio) cumpre as compensações, faz unidades de saúde da pequena a grande, conforme a métrica tenha dado, mesmo que não agrade, mas é o que o técnico da saúde da época apontou, só que a gestão é do poder público, o empreendimento não tem garantia, depende da gestão pública colocar o médico, o enfermeiro a equipe do PSF, depende do laboratório funcionando”.[FMC_33_JIRAU].

“para nós é uma certa frustração, porque a gente só pode medir a capacidade, de atendimento, devido a mobilidade, mas quando vai medir em foco ela não aumentou, porque esta faltando a política de gestão pública do recurso que ela tem disponível”.
[FMC_33_JIRAU].

“Melhoria do horário do almoço, temos que esperar 15 min. na fila para a abertura do restaurante, e tem que voltar na hora exata. Os eventos, fazem pouco mas fazem, deveriam fazer mais”.
[PSS_30_SA].

“Participação dos trabalhadores nos processos de segurança”.[EK_21_SA].

“A questão de melhoria é mesmo na questão da segurança... é muito arriscado, porque é muita gente e nem sempre o pessoal tão perto, melhoria na segurança lá, é muito perigoso”.[DCPS_33_SA].

“É o que eu sugiro assim, é que tenha mais valorização, mais progressão, pro colaborador, é o que não tem . Poderia fazer o sistema de plantão, um sistema de horário corrido, uma coisa menos desgastante, uma renovação assim nos encarregados, mesmo que não troque, mas que renove a filosofia deles serem, de tratarem”.[CAM_38_SA].

VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como proposta evidenciar as condições de vida dos trabalhadores nos canteiros de obras das Usinas do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira. A opção pela pesquisa qualitativa assegurou a coleta de importantes informações que agregaram valor para a garantia da confiabilidade e legitimidade. Foram anexadas as transcrições completas de partes das entrevistas para que o leitor pudesse ter acesso e tirar suas conclusões do material bruto. Os dados, embora muito significativos e densos, só demonstram parte da realidade que ocorre nos canteiros de obras do complexo hidrelétrico do Madeira. Coube, assim, um mergulho analítico para a produção das interpretações dos problemas que motivaram a investigação, auxiliando no processo de desnudar a degradante realidade à qual estão expostos os trabalhadores envolvidos nos processos de construção.

Um acirrado debate sobre o ônus dos acidentes, discute principalmente os que ocasionam o óbito. As empresas, por via de regra, culpam os próprios trabalhadores, pelo “ato inseguro”, mas tal debate camufla as verdadeiras condições de trabalho que provocam estes acidentes.

Percebe-se que os consórcios construtores se organizaram em conformidade com o regime trabalhista adequando-o em cada fase do empreendimento. Contudo, o resultado percebido nas falas dos entrevistados é a contradição desse discurso. Na realidade o mascaramento das empresas, em face do exposto, é demonstrado na vivência desses trabalhadores cujo resultado aqui foi relatado.

Condições como a exploração da força de trabalho e a extenuante jornada de trabalho, pressão pelas chefias, pressão com colegas de trabalho, stress, medo, precarização, alta rotatividade da mão de obra, terceirização dos serviços, acidentes, uso de álcool e drogas ilícitas, e os movimentos grevistas que culminaram no desgaste e conflitos entre trabalhadores e os senhores do capital. Estes são alguns dos fatores que prejudicam a saúde do trabalhador. Alguns informaram que, para que possam permanecer no mercado de trabalho, se submetem a serviços precarizados, ou seja, em uma relação da perda dos direitos sociais, das condições de trabalho, ocasionando o processo de adoecimento.

Ações de fiscalização buscam garantir a efetividade dos direitos trabalhistas previstos em lei, com pouco êxito, pois a nebulosidade da real situação e a manipulação do que ocorre dentro dos canteiros de obras dificultam tais ações, uma vez que as inspeções são recebidas com o ambiente previamente preparado.

Outra implicação acerca das usinas de Santo Antônio e Jirau, que contou com cerca de 19 mil até 41 mil trabalhadores, no auge das obras, é que os empreendimentos se assemelhavam a verdadeiros “cofres”, de onde é impossível extrair informações que não sejam com o concordância dos gestores do consórcio construtor. Tal posicionamento emperra o diálogo e implementação de ações de serviços públicos que poderiam ser benéficos no sentido de dar vazão às políticas públicas para essa classe social.

Ao todo, 23 trabalhadores, de diversas áreas e graus de instrução foram entrevistados e narraram as condições e ambiente de trabalho precários, contribuindo com fatores determinantes ao stress e adoecimento, posto que os entrevistados são impelidos a se conformar com o dia-a-dia, mesmo diante das adversidades. Embora o salário seja o atrativo principal à sua contratação, ficou evidente o descontentamento em relação à empresa, já que são considerados peças descartáveis no processo produtivo, como foi informado pelos trabalhadores.

A identificação da jornada de trabalho, conforme narrado por eles, evidencia a não observância pelas empresas das Normas Regulamentadoras vigentes, demonstrando que a organização empresarial é direcionada apenas para seus objetivos e metas, deixando o trabalhador com o biorritmo afetado para benefício do capital.

Foi identificada grande mobilidade de mão de obra de outros lugares do Brasil, principalmente da região nordeste, como também maciça presença de povos haitianos que aqui chegaram, após o terremoto em 2010, para a obtenção do seu sustento e de suas famílias que deixaram no Haiti.

Considerando a importância dos impactos da indústria da construção das hidrelétricas sobre a saúde humana, o presente estudo apresenta uma proposta metodológica para a análise desses aspectos nos estudos de avaliação de impacto a saúde.

Sendo assim, considera-se que a proposta de Avaliação de Impacto a Saúde (AIS), compartilhada entre vigilância e atenção à saúde, reúne instrumentos que permitem a avaliação dos riscos envolvidos nos projetos propostos em relação a saúde do trabalhador. Seus esforços são focados no sentido de minimizar estes efeitos aliando as possibilidades de melhoria na saúde com os processos de desenvolvimento.

Experiências em outros países demonstraram que a análise prévia reduz os riscos à saúde do trabalhador, norteadas as ações de prevenção e políticas de proteção saúde dos trabalhadores. Com vital função, a vigilância em saúde do trabalhador tem o importante papel na identificação de riscos iminentes à saúde desses trabalhadores, que podem ser potencializadas com o trabalho.

Os grandes empreendimentos aqui estudados não contemplaram, na fase de planejamento, a inserção desse tema nos estudos de impacto ambiental, investimentos indispensáveis à garantia de uma política destinada à saúde desses trabalhadores. Tornaram-se inquietantes para os estudos de pesquisa da área da saúde do trabalhador, nas quais se deve encarar como desafio o modo de vida desses trabalhadores, o avanço para as conquistas, buscando obter qualidade e melhoria nas políticas públicas, voltadas para a integralidade à saúde do trabalhador.

Foi constatado no decorrer do estudo que, nos diversos ambientes produtivos, a grande força de trabalho advém dos trabalhadores de classe social menos favorecida, demonstrando ser a principal mercadoria da conquista capitalista, onde a extração do sobretrabalho de forma contínua, da mais valia, revela lócus favoráveis para a acumulação de capital. Nas obras do PAC é nítida essa exploração, o desgaste físico e mental do trabalhador é notado, porém pouco ou nenhum esforço para minimizá-los foram observados pelo Estado, no âmbito das políticas sociais.

A evidência das ações do direito pelos órgãos fiscalizadores, sobre os trabalhadores, não harmonizou com as ações em saúde, onde muitos dos trabalhadores foram acidentados e adoecidos e deixaram de serem notificados no âmbito do SUS, favorecendo a invisibilidade dos dados para gerir políticas públicas pautadas nesse foco.

Os agentes fiscalizadores demonstram pouco interesse em formar parcerias e/ou consultar as áreas técnicas em Saúde do Trabalhador, para o desenvolvimento de políticas que englobe ações conjuntas que identifiquem e direcionem para políticas públicas que contemplem a saúde como uma estrutura global, porém esses pequenos grupos de “especialistas” se vêem superiores às políticas de governo e de saúde e segurança no trabalho, se abstendo de pactuar acordos que resultem em impactos de melhorias para a área da vigilância em saúde do trabalhador – VISAT.

Os sindicatos deixam a desejar, tornaram-se inoperantes e fracos, denominados de “pelegos” pelos próprios empregados. Deve-se exigir um sindicato atuante que protagonize as lutas sociais em defesa de uma sociedade constituída onde potencialize as

lutas dos trabalhadores, que proporcionem formação e clareza política aos trabalhadores, superando o modelo do sindicalismo tradicional, devendo fortalecer a ideia da não acomodação, onde a inquietação e indagação deve ser perene.

A partir dessas considerações, sugere-se uma aproximação dos demais atores envolvidos numa abordagem sistêmica, para formulação de condutas que visem minimizar as condições e relações de trabalho que colaboram com o adoecimento, atentando para as lutas da saúde do trabalhador, com o foco nas políticas públicas e a sua prática sindical.

Deve-se criar estratégias de fortalecimento do controle social sobre as ações e serviços de saúde, pois essa ausência de parâmetros para a avaliação dos impactos e das implicações decorrentes do exercício das atividades para os trabalhadores dos grandes empreendimentos hidrelétricos é um assunto que carece atenção por parte das autoridades públicas de saúde.

A criação de uma normatização específica para a área que estruturasse a participação da saúde do trabalhador - CEREST, ainda nas fases iniciais do projeto, acompanhadas de recomendações de ações, prevenção e controle dos fatores de riscos à saúde dessa população, seria um importante passo no sentido de regulamentar o ambiente de trabalho.

Embora não haja legislação específica que aborde as questões de proteção à saúde dos trabalhadores que estão expostos a essa atividade, e prevalecendo os princípios e marcos legais da Política Nacional da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, passa a ser assegurado a atenção integral à saúde do trabalhador, e, nesse contexto, deve-se definir as estratégias pelas três esferas de gestão do SUS, para o desenvolvimento da atenção integral à saúde do trabalhador, com ênfase na vigilância, visando a promoção e a proteção da saúde dos trabalhadores e a redução da morbimortalidade, decorrente dos modelos de desenvolvimento e desse contexto produtivos.

Deve o Estado, a médio prazo, articular e implementar ações sistematizadas e socializadas sob a forma de protocolos e outros instrumentos de vigilância, padronizados, como o fomento da notificação dos agravos relacionados ao trabalho, com prioridade para os acidentes de trabalho grave e de agravos priorizados, considerando o perfil produtivo, para a disseminação de políticas e programas de interesse da saúde dos trabalhadores.

Nesse ponto a participação da comunidade dos trabalhadores e do controle social, entidades, comitês da construção civil - CPR, instituições, organizações não

governamentais, associações, cooperativas e demais representações de categorias de trabalhadores, com os órgãos representativos, sindicatos é de vital importância para que sejam acolhidas as demandas advindas dos representantes da comunidade e do controle social, presentes no território em questão.

Com o término das usinas, qual será o novo ciclo migratório a se esperar? Já houve o da estrada de ferro Madeira Mamoré, o da borracha, o do ouro, o da usina de Samuel e agora o da construção das hidrelétricas do Madeira. Mais uma vez é de se indagar o que resultará de bom para um Estado que ao longo do tempo teve exploradas suas riquezas naturais e força de trabalho humana.

Assim sendo, o presente estudo demonstra apenas a ponta de um iceberg, da real situação, com a qual convivem os trabalhadores do Complexo Hidrelétrico do Madeira. O tema dos impactos da saúde dos trabalhadores em grandes empreendimentos é pouco explorado, necessita ser mais aprofundado no meio acadêmico, proporcionando conteúdos a fim de oferecer subsídios ao Estado, para elaborar políticas de intervenção que venham adequar às condições dignas de vida e trabalho dessa população.

Finaliza-se assim, essa pesquisa com sugestões dos trabalhadores entrevistados, contribuindo na sua ótica e vivência, para as próximas obras que requeiram grande contingente de trabalhadores.

Os depoimentos sugerem que exista uma ouvidoria independente, onde os trabalhadores possam falar livremente com representantes do Ministério do Trabalho, sobre seus problemas trabalhistas, focando seus direitos e obrigações; melhor controle sobre as empresas terceirizadas. Foram citadas outras reivindicações como: melhoria da qualidade vida, de saúde, transporte, segurança e salário. Foi abordado a insuficiência de técnicos de segurança, e a maior valorização e progressão dos trabalhadores. Outro fator citado foi a inércia do poder público, entendendo como máquina engessada onde as compensações sociais são realizadas pelo consórcio, porém, a sua operacionalização deve-se ao poder público, faltando gestão e profissionais para atender a demanda.

Concluo assim que, as reivindicações desses trabalhadores sirvam como sugestões para melhoria da Saúde dos Trabalhadores nos futuros projetos de grandes empreendimentos.

VIII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ¹ Haesbaert R. Muros, "Campos" e Reservas: os processos de reclusão e "exclusão" territorial. In: Silva, J.; Lima, L. e Dias, D.. (Org.). Panorama da Geografia Brasileira (vol. 1). 1 ed. São Paulo: Annablume, p. 24-48, 2006.
- ² Brasil. Presidência da República - Casa Civil - Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, Brasília, DF: Decreto Nº 6.025, de 22 de Janeiro de 2007. acesso em 12/02/2014. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007.../2007/Decreto/D6025.htm>.
- ³ Brasil. Ministério de Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética Plano Decenal de Expansão de Energia 2019. Brasília: MME/EPE, 2010, 2 v.: 1. Energia_Brasil. 2. Política Enegetica_Brasil 3. Recursos Energéticos_Brasil. Disponível em: <www.mme.gov.br/mme/galerias/.../2010/PDE2019_03Maio2010.pdf>.
- ⁴ Senhoras EM, de Carvalho PN, Vitte CCS. A geoestratégia brasileira dos eixos de integração e desenvolvimento: as vinculações entre o nacional eo internacional planejamento territorial. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, v. 13, 2013.
- ⁵ Switkes G. Águas turvas: alertas sobre as consequências de barrar o maior afluente do Amazonas. International Rivers, São Paulo, SP, Brazil. 237 pp. 2008.
- ⁶ O Complexo do Rio Madeira e a Amazônia Industrial. Rio de Janeiro: Relatório elaborado pela equipe editorial do jornal Solidariedade Ibero-americana. Movimento de Solidariedade Ibero-Americana - MSIA, outubro de 2006. Disponível em: HYPERLINK <<http://www.alerta.inf.br/geral/521.html>, e www.msia.org.br acesso em 17/01/2011>.
- ⁷ Tavares FB. A posição estratégica do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira para o setor elétrico brasileiro. II Seminário Internacional. Reestruturação e regulação do setor de energia elétrica e gás natural. Disponível em: <http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/seminariointernacional2007/artigos/pdf/felipebo_telhotavares_aposicaoestrategicadoriomadeira.pdf>. acesso em 27/11/2012.
- ⁸ Vieira DS, Jacomo JCP. O Complexo Hidrelétrico do Madeira e o 'grande projeto amazônico': a liderança brasileira e a integração da infra-estrutura regional sul-americana. Comunicação&política;27(3): p.109-129. 2009.
- ⁹ Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 1/86, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre procedimentos relativos a Estudo de Impacto Ambiental. Diário Oficial da União 1986; acesso em 02/02/2013. Disponível em: <www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>.
- ¹⁰ FURNAS. Estudos de Impacto Ambiental do Rio Madeira – RO. Definição das áreas de Influência, Legislação e Caracterização dos Empreendimentos. TOMO A Vol.1.

-
- Furnas, 2005. Disponível em :http://www.furnas.com.br/arqtrab/ddppg/revistaonline/.../LD304_madeir.pdf.
- ¹¹ Unisinos. Instituto Humanistas Unisinos. Ampliação de usina traz de volta disputa no Madeira. Em 10/10/2012. Disponível em:<<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/514434-ampliacao-de-usina-traz-de-volta-disputa-no-madeira>> acesso em: 13/11/2013.
- ¹² Intertechne. Valor econômico. S/D. Disponível em <http://www.intertechne.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=693&Itemid=2> Acesso em: 13/11/2013.
- ¹³ Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA no 237/97, de 19 de dezembro de 1997. Diário Oficial da União 1997; 19 dez. Acesso em 02/02/2013. Disponível em: <www.mma.gov.br/.../20-biodiversidade-aquatica-g-revizee?...814...>.
- ¹⁴ Quigley R, den Broeder L, Furu P, Bond A, Cave B, Bos R. Health Impact Assessment. International Best Practice Principles, Special Publication Series No. 5. Fargo, ND: International Association of Impact Assessment. 2006.
- ¹⁵ Santos IDC. A avaliação de impacto ambiental ea responsabilidade do Brasil diante da degradação ao meio ambiente. Interfaces Científicas-Direito. v.1, n. 2: p. 67-74, 2013.
- ¹⁶ Barbosa EM, Barata MML, Hacon SS. A saúde no licenciamento ambiental: uma proposta metodológica para a avaliação dos impactos da indústria de petróleo e gás. *Ciência & Saúde Coletiva* 17.2: 299-310, 2012.
- ¹⁷ Cancio JA. Inserção das questões de saúde no estudo de impacto ambiental [dissertação]. Brasília-DF: Universidade Católica de Brasília; 2008.
- ¹⁸ Brasil. Portal Brasil. Complexo Hidrelétrico do rio Madeira receberá investimento de R\$ 1,8 bi. 2012. Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/10/complexo-hidreletrico-do-rio-madeira-recebera-investimento-de-r-1-8-bi>>. Acesso em 21/03/2012.
- ¹⁹ Melo JJS, Paula EA. As hidrelétricas do Rio Madeira no contexto da integração regional sul-americana. Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, v. 4, p. 1-18, 2006.
- ²⁰ Haesbaert R. O mito da desterritorialização: *Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 2ª edição. 400p. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- ²¹ Haesbaert R, Limonad E. *O território em tempos de globalização*. Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas, nº 2 (4), vol. 1: 39-52, 2007.
- ²² Camarano AA, Kanso S. Perspectivas de crescimento para a população brasileira: velhos e novos resultados. In: IPEA-Texto para discussão. Ipea, 2009. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2596/1/TD_1426.pdf>. Acesso em 30/01/2014.

-
- ²³ Cavalcante MMA, Nunes DD, Costa SRG, Lobato LCH. "Políticas Territoriais e Mobilidade Populacional na Amazônia: contribuições sobre a área de influência das Hidrelétricas no Rio Madeira (Rondônia/Brasil)." *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia* 11 (2011). Disponível em <<http://confins.revues.org/6924>>. Acesso em 10/10/2013.
- ²⁴ Minayo-Gomez C, Thedim-Costa SMF. A construção do campo da Saúde do Trabalhador: percurso e dilemas. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 13, n. Supl 2, p. 21-32, 8. 1997.
- ²⁵ Nardi HC. Saúde do trabalhador. Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ²⁶ Vasconcellos LCF de. Saúde, trabalho e desenvolvimento sustentável: apontamentos para uma política de Estado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 2007. [tese], p.275. Acesso em 12/03/2014. Disponível em: <bvsms.saude.gov.br/bvs/.../Tese_desenvolvimento_sustentavel.pdf>.
- ²⁷ Galdino A, Santana VS, Ferrite S. Os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador e a notificação de acidentes de trabalho no Brasil Workers' Health Referral Centers and reporting of work-related injuries in Brazil. *Cad. Saúde Pública*, v. 28, n. 1, p. 145-159, 2012.
- ²⁸ Brasil. Ministério da Saúde. Portaria Nº 104 de 25 de janeiro de 2011. [acesso em 2012 Abril 05]. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0104_25_01_2011.html>. Acesso em 13/09/2013.
- ²⁹ Gomes EM, Santos MNC. A construção da saúde do trabalhador na rede SUS no Tocantins /Palmas, 33p. ; 28cm. 2008.
- ³⁰ Queiroz ARS, Motta-Veiga M. Análise dos impactos sociais e à saúde de grandes empreendimentos hidrelétricos: lições para uma gestão energética sustentável. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 6, 2012.
- ³¹ Cavalcante MMA. Hidrelétricas do Rio Madeira-RO: território, tecnificação e meio ambiente/ Maria Madalena de Aguiar Cavalcante – Curitiba, 2012.
- ³² Rondônia. Lei 1760, de 31 de julho de 2007. Institui o Código Estadual de Saúde do Trabalhador. *Diário Oficial do Estado de Rondônia* 2007; n. 808; 01/08/2007.
- ³³ Brasil. Portaria 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial da União* 2010; 31 dez.
- ³⁴ Fabrício MM. O projeto como processo intelectual e como processo social. São Carlos: Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos. 2002. Disponível em: <www.eesc.usp.br/sap/grad/disciplinas/SAP505/TEXT0-Aula3e4.pdf>.
- ³⁵ Pinheiro AIF. Rio de Janeiro: cinco séculos de história e transformações urbanas. Rio de Janeiro: Casa do Saber/Casa da Palavra/João Fortes Engenharia, 2010.

-
- ³⁶ Lima RO. Verificação da qualidade na construção civil em um pequeno canteiro de obra de Foz do Iguaçu, uma mudança de paradigma. Foz do Iguaçu: União Dinâmica das Faculdades Cataratas. Curso de Engenharia Civil, 2008.
- ³⁷ Organização Internacional do Trabalho. Disponível em www.opas.gov.br. Acesso em 16/01/2014.
- ³⁸ DATAPREV. Disponível em www.previdenciasocial.gov.br. 2010. Acesso em 16/01/2014.
- ³⁹ Gomes HP. Construção civil e saúde do trabalhador: um olhar sobre as pequenas obras. 2011. Tese de Doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. 190 f. : il. ; tab. ; graf., 2011.
- ⁴⁰ Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho : AEAT 2011 / Ministério do Trabalho e Emprego [et al.]– vol. 1 (2011). Brasília : MTE : MPS, p.928, 2012.
- ⁴¹ BRASIL. Portal Brasil. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/@busca?Subject%3Alist=Acidente%20de%20trabalho> acesso em 08/04/2014.
- ⁴² Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE – Disponível em: <http://www.dieese.org.br/livro/2011/livroRotatividade11.pdf> 128p.. acesso em 03/03/2014.
- ⁴³ Da Silva F, Abel L, Dos Santos JM. O que determina a rotatividade no mercado de trabalho brasileiro?. RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico, v. 15, n. 28, 2014.
- ⁴⁴ Saraiva LAS, Ferreira JA, Coimbra KER. Relações de trabalho em empresas terceirizadas sob a ótica dos trabalhadores: Um estudo no setor de mineração oeste de Santa Catarina. Revista Gestão Organizacional, v. 5, n. 2, p. 134-148, 2013.
- ⁴⁵ Batista HG, Almeida C, Lins L. Obras do PAC não têm controle específico para segurança. O Globo. Caderno Economia, 27/03/2011.p.37.
- ⁴⁶ Brasil. Ministério Público do Trabalho 1ª Região. Disponível em: http://www.prt1.mpt.gov.br/cartilhas/cartilha_const.pdf acessado em 22/01/2014.
- ⁴⁷ Martins MS. Diretrizes para Elaboração de Medidas de Prevenção contra Quedas de Altura em Edificações. Tese de Doutorado. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Construção Civil da Universidade Federal de São Carlos para obtenção do título de Mestre em Construção Civil. São Carlos, 2004.
- ⁴⁸ Mendes R Dias EC. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. Publicação financiada pela FAPESP. Processo Medicina, v. 90, p. 4602-1, 1991.
- ⁴⁹ Dolabella, ALLB. A institucionalização da avaliação de impactos sociais e o processo de tomada de decisão de projetos hidrelétricos no Brasil. 2011. 119 f., il.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

- ⁵⁰ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm> acesso em 13/01/2014.
- ⁵¹ Couto RCSena. Saúde e projetos de desenvolvimento na Amazônia. O caso das hidrelétricas. NCN-Novos Cadernos NAEA 2.2, 2009.
- ⁵² Cadernos Saúde Coletiva / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva, v.XIV, n.4; out . dez 2006.
- ⁵³ Machado JMH, Firpo MSP. Promoção da saúde e intersectorialidade: a experiência da vigilância em saúde do trabalhador na construção de redes. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v. 12, n. 3, set. 2003. Disponível em <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742003000300002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 abr. 2014.
- ⁵⁴ Tambellini AT, & Câmara VM. A temática saúde e ambiente no processo de desenvolvimento do campo da saúde coletiva: aspectos históricos, conceituais e metodológicos. Ciência & Saúde Coletiva, 3(2): 47- 59, 1998.
- ⁵⁵ Greggio MR. Resumo de dissertação: O percurso dos trabalhadores afastados das fábricas em decorrência de adoecimento psíquico: caminhos e descaminhos dos trabalhadores do setor automotivo em Betim-MG. Psicologia em Revista, v. 17, n. 3, p. 529-532, 2012.
- ⁵⁶ Minayo MCS & Sanches O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.
- ⁵⁷ Minayo MCS. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. 12ª edição São Paulo: Hucitec; 407 p.;21 cm, 2010.
- ⁵⁸ IBGE., Estado@. RONDÔNIA. Síntese. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ro>>. acesso em: 13/01/2014.
- ⁵⁹ Perdigão F, Bassegio L. Migrantes amazônicos: Rondônia: a trajetória da ilusão. [s.l.] Edicoes Loyola, 1992. Disponível em: < <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=gTrcSOXSWsIC&oi=fnd&pg=PA9&dq=bassegio+e+perdigao&ots=1bILwiGimR&sig=cxB0eIp2hb38Rnf2JpqxNk3MutI#v=onepage&q=bassegio%20e%20perdigao&f=false>> acesso em 12/12/2013.
- ⁶⁰ História e Geografia de Rondônia. Povoamento – A força dos migrantes. 2012. Em <<http://rondoniaemsala.blogspot.com.br/2012/02/povoamento-forca-dosmigrantes.html>> acesso em 16/02/2104.

-
- ⁶¹ Correio Brasileiro. Dívida de Guerra. 2009. Disponível em: <<http://www2.correiobrasileiro.com.br/soldadosdaborracha/>> acesso em 14/01/2014.
- ⁶² Sindicato dos Soldados da Borracha de Rondônia. Carta de repúdio do sindicato dos soldados da borracha de Rondônia. 18/11/2013. Disponível em: <<http://www.rondoniao vivo.com/noticias/carta-de-repudio-do-sindicato-dos-soldados-da-borracha-de-rondonia/108194#.U0q5yGTwL4>> acesso em 15/01/2014.
- ⁶³ Hogan DJ. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 22, n. 2, p. 323-338, 2005.
- ⁶⁴ WIKIPÉDIA. Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Estrada_de_Ferro_Madeira-Mamor%C3%A9> acesso em 12/01/2014.
- ⁶⁵ Colferai SA. Jornalismo e identidade na Amazônia: as práticas culturais legitimadas no jornal Diário da Amazônia como representações identitárias de Rondônia. Dissertação de Mestrado, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/2192>> acesso em: 11/01/2014.
- ⁶⁶ Rondodinamica.com. Geral. Publicada em: 25/08/2010. Disponível em: <<http://www.rondoniadinamica.com/arquivo/rondonia-a-sofrida-busca-do-ouro-no-tamborete-vai-quem-quer-e-sovaco-da-velha,18625.shtml>> acesso em 12/01/2014.
- ⁶⁷ Simonian LTL. Hidrelétrica de Samuel (RO) e Populações Tradicionais: deslocamento compulsório e outras questões. Energia na Amazônia. Belém: MPEG/UFPA/UNAMAZ, p. 571-590, 1996.
- ⁶⁸ Sevá AO, Nobrega RS, Garzon LFN. Rios de Rondônia: jazidas de megawatts e expropriação social e ambiental. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, v. 14, 2013.
- ⁶⁹ Souza HG. Gerenciando impactos sócio-econômicos: o papel da Sociologia na implementação de usinas hidrelétricas no Brasil. UFRJ. Revista Espaço Acadêmico, mensal – nº 86, julho de 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/086/86honorato.htm>> acesso em 12/12/2013.
- ⁷⁰ Wikimedia commons. File: Rio-madeira.jpg. 29/01/2006. Disponível em: <<http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rio-madeira.jpg>> acesso em 13/04/2014.
- ⁷¹ Bernardi JVE. et al. Aplicação da análise das Componentes Principais na ordenação dos parâmetros físico-químicos no alto rio Madeira e afluentes, Amazônia Ocidental. Geochimica Brasiliensis, v. 23, n. 1, 2012.
- ⁷² Pereira MFV. O movimento hidroviário no sudoeste da Amazônia brasileira-Rondônia e Acre: entre a logística corporativa e os transportes locais. Biblio 3w: revista

bibliográfica de geografia y ciencias sociales, Universidad de Barcelona. v. 15. nº 888, 15/09/2010.

- ⁷³ Zambon FM et al. Aspectos logísticos da exportação de soja brasileira. Universidade Federal de Santa Catarina, Repositório de Conteúdo Digital. Em 24/07/2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103816>> acesso em 15/03/2014.
- ⁷⁴ De olho no tempo meteorologia. Satélite TRMM da NASA mostra chuva acumulada em rios da Bolívia; Em 22/02/2014. Água segue para Rondônia. Disponível em: <<http://deolhonotempo.com.br/site/satelite-trmm-da-nasa-mostra-chuva-acumulada-em-rios-da-bolivia-agua-segue-para-rondonia/>> acesso em 22/02/2014.
- ⁷⁵ Ribas JR, Pinheiro MTG. Identificação de riscos na construção de hidrelétricas: uma aplicação fuzzy ahp na ahe santo antônio; UFRJ. Simpósio Brasileira de Pesquisa Operacional. Natal 16-19/09/2013. Disponível em: <<http://www.din.uem.br/sbpo/sbpo2013/pdf/arq0365.pdf>> acesso em 13/03/2014.
- ⁷⁶ Abengoa Brasil, Soluções tecnológicas inovadoras para o desenvolvimento sustentável. Arquivo de notícias, 2013. Disponível em: <http://www.abengoabrasil.com/web/pt/noticias_e_publicacoes/noticias/arquivo_d_e_noticias/2013/abg_20131105.html> acesso em 13/03/2014.
- ⁷⁷ Alves J, Thomaz JA. A degradação do trabalho no “complexo hidrelétrico madeira”: apontamentos sobre a uhe de jirau. Revista Pegada, v. 12, n. 2, 2012.
- ⁷⁸ Duarte R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. Cadernos de pesquisa, v. 115, n. 1, p. 139-54, 2002.
- ⁷⁹ Nicolaci CAM. O Campo da Pesquisa Qualitativa e o Método de Explicitação do Discurso Subjacente. Disponível em (Hogan, 2005) Acessado em 27/09/2013.
- ⁸⁰ Bardain L. Análise de conteúdo. São Paulo. Edições 70, p. 80-81, 2011
- ⁸¹ Monteiro JC. O processo de trabalho e o desencadeamento dos agravos à saúde dos trabalhadores rurais: um estudo ergonômico na agricultura familiar em Santa Catarina. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2004.
- ⁸² Rocha BPC, Mendes AMB. Sofrimento psíquico no trabalho e estratégias defensivas dos operários terceirizados da construção civil. Psico-USF, v. 8, n. 1, p. 63-70, 2003.
- ⁸³ Detoni PP. “Seguir barragem”:(re-des) construções das masculinidades num canteiro de obras de uma usina hidrelétrica, 2010.
- ⁸⁴ Geografia e Luta – Prof. Mazucheli. Trabalho escravo em obras do Governo Federal. Dez, 16/12/2010. Disponível em: <<http://profcmazucheli.blogspot.com.br/2010/12/trabalho-escravo-em-obras-do-governo.html>> acesso em 04 de fevereiro de 2014.

-
- ⁸⁵ Reporter Brasil. Relatoria sobre usina do madeira. 18/02/2014. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2014/02/justica-garante-a-auditores-do-trabalho-poder-de-interdicao-e-embargo-em-obras/em:04/02/2014>>.
- ⁸⁶ Villen P. Polarização do mercado de trabalho ea nova imigração internacional no Brasil. Anais do VIII Seminário do Trabalho: trabalho e políticas sociais no século XXI, 2012.
- ⁸⁷ Mamed LH, Lima EO. Trabalho e migração internacional: o caso dos haitianos na amazônia ocidental. Grupo de Trabalho 09 - Estrutura Social, dinâmica demográfica e migrações. S/D. Disponível em:<http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT9/GT9_MamedLOliveiraE.pdf> . Acesso em: 10/11/2013.
- ⁸⁸ Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica da trabalho/tradução de Franck Soudant – 2ª ed. / Selma Lancman e Laerte Idal Sznelwar (orgs) – Rio de Janeiro : Editora Fiocruz, Brasília : Paralelo 15, p. 396, 2008.
- ⁸⁹ Marx K. Salário, Peço e Lucro. Associação Internacional dos Trabalhadores, Junho 1865. Índice: 6. Valor e trabalho. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1865/salario/cap02.htm#i6>>. Acesso em 15/04/2014.
- ⁹⁰ Rosas MLM, Moraes RD. A importância do reconhecimento no contexto de trabalho. Revista AMAzônica, Ano 4, Vol VII, nº 2, p. 210-224, dez. 2011.
- ⁹¹ Silva LR. A Discriminação por Orientação Sexual no Ambiente de Trabalho: Mudança de Paradigma. Revista Jurídica Cesumar - Mestrado, América do Norte, 13, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.cesumar.br/pesquisa/periodicos/index.php/revjuridica/article/view/2896/1902>>. Acesso em: 13 Mar. 2014.
- ⁹² Zinn LK, Sousa FG, Dermmam MR, Santos DA. CONSAD. Banco do conhecimento. A experiência do programa de valorização à saúde física e mental dos servidores públicos no Estado do Rio Grande do Sul. 18-Abr-2013. Disponível em:<<http://repositorio.fjp.mg.gov.br/consad/handle/123456789/819>>. Acesso em 15/04/2014.
- ⁹³ Moraes RD. Prazer-sofrimento e Saúde no Trabalho com Automação: estudo com operadores em empresas japonesas no Pólo Industrial de Manaus/ Rosângela Dutra de Moraes–Belém-Pará, 2008.
- ⁹⁴ Site Segurança no Trabalho. Filho JCP. Loja Virtual. DDS – Diálogo diário de segurança. Disponível em: <<http://www.segurancanotrabalho.eng.br/dds.html>> acesso em 13/12/2013.
- ⁹⁵ Portal SESMT. Sua segurança é muito importante. DDS. Disponível em: <http://www.sesmt.com.br/portal/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=60&Itemid=78> acesso em 23 de março de 2014.

-
- ⁹⁶ Alves G. Dimensões da Precarização do Trabalho: Ensaio da Sociologia do Trabalho/Giovanni Alves. – Bauru: Canal 6, 240p.; 23cm. Projeto Editorial Praxis, 2013.
- ⁹⁷ BRASIL, Ministério da Saúde do Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde /Ministério da Saúde do Brasil, Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil; organizado por Elizabeth Costa Dias ; colaboradores Idelberto Muniz Almeida et al. – Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001
- ⁹⁸ Martins SR, Mendes AM. Espaço Coletivo de Discussão: A Clínica Psicodinâmica do Trabalho como Ação de Resistência. Revista Psicologia. Organizações e Trabalho, v. 12, n. 2, 2012.
- ⁹⁹ Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Notificação de acidentes do trabalho fatais, graves e com crianças e adolescentes. Brasília, DF, 2006.
- ¹⁰⁰ Job FPP. Os Sentidos do Trabalho e a Importância da Resiliência nas Organizações. São Paulo: EAESP/FGV, 237 p., 2003.
- ¹⁰¹ Barros PCR, Mendes AMB. Sofrimento psíquico no trabalho e estratégias defensivas dos operários terceirizados da construção civil. Psico-USF (Impr.), Itatiba, v. 8, n. 1, jun. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712003000100009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 abr. 2014. <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712003000100009>>.
- ¹⁰² Sousa NHB. Gestão do trabalho na indústria da construção civil: práticas tradicionais e perspectivas futuras. *Ser Social*, 5, 159-188, 1999. [Links]
- ¹⁰³ Dejours C. Subjetividade, trabalho e ação. Revista Produção, v. 14, n. 3, p. 27-34, 2004.
- ¹⁰⁴ Magalhães BR et al. Movimento sindical no Brasil: Surgimento, trajetória e regramentos atuais. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 75, abr 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7674>. Acesso em abr 2014.
- ¹⁰⁵ A Nova Democracia. Greves operárias nos canteiros das usinas do PAC no Rio madeira, Pecém, Suape e São Domingos. Ano IX, nº 76, abril de 2011. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-76/3395-greves-operarias-nos-canteiros-das-usinas-do-pac-no-rio-madeira-pecem-suape-e-sao-domingos-80-mil-operarios-se-rebelam-contras-escravidao-nas-obras-do-pac>> acessado em 03 de março de 2014.
- ¹⁰⁶ Sociedade Editorial Brasil de Fato. Revolta em Jirau reflete superexploração. Folhapress, São Paulo, 28/03/2011. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/5967>>. Acesso em 12/02/2014>.

-
- ¹⁰⁷ J@ru on line. Greve nas obras de Jirau e santo Antônio: Operários atropelam pelegos do Sticero, polícia, governo e empreiteiras. Jaru/RO. Data: 03/04/2013. Disponível em: <<http://www.jaruonline.com.br/noticia/greve-nas-obras-de-jirau-e-santo-antonio-operarios-atropelam-pelegos-do-sticcero-policia-governo-e-empreiteiras,geral,3540.html>>. Acesso em 05/03/2014.
- ¹⁰⁸ Garzon, LFN. Projeto de pesquisa e extensão: “Desestruturação social e ambiental das comunidades ribeirinhas urbanas e rurais no município de Porto Velho”. UNIR; 2010.
- ¹⁰⁹ Mendes AM. Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- ¹¹⁰ Lima MEA. Dependência química e trabalho: uso funcional e disfuncional de drogas nos contextos laborais. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 35, n. 122, p. 260–268, dez. 2010.
- ¹¹¹ Silva FBO. A relação entre o uso do álcool e o trabalho na construção civil. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)-Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais. 167 f.,2006.
- ¹¹² Fontaine A. Double vie – les drogues et le travail. Paris: Les empêcheurs de penser en rond, 2006. Disponível em: <http://www.cairn.info/article.php?ID_ARTICLE=VST_098_0042>. Acesso em 14/04/2014.
- ¹¹³ Oliveira PRA, Uma sistematização sobre a saúde do trabalhador: Do exótico ao esotérico / Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira. São Paulo. – São Paulo : LTr, 2011.
- ¹¹⁴ Jorge MHPM, Gotlieb SLD, Laurenti R. O sistema de informações sobre mortalidade: problemas e propostas para o seu enfrentamento I-mortes por causas naturais. Rev. bras. epidemiol, v. 5, n. 2, p. 197-211, 2002.
- ¹¹⁵ Pinto RP. O fator acidentário de previdência e os acidentes do trabalho na construção civil. 2013. 94 f : il., gráfs, tabs.
- ¹¹⁶ Almeida IM. Acidentes de trabalho e a repolitização da agenda da saúde do trabalhador. In: Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea. Editora Fiocruz, 2011. p. 203-225.

ANEXOS

Anexo 01 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado _____

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **Impactos na Saúde dos Trabalhadores das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia**, desenvolvida por **Ana Flora Camargo Gerhardt**, discente de Mestrado em Vigilância em Saúde do Trabalhador da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), sob orientação da Prof. Dr^a. **Ana Maria Cheble Bahia Braga**.

O objetivo central do estudo é avaliar os impactos à saúde dos trabalhadores dos grandes empreendimentos, em especial, as usinas hidrelétricas. O convite para sua participação se deve à relevância do tema sobre a comunidade trabalhadora das usinas hidrelétricas, e trará para a comunidade científica a realidade do trabalho que você desempenha, de forma a construir e estabelecer políticas públicas voltadas para a promoção da saúde dos trabalhadores envolvidos.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Será garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. As informações resultantes da pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre a sua participação e contribuição.

A sua participação será na forma de entrevista que constituirá em responder perguntas. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora e trinta minutos. Em momento algum serão citados seu nome ou qualquer outro dado que o identifique, e que a entrevista poderá oferecer risco mínimo, podendo ele ser constrangimento a partir das questões listadas no roteiro orientador. A entrevista poderá ser gravada e será apagada após sua transcrição somente com a sua autorização. As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 196/96 e orientações do CEP/ENSP.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Os resultados serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante, relatórios individuais para os entrevistados, artigos científicos e na forma de dissertação/tese.

Ana Flora Camargo Gerhardt - (anafloca@ensp.fiocruz.br) ENSP/FIOCRUZ Endereço: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/ FIOCRUZ, Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Mangunhos - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21041-210 Tel/Fax: 21-25982824	Comitê de Ética em Pesquisa - ENSP: Endereço: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/ FIOCRUZ, Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Andar Térreo - Mangunhos - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21041-210 Tel /Fax - (0XX) 21- 25982863 e-Mail: cep@ensp.fiocruz.br http://www.ensp.fiocruz.br/etica
--	--

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Porto Velho _____/_____/2013.

Entrevistado

Declaro que não afastarei dos objetos da presente pesquisa, e, em hipótese alguma, permitirei a exposição da identidade de qualquer dos entrevistados.

Ana Flora Camargo Gerhardt
Pesquisador Responsável

Este termo foi redigido em duas vias, sendo uma para o participante e outra para o pesquisador.

Anexo 02 - Termo de Anuência

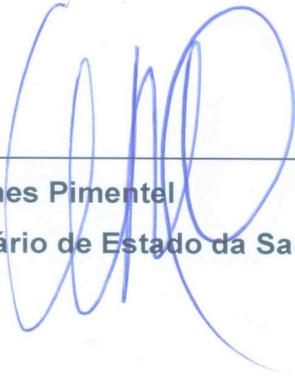


GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

TERMO DE ANUÊNCIA

Declaro a pedido da interessada, a servidora Enfermeira **Ana Flora Camargo Gerhardt**, estatutária, matrícula 30.000.1599, também aluna do Mestrado Profissional em Vigilância em Saúde do Trabalhador da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca / FIOCRUZ minha concordância e autorização para que sujeitos de pesquisa “Impactos na Saúde dos Trabalhadores das Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, Porto Velho, RO” sejam entrevistados no CEREST/RO – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador do Estado de Rondônia.

Porto Velho, 15 de março de 2013.



Willames Pimentel
Secretário de Estado da Saúde

Anexo 03 - Roteiro Oreintador

Roteiro de Entrevistas

Código da Entrevista: _____

1 - Identificação:

Data da entrevista: _____
Nome: _____
Data de Nascimento: _____
Escolaridade: _____
Endereço: _____
Telefone: _____
Profissão/Ocupação: _____
Escolaridade: _____
Formação profissional: _____

2 – Relação com o trabalho:

História Profissional
Tempo de trabalho na instituição
Motivo da contratação
Forma de contratação
Forma de seleção
Função/cargo
Salário: Representação na renda familiar
Possibilidade de ascensão profissional X Satisfação
Perspectivas profissionais, motivações, estímulos do trabalho na instituição
Possíveis mudanças detectadas ao longo do tempo em relação à chefia e aos colegas de trabalho
Possíveis manifestações de discriminação: étnica, religiosa, política, orientação sexual e outras

3 – Processo de trabalho:

Definição e transmissão das tarefas
Descrição do cotidiano de trabalho
Acesso aos instrumentos adequados de trabalho
Grau de autonomia no cumprimento das tarefas

Aspectos que podem ser melhorados no trabalho
Situações diversas que podem mostrar tratamento desigual entre terceirizados e servidores em relação à jornada e exigências de trabalho, às faltas e licenças médicas, à participação em cursos e aos eventos
Possíveis situações que poderiam levar o trabalhador a pedir demissão
Experiências agradáveis e desagradáveis no trabalho

4 – Segurança:

Medidas de segurança associadas a cada uma das fases do trabalho
Eficiência dessas medidas
Participação dos trabalhadores na determinação dessas medidas

5 – Doenças Relacionadas ao Trabalho:

Possíveis problemas relacionados à saúde

Percepção no ambiente de trabalho e se observa o uso de algumas substâncias químicas.

a – Pessoal

Aguda

Crônica

Acidente

b – Colegas

c – Emissão de CAT

6 – Atendimento:

a – Rede pública

b – Rede Privada

c – Serviço Médico da Empresa

7 – Relação Sindical:

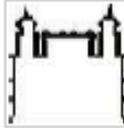
a – Sindicalizado?

b – Relação com o sindicato

c - Satisfação

8 – Sugestões para a melhoria da atividade:

Anexo 4 - Parecer do CEP



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE
PÚBLICA SÉRGIO AROUCA -
ENSP/ FIOCRUZ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: IMPACTOS NA SAÚDE DOS TRABALHADORES DAS USINAS HIDRELÉTRICAS DE SANTO ANTONIO E JIRAU NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - RONDÔNIA

Pesquisador: Ana Flora Camargo Gerhardt

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 15645713.8.0000.5240

Instituição Proponente: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - ENSP/FIOCRUZ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 372.361

Data da Relatoria: 21/08/2013

Apresentação do Projeto:

Descrito no parecer anterior.

Objetivo da Pesquisa:

Descrito no parecer anterior.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Descrito no parecer anterior.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Descrito no parecer anterior.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Descrito no parecer anterior.

Recomendações:

Não há.

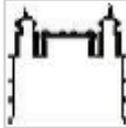
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

No parecer anterior foram apontadas as seguintes pendências:

É necessário o encaminhamento de novo PB- Projeto de Pesquisa contendo:

a)objetivos atualizados; Pendência Atendida.

Endereço: Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Térreo
Bairro: Manguinhos **CEP:** 21.041-210
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2598-2863 **Fax:** (21)2598-2863 **E-mail:** cep@ensp.fiocruz.br



Continuação do Parecer: 372.361

b) avaliação dos riscos retificada, lembrando que de acordo com item V da resolução CNS 466/2012, "Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. Quanto maiores e mais evidentes os riscos, maiores devem ser os cuidados para minimizá-los e a proteção oferecida pelo Sistema CEP/CONEP aos participantes. Devem ser analisadas possibilidades de danos imediatos ou posteriores, no plano individual ou coletivo",

Pendência Atendida

e

c) adequação do cronograma as etapas da pesquisa, lembrando que o CEP/ENSP não chancela pesquisas.

Pendência Atendida

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao finalizar a pesquisa apresentar relatório ao CEP/ENSP (incluir como "notificação"). Modelo disponível em www.ensp.fiocruz.br/etica

RIO DE JANEIRO, 26 de Agosto de 2013

Assinador por:
Ângela Fernandes Esher Moritz
(Coordenador)

Endereço: Rua Leopoldo Bulhões, 1480 - Térreo
Bairro: Manguinhos CEP: 21.041-210
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2598-2863 Fax: (21)2598-2863 E-mail: cep@ensp.fiocruz.br